

Sesc | Serviço Social do Comércio
ISSN 1809-9815 v.11 n. 31 | maio - agosto 2016

SINAIS SOCIAIS

31

Sesc | Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional

SINAIS SOCIAIS

31

ISSN 1809-9815

Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.11 n. 31 | p.1-160 | mai.-ago. 2016

Sesc | Serviço Social do Comércio
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL

Antonio Oliveira Santos

DEPARTAMENTO NACIONAL

Diretor-Geral

Carlos Artexes Simões

Departamento de Formação e Pesquisa

Cláudia Márcia Santos Barros

COORDENAÇÃO

Núcleo de Estudos e Pesquisas

Andréa Maciel de la Reza

EDITORIA

Andréa Maciel de la Reza

Cláudia Márcia Santos Barros

Pedro Hammerschmidt Capeto

ASSISTENTE EDITORIAL

Carlos Lima Júnior

PRODUÇÃO EDITORIAL

Departamento de Comunicação e Mídia

Pedro Hammerschmidt Capeto

PROJETO GRÁFICO

Ana Cristina Pereira (Hannah23)

SUPERVISÃO EDITORIAL

Jane Muniz

PREPARAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL

Gustavo Barbosa

(Conceito Comunicação Integrada Ltda.)

REVISÃO

Conceito Comunicação Integrada Ltda.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Renata de Souza Nogueira

REVISÃO DO INGLÊS

Maria dos Anjos Rouch

DIAGRAMAÇÃO

Livros & Livros | Susan Johnson

FOTO DA CAPA

Flávio Pereira

ARTE FINALIZAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Celso Mendonça

ESTAGIÁRIO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Daniel Dargains Gonzaga

CONSELHO EDITORIAL

Amélia Cohn (USP)

Angela de Castro Gomes (UFF - Unirio)

Carlos Guilherme Mota (USP - Universidade
Presbiteriana Mackenzie)

Elina Pessanha (IFCS/UFRJ)

Franciso Alambert (FFLCH/USP)

Gabriel Cohn (USP - Unifesp)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

João Feres Júnior (IESP/UERJ)

José Jairo Vieira (PPGE/UFRJ)

Marco Aurélio Nogueira (Unesp)

Marcos Costa Lima (UFPE)

Marta de Azevedo Irving (EICOS/UFRJ - PPED/UFRJ)

Maurício Blanco Cossío (Instituto AFortiori)

Myriam Lins de Barros (ESS/UFRJ)

Paulo Cesar Duque-Estrada (PUC-Rio)

Rita Chaves (PECLLP/USP)

Rogério Medeiros (PPGTLC/UFRJ)

Sônia Karam Guimarães (PPGS/UFRGS)

Tania Bacelar (CFCH/UFPE)

Vera Lins (UFRJ)

© Sesc Departamento Nacional, 2016.
Av. Ayrton Senna, 5.555 — Jacarepaguá
Rio de Janeiro — RJ
CEP 22775-004
Tel.: (21) 2136-5555

Distribuição gratuita. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do Departamento Nacional do Sesc, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sinais Sociais / Sesc, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006) - Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2006 - v. ; 30 cm.

Quadrimestral.
ISSN 1809-9815

1. Pensamento social. 2. Contemporaneidade. 3. Brasil.
I. Sesc. Departamento Nacional.

As opiniões expressas nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

As edições podem ser acessadas eletronicamente em www.sesc.com.br.

Apresentação	5
Editorial	6
Racionalidade, alteridade e violência: uma abordagem à luz de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas Alexandre Marques Cabral	9
Entre a obrigação e o prazer: a leitura para adolescentes de Barcelona e do Rio de Janeiro Isabel Travancas	43
De volta ao futuro: o que podemos concluir do debate acerca das cotas raciais João Feres Júnior	67
'Ler, ver o rosto' e 'Olhar com todo o corpo': anotações, montagens e investigação <i>com</i> a arte Manoel Ricardo de Lima	87
O papel da China no desenvolvimento latino-americano nas duas últimas décadas: implicações econômicas e políticas Wagner Tadeu Iglecias	115

APRESENTAÇÃO

A origem do Sesc vincula-se à intenção de contribuir para o desenvolvimento do Brasil a partir de uma profunda compreensão de seu potencial e dos obstáculos ao seu progresso.

Uma tarefa desafia aqueles que receberam como legado a missão de realizar no presente os ideais vislumbrados pelos líderes do passado: a revisão e a ampliação permanente dessa compreensão.

Assim como ao Sesc cabe atuar sobre a realidade social, cabe valorizar e difundir o entendimento acerca dessa realidade, dos conceitos e questões fundamentais para o país e das políticas públicas e formas diversas de promover o bem-estar coletivo.

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Presidente do Conselho Nacional

O Serviço Social do Comércio não teria alcançado, ao longo de seus 70 anos, um papel tão relevante e definitivo para a sociedade brasileira, não fosse pela valorização da reflexão sobre a ação social e pela compreensão aprofundada das contradições do mundo contemporâneo.

A preocupação com o rigor e com a coerência do pensamento e a valorização conceitual se concretiza nos mais diferentes recortes da ação do Sesc, mas está expressa em sua plenitude em produções como a revista *Sinais Sociais*.

Publicada pela primeira vez há 10 anos, *Sinais Sociais* encontrou seu lugar no campo da produção reflexiva acadêmica. Progressivamente chamou a atenção dos centros de pesquisa e dos pensadores que hoje referenciam o pensamento social brasileiro, com edições corajosas, provocações intelectuais instigantes e, sobretudo, com a preocupação genuína em iluminar pela produção do conhecimento os rumos da sociedade brasileira e do complexo mundo em que vivemos.

CARLOS ARTEXES SIMÕES

Diretor-Geral do Departamento Nacional

Com sua finalidade social de difusão do conhecimento em perspectiva crítica, a revista *Sinais Sociais* contribui para a reflexão sobre os principais problemas e questões atinentes à agenda pública brasileira, apresentando nesta edição um conjunto de textos produzidos por professores e pesquisadores das áreas de literatura, filosofia, ciências humanas e sociais. Orientados por perspectivas teóricas diversas, os autores lançam olhares meticolosos sobre temas como leitura e adolescência, arte e corpo, cotas raciais, desenvolvimento econômico, violência e alteridade.

A relação dos adolescentes com a leitura de livros na sociedade atual – em que as novas tecnologias exercem um fascínio cada vez maior sobre as nossas vidas, especialmente das gerações mais jovens – é o tema do artigo *Entre a obrigação e o prazer: a leitura para adolescentes de Barcelona e do Rio de Janeiro*, escrito pela professora Isabel Travancas. Tomando como referência espacial duas cidades bem distintas, a autora utiliza um conjunto de metodologias que engloba a aplicação de questionários, entrevistas com adolescentes, observação participante e análise comparativa, e inclui em sua análise o papel desempenhado pelas escolas como espaços de estímulo à leitura e formação de futuros leitores.

No texto *‘Ler, ver o rosto’ e ‘Olhar com todo corpo’: anotações, montagens e investigação com a arte*, o poeta e professor Manoel Ricardo de Lima realiza uma instigante reflexão acerca das figurações do rosto e da poética do corpo, tendo como referência para o desenvolvimento de suas investigações sobre a arte contemporânea alguns trabalhos do escritor e fotógrafo Jorge Molder e do cineasta e videoartista Alexandre Veras. Nesse ensaio, o autor não se propõe a produzir uma análise pormenorizada das obras dos dois artistas, mas sim uma digressão sobre como a atividade artística possibilita múltiplas formas de olhar e perceber o mundo atual.

O racismo e a discriminação racial são problemas complexos e suscitam abordagens investigativas diversas para compreendermos as nuances das iniquidades raciais presentes na sociedade brasileira. Em seu artigo, *De volta ao futuro: o que podemos concluir do debate acerca das cotas raciais*, o professor de ciência política João Feres Júnior examina e questiona os argumentos elaborados

pelos opositores das políticas de ação afirmativa racial para o acesso ao ensino superior no Brasil. O texto resulta de uma pesquisa sistemática que analisou editoriais, reportagens, artigos de opinião e cartas de leitores, entre outros textos publicados em dois importantes jornais de circulação nacional no período de 2001 a 2012, contribuindo assim para a construção de um cenário favorável ao debate público em torno das ações afirmativas raciais no país.

Discutir o crescente papel da China no processo de desenvolvimento latino-americano nas duas últimas décadas, assim como as implicações econômicas e políticas decorrentes dessa relação, são os objetivos do professor Wagner Tadeu Iglecias em seu artigo. Apresentando dados referentes ao comércio e ao fluxo de investimentos entre a China e a América Latina, o autor questiona se o modelo econômico que está sendo estruturado entre os países latino-americanos e a economia chinesa corresponde a uma relação econômica mais simétrica, implicando em ganhos reais para ambas as partes, ou se reproduz histórico padrão de dependência da América Latina em relação aos países mais dinâmicos do ponto de vista da economia mundial.

Racionalidade, alteridade e violência são temas abordados no artigo do filósofo Alexandre Marques Cabral. O autor parte da hipótese de que a violência é um elemento central presente na tradição cultural do ocidente e precisa ser pensada a partir da relação que se estabelece com a razão e a anulação da alteridade. Na problematização dessa relação, ele toma como referência as ideias de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas, pensadores fundamentais para refletirmos sobre as questões postas pela existência contemporânea.

Por fim, na presente edição da *Sinais Sociais* reiteramos a vocação da revista em promover e disseminar em todo território nacional o conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisas ligados ao ensino, à pesquisa e à reflexão, pois entendemos que as ações implementadas por uma instituição social com as características e a capilaridade do Sesc são indissociáveis de interpretações e diagnósticos sobre as contradições e assimetrias inerentes ao mundo contemporâneo.

Alexandre Marques Cabral

Doutor em filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em teologia pela PUC-RJ, professor adjunto do Departamento de Filosofia da UERJ e professor do Departamento de Filosofia do Colégio Pedro II. É autor de dez livros, dentre os quais se destacam: *Heidegger e a destruição da ética* (2008), *Ontologia da violência: o enigma da crueldade* (2009, em coautoria com Agnaldo de Bastos e Jonas Resende); *A redenção de Deus: sobre o Diabo e a inocência* (2012); *Nihilismo e hierofania* (2 volumes, 2014/2015); *Morte e ressurreição dos deuses: ensaio de crítica ao monótono-teísmo metafísico cristão* (2015); e *Fenomenologia da experiência mística: uma abordagem a partir de Mestre Eckhart e do zen-budismo* (2016).

Resumo

O presente artigo possui como objetivo central assinalar a racionalidade da violência como fonte contínua de anulação da alteridade, seja a alteridade humana, seja a alteridade dos viventes em geral. Trata-se, portanto, de operacionalizar a ideia segundo a qual a violência não se estabelece de modo irracional, mas se determina segundo uma racionalidade específica. Desse modo, o conceito de alteridade aparece, concomitantemente, como princípio explicativo da violência e como índice de resistência à logicidade da mesma violência. Para caracterizar tal ambiguidade e pensar a possibilidade de resistência à violência, servimo-nos das obras de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas. Por vias distintas, ambas as obras assinalam que a responsabilidade pela alteridade (humana ou não humana) é caminho necessário para contrapor-se ao *lógos* da violência.

Palavras-chave: Violência. Alteridade. Racionalidade.

Abstract

*The main objective of this article is to highlight the rationality of violence as a continuous source of annulment of alterity of both human and living beings in general. It is, therefore, the operationalization of the idea that violence is not established irrationally, but it is determined according to a specific rationality. Thus, the concept of alterity appears concurrently as an explanatory principle of violence and as a resistance index to the logicity of the same violence. To characterize such ambiguity and reflect on the possibility of resistance to violence, we turn to the works of Emmanuel Levinas and Hans Jonas. By different routes, both works point out that the responsibility for alterity (human or nonhuman) is a necessary path to counteract the *logos* of violence.*

Keywords: Violence. Alterity. Rationality.

Introdução

A centralidade da violência na cultura ocidental parece não se reduzir a um eixo histórico específico. Antes disso, se acompanharmos minimamente o devir histórico dessa tradição cultural, não é errado afirmar que a violência lhe é congênita. Isso não significa afirmar que a violência é uma fatalidade, imposta por algum tipo de lei metafísica, que, como um *a priori* ontológico e antropológico, condicionaria e determinaria a totalidade da história da cultura ocidental. Trata-se somente de uma constatação de que essa história torna-se ininteligível em seus elementos estruturais, sem que pensemos as práticas de violência atravessando a multiplicidade de seus matizes. Exemplo paradigmático disso é a narrativa mítico-religiosa do primeiro homicídio da humanidade, presente na literatura bíblica e imprescindível na estruturação histórica do Ocidente: o assassinato de Abel cometido por Caim (Gn 4, 1-16). O texto deixa claro que a história dos filhos do primeiro casal de seres humanos (Adão e Eva) acabou produzindo uma identificação ainda hoje perturbadora: a introdução do assassinato no mundo se deu pela via do fratricídio. O mais próximo e familiar transformou-se (e ainda se transforma) em odiável e abjeto. Não só isso. Nesse relato, aparece a gratuidade da violência e a indiferença diante da aniquilação da alteridade. Como aparece no diálogo entre Caim e Deus, logo após o assassinato de Abel: “Disse o Senhor a Caim: Onde está Abel, teu irmão? Ele respondeu: Não sei; acaso, sou eu tutor de meu irmão?” (Gn 4, 9). Poder não responder pelo outro – eis a indiferença nascida da introdução da violência no mundo. Tratando-se de uma narrativa mítica de caráter fundacional, isto é, que tem a pretensão de assinalar um acontecimento fundador dos traços centrais da cultura (ocidental), é pertinente dizer que a gratuidade e a arbitrariedade da violência atravessam e condicionam as matrizes da nossa história. Que se leve em conta, nesse sentido, o pensamento freudiano, como um importante testemunho da copertinência histórica de violência e cultura.

Em setembro de 1932, em resposta a uma carta enviada por Einstein a pedido da Liga das Nações, Freud posicionou-se diante da questão levantada pelo próprio Einstein, a saber, “o problema da prevenção da guerra” (FREUD, 2010, p. 418). Sem a pretensão de propor um método que permitisse extirpar a guerra do seio das culturas em geral, Freud abordou o

problema das guerras à luz do desenvolvimento das suas investigações psicanalíticas, orientando-se por aquilo que poder-se-ia chamar de *hermenêutica psicanalítica culturalista*, ou seja, uma interpretação dos matizes culturais à luz dos referenciais teóricos psicanalíticos. Nesse caso, o texto freudiano não se desenvolve por meio de afirmações apodíticas, mas move-se naquilo que ele mesmo caracterizou como “conjectura” (FREUD, 2010, p. 419). Conjecturas não são “achismos”, mas o conjunto de conhecimentos que, sem a pretensão de apoditicidade mas com certo grau de verossimilhança, permitem a formação de interpretações que jamais se concebem como definitivas. Trata-se de um conhecimento aproximativo, que fomenta o exercício contínuo de interpretações dos múltiplos elementos constitutivos do fenômeno abordado. No caso de Freud, suas conjecturas visam dar conta da tarefa de explicitar as bases psicanalíticas das guerras em geral, de acordo com a relatividade da fase do desenvolvimento de suas pesquisas. Ora, desse modo, para Freud, a presença da guerra na cultura deve ser buscada por meio da relação entre direito e poder, relação essa anteriormente mencionada por Einstein. Contudo, o que Freud entende por poder identifica-se com a noção de violência. (“Posso substituir a palavra ‘poder’ por aquela mais dura e mais forte que é ‘violência’?” [FREUD, 2010, p. 419]). Essa permuta terminológica, que se explica sobretudo pelo fato de a língua alemã permitir entender o poder como violência (*Macht*, termo alemão para poder, muitas vezes aparece como sinônimo de *Gewalt*, que significa no mais das vezes violência e força), acabou possibilitando a Freud conceber a formação histórica da cultura como determinada pela relação de interpenetração entre violência e lei. Vejamos as principais etapas dessa relação, na formação da cultura em geral.

De início, conflitos de interesse se resolviam mediante o uso da violência. Tal estratégia nada mais é que um sinal de que o ser humano participa da condição animal. Ora, em uma pequena horda de seres humanos, os conflitos eram resolvidos violentamente – “a força muscular decidia quem era o dono de algo ou qual vontade iria prevalecer” (FREUD, 2010, p. 419). Posteriormente, a força muscular foi substituída pelos instrumentos produzidos pela razão humana. O objetivo, obviamente, era matar ou subjugar a força contrária dos opositores. Caso houvesse a sobrevivência do opositor, um perigo se estabelecia: a sempiterna possibilidade de

vingança do sobrevivente. Nesse caso, não havia como pensar em harmonia social, nem em direito. Por isso, o surgimento da coesão cultural dependeu de uma transformação peculiar: a violência exercida pelo indivíduo mais forte deve ter dado lugar à unidade da vida comunitária. Tal unidade é, em verdade, outro modo de violência: aquele imposto pela força do grupo composto pelos mais fracos, exercida contra o indivíduo violento e traduzida em lei mantenedora da ordem comunitária adquirida.

A violência é derrotada pela união, o poder daqueles unidos passa a representar o direito, em oposição à violência de um indivíduo. Vemos que o direito é o poder de uma comunidade. É ainda violência, pronta a se voltar contra todo indivíduo que a ela se oponha; trabalha com meios idênticos, persegue os mesmos fins (FREUD, 2010, p. 420-421).

A institucionalização da violência comunitária na forma de lei é garantida pela preservação do vínculo comunitário. Para isso, são necessários dois elementos de cunho psicológico, a saber, a identificação afetiva dos indivíduos da comunidade e a presença de interesses comuns, que produzam alguma convergência das vontades em jogo (FREUD, 2010, p. 421).

A questão da unidade social se complexifica quando levamos em conta a relação muitas vezes violenta entre povos e nações. Não só isso. As relações de poder entre os indivíduos de uma comunidade nem sempre são simétricas. Que se pense, por exemplo, na relação (tradicional?!) entre pais e filhos. Isso significa que a força sempre é exercida para submeter as vontades discordantes ou os conflitos de interesses entre povos ou grupos distintos. Não é fácil, conseqüentemente, extirpar a violência do tecido cultural. A cultura está repleta de práticas violentas. Ora, disso se depreende uma clara ambigüidade ou mesmo uma contradição: por um lado, os indivíduos necessitam de paz nas relações sociais; por outro, a violência, ainda que sob a forma da lei, é sempre necessária para garantir certo grau de unidade nessas mesmas relações. A razão disso, segundo Freud, é a existência de duas pulsões (*Triebe*) contraditórias na estruturação do psiquismo humano: a pulsão de vida e a pulsão de morte, ambas de caráter inconsciente. Atração e repulsa, ódio e amor, conservação e destruição – eis termos disjuntivos que assinalam a distinção das pulsões em questão. Sem avaliá-las moralmente, Freud diz que cada uma dessas pulsões é indispensável para o surgimento e manutenção

dos “fenômenos da vida” (FREUD, 2010, p. 427). Como tais pulsões atuam conjuntamente, muitos atos de conservação do indivíduo se determinam orientados pela pulsão de morte. Daí uma das possibilidades inevitáveis: “O ser vivo como que conserva sua própria vida ao destruir a vida alheia” (FREUD, 2010, p. 428). Nesse caso, a violência assinala a estratégia vital de afirmar a existência do indivíduo em detrimento da alteridade. Porquanto não é possível anular a pulsão de morte em prol da absolutização da pulsão de vida, é necessário elaborar estratégias de minimização da destrutividade humana e de rearticulação da relação entre ambas as pulsões. Segundo Freud, a situação ideal para lidar com as constantes ameaças da violência humana está na dominação racional das pulsões inconscientes. Nas suas palavras: “A condição ideal seria, naturalmente, uma comunidade de indivíduos que tivessem sujeitado a sua vida instintual [ou pulsional] à ditadura da razão” (FREUD, 2010, p. 431). Sem entrarmos nos pormenores do que é a “ditadura da razão”, deve-se reconhecer que há certo *logocentrismo* na abordagem freudiana da violência humana. Exatamente isso parece ser questionável, se quisermos enfrenar o problema da violência.

A “solução” logocêntrica de Freud à questão da violência parece ser colocada em xeque dentro mesmo de sua obra. Se levarmos em conta o escopo geral da obra *O mal-estar na civilização*, então, fica claro que Freud suspeita claramente do que chamou de “ditadora da razão”, no que concerne ao problema da violência humana. Nesse texto, Freud identifica a finalidade da vida (da vida psíquica, sobretudo) com a noção de “princípio de prazer” (FREUD, 2014, p. 30). Ora, a realização desse princípio, que se dá mediante a realização de desejos (cujo caráter é inconsciente), não se dá constantemente. O prazer é episódico; não pode ser realizado a todo momento. Por outro lado, o sofrimento nos ameaça de três modos: a) corporalmente: o corpo humano é sempre sujeito à dissolução; b) pelo mundo exterior: esse contém forças destrutivas, que podem aniquilar o ser humano; e c) pelas relações intersubjetivas: os outros humanos podem sempre nos machucar e isso muitas vezes acontece psicologicamente. Se há muito mais ameaças de sofrimento que ocasiões de prazer, então, um dos modos de aproximar-se da felicidade é por meio da minimização das ameaças de sofrimento, o que aparece em diversas estratégias de diminuição dos desprazeres humanos, dentre as

quais destacamos a tecnociência (FREUD, 2014, p. 32). Em outros termos: a disseminação da racionalidade tecnocientífica na cultura parece ser uma poderosa estratégia de minimização do desprazer. Entretanto, as guerras modernas, sobretudo as guerras do século XX, mostram que o logocentrismo ocidental não somente não estancou os perigos do sofrimento, como também mostrou que produziu mais dor. Freud explica isso operacionalizando o conceito de *pulsão de morte* (FREUD, 2014, p. 87) e assinalando as repressões que esse impulso sofreu por meio do super-eu condicionador da cultura. Deve-se, portanto, notar que o super-eu da cultura ocidental é claramente logocêntrico. Por isso, não é possível dizer que uma simples ditadura da razão minimiza ou anula a violência, pois a repressão da pulsão de morte fomentadora da violência generalizada no século XX é em muito legitimada pela própria razão.

É pertinente questionar a relação entre violência e razão. Isso porque, se a violência se estabelece como uma estratégia mediante a qual um indivíduo ou um grupo de indivíduos se afirma por meio da anulação da alteridade, certo tipo de razão não somente legitima tal anulação, como a potencializa (CABRAL; BASTOS; RESENDE, 2009, *passim*). Para tanto, é preciso orientar-se por um horizonte hermenêutico que suspende o poder prescritivo do que se entende por *metafísica da presença*, que, dito de modo sucinto, se caracteriza por pensar toda e qualquer realidade como dotada de elementos ontológicos previamente dados, ou seja, incondicionais. Trata-se de um tipo de pensamento que se identifica com o que muitos denominam de *essencialismo*: a perspectiva mediante a qual a realidade é interpretada como constituída por identidades (essências) fixas, atemporais e, portanto, metaempíricas. Pensar a violência fora dos regimes de verdade da metafísica da presença é uma necessidade sobretudo devido ao fato de que, pelo menos desde a declaração nietzschiana da *morte de Deus* (Cf. NIETZSCHE, 2002, 108-343), a consciência da inviabilidade e mesmo impossibilidade de supor instâncias ontológicas metaempíricas tornou-se notória. Desse modo, a ideia de *aparelho psíquico*, que atravessa de modos diversos a totalidade da obra freudiana, aparece como impertinente para se pensar a relação entre violência, razão e anulação da alteridade, tarefa essa que demarca o objetivo central do presente estudo, pois o aparelho psíquico supõe a presença *a priori* de instâncias que poder-se-iam considerar metaempíricas, como as pulsões

do inconsciente e as leis que as estruturam, por exemplo. Por esse motivo, lançaremos mão do arcabouço conceitual de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas, que, de modos distintos, pensam a relação com a alteridade e as práticas de violência fora dos esquemas interpretativos da metafísica da presença. Para dar conta de tal proposta, seguiremos o seguinte percurso: 1) Da violência da totalidade ao acontecimento ético da alteridade: Lévinas e o caráter divino do rosto do outro; 2) Da alteridade humana à alteridade ecoteológica: Hans Jonas e a afirmação ética das alteridades; e 3) Considerações: alteridade e crítica permanente da violência. Esse percurso deixa transparecer a hipótese aqui aventada: a resistência à violência advém de relações com as alteridades que tiram da ipseidade humana as estratégias de afirmação de sua pretensa autonomia e que permitem experimentar o caráter derivado da própria ipseidade, derivação essa que só pode ser concebida à luz da referência congênita à alteridade. Desse modo, o "eu" vem a ser o que é por meio das respostas éticas dadas às múltiplas interpelações das alteridades. Responder pelos outros – eis o que efetivamente resiste à violência. Vejamos até que ponto é possível afirmar isso.

Da violência da totalidade ao acontecimento ético da alteridade: Lévinas e o caráter divino do rosto do outro

A relação entre racionalidade, alteridade e violência na obra de Lévinas aparece claramente por meio da articulação dos conceitos de *Totalidade* e *Outro*. Isso torna-se patente já no prefácio de *Totalidade e Infinito*. Nesse contexto de apresentação da obra, a violência aparece sob o modo (caricato) da guerra. Isso porque, na guerra, o outro é aquele que deve ser reduzido (ou reconduzido) a um horizonte identitário de significação e de produção de sentido à totalidade dos entes, o que, conseqüentemente, retira do outro sua unicidade e irredutibilidade a qualquer instância que *a priori* vise fornecer sua inteligibilidade e significatividade. Por isso as palavras de Lévinas:

A violência não consiste tanto em ferir e em aniquilar como em interromper a continuidade das pessoas, em fazê-las desempenhar papéis em que já se não encontram, em fazê-las trair, não apenas compromissos, mas a sua própria substância, em levá-las a cometer atos que vão destruir toda possibilidade de ato (LÉVINAS, 2000, p. 9).

Em outros termos, na violência, a exterioridade da alteridade é negada e o outro enquanto tal é de algum modo subsumido. Por exterioridade, portanto, como ainda veremos, Lévinas entende o caráter inabarcável e irredutível do outro ante o que entende por *Mesmo*. Mais: o que poder-se-ia entender como copertinência de violência e racionalidade só fica claro se levarmos em conta a ideia de *Mesmo*, uma vez que é ela que torna inteligível a subtração da exterioridade da alteridade que caracteriza a violência. Disso advém a pergunta: o que se entende por *Mesmo*, em Lévinas? Até que ponto esse conceito relaciona-se negativamente com o conceito de *Outro*? Uma passagem paradigmática de *Totalidade e Infinito* ajuda-nos a responder essas questões:

A alteridade, a heterogeneidade radical do Outro, só é possível se o Outro é realmente outro em relação a um termo cuja essência é permanecer no ponto de partida, servir de entrada na relação, ser o Mesmo não relativa, mas absolutamente. Um termo só pode permanecer absolutamente no ponto de partida da relação como Eu.

Ser eu é, para além de toda a individualização que se pode ter de um sistema de referências, possuir a identidade como conteúdo. O eu não é um ser que se mantém sempre o mesmo, mas o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade através de tudo o que lhe acontece. É a identidade por excelência, a obra original da identificação (LÉVINAS, 2000, p. 24).

A passagem acima começa assinalando a heterogeneidade do Outro, ou seja, sua irredutível diferença. Entretanto, só é possível falar em heterogeneidade e diferença de modo contrastivo. Por esse motivo, o conceito de alteridade só é inteligível à luz do seu contraste com o conceito de *Mesmo*. O *Mesmo* é o ponto de partida para se pensar o conceito de *Outro*, uma vez que ele é aquela instância absoluta a partir da qual irrompe o caráter refratário da alteridade. Ora, por ser ponto de partida, o *Mesmo* aparece como *Eu*. O que Lévinas entende nesse texto por “eu” não é somente a subjetividade empírica, que sustenta o pronome “eu” na linguagem cotidiana. O eu é o índice de produção da identidade à luz da qual todo significado do que quer que seja é possível. O conteúdo do eu é, em outros termos, a identidade. Não se trata, nesse caso, da relação tautológica da proposição “Eu é Eu”. A identidade do eu não é identificação abstrata do eu consigo mesmo. Antes disso, o eu é “o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade através de tudo

o que lhe acontece.” Em outras palavras: o eu-identidade é o princípio de inteligibilidade de toda alteridade entitativa, que deve ser a ele (ao eu) reconduzida para ganhar significatividade. Ora, se a ausência dessa identidade retira da alteridade seu sentido, então, o eu é o horizonte absoluto de significação de tudo que é. Para que o eu-identidade mantenha-se como fonte significativa (absoluto), é preciso levar em conta seu sempiterno movimento de autoidentificação ou de reencontro consigo mesmo em tudo com que ele mesmo se relaciona. Tudo que aparece para o eu se dá segundo o eu e não segundo a desmesura da alteridade. Nesse caso, a alteridade é subsumida pela medida identitária do eu e é com ela identificada. *Mesmo* é então o conceito que assinala o caráter autorreferencial do eu-identidade e sua essência narcísica: tudo que se dá ao eu aparece segundo o próprio eu e, desse modo, espelha sua [do eu] medida. Mais: se o Mesmo caracteriza-se por ser absoluto, então, ele é uma medida abrangente omniabarcante, pois tudo que é só é se o Mesmo absorvê-lo ou englobá-lo em seu horizonte identitário. Por ser omniabarcante, o Mesmo é global ou, em termos levinasianos, total. Daí a identificação do Mesmo com a Totalidade. A dinâmica totalizadora do Mesmo produz anulação da heterogeneidade do Outro e, por isso, produz inserção da alteridade no interior de seu horizonte constitutivo. Como afirmou Souza: “Totalidade é, assim, a realização da dinâmica do Mesmo, a síntese final das energias que integram o Outro a uma unidade sólida” (SOUZA, 2004, p. 169). Essa relação de absorção/integração da alteridade nada mais é que a afirmação da *imanência* da mesmidade. Por isso, o Mesmo produz sínteses: identifica e unifica (integradoramente) a diferença da alteridade com seu campo identitário.

Na dinâmica autorreferente, englobante e omniabarcante do Mesmo, é possível aproximar-se da ideia levinasiana de racionalidade. No prefácio à edição alemã de *Totalidade e Infinito*, publicado posteriormente em *Entre Nós*, Lévinas chega a identificar as “inevitáveis estações da razão” (LÉVINAS, 1997, p. 282). Com as variações históricas da Totalidade. Mais: para ele, a história do Ocidente é determinada pelos múltiplos regimes de verdade do Mesmo. Desse modo, razão e mesmidade codeterminam-se. O Mesmo é a racionalidade hegemônica da tradição ocidental, o que significa dizer que é possível pensar outra racionalidade que nasça da diferença absoluta da alteridade. Todavia, no que concerne à relação

entre violência e razão, deve-se entendê-la a partir da dinâmica do Mesmo e não da irredutibilidade do Outro. Nesse caso, a mesmidade aparece como medida unificadora e doadora de significado da totalidade do ente. Por ser mensurador, o Mesmo é *ratio*, isto é, medida de posicionamento da identidade de todo e qualquer ente. O Mesmo reúne e, portanto, unifica os entes, razão pela qual é possível identificá-lo com o verbo grego *legéin* (reunir, juntar), que sustenta o nominativo *lógos* (Cf. HEIDEGGER, 2002). Por ser unificador e reunidor, o *lógos* estabelece a medida identitária dos entes e promove o *fundo uno* a partir do qual a pluralidade aparece com alguma articulação. Medida, reunião, unificação, unidade – eis os termos que caracterizam a ideia de razão e que se coadunam plenamente com o conceito levinasiano de mesmidade. O Mesmo como racionalidade hegemônica da história ocidental se impõe como princípio anulador da alteridade em virtude da força identitária do eu. Qual, então, a relação entre razão, alteridade e violência? Uma referência ao modo como Lévinas identifica ontologia e regime de verdade do Mesmo, em um movimento de desdobramento de sua caracterização do eu-identidade, ajuda-nos na tarefa de compreensão dessa relação. Vejamos uma passagem central de *Totalidade e Infinito* sobre a ontologia e o regime de verdade do Mesmo:

A relação com o ser, que atua como ontologia, consiste em neutralizar o ente para o compreender ou captar. Não é, portanto, uma relação com o outro como tal, mas a redução do Outro ao Mesmo. Tal é a definição da liberdade: manter-se contra o outro, apesar de toda a relação com o outro, assegurar a autarquia de um eu. A tematização e a conceptualização, aliás inseparáveis, não são paz com o Outro, mas supressão ou posse do Outro. A posse afirma de fato o Outro, mas no seio de uma negação da sua independência. “Eu penso” redundante em “eu posso” – numa apropriação daquilo que é, numa explosão da realidade. A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder (LÉVINAS, 2000, p. 33).

Por ontologia, sob a influência de Heidegger, Lévinas entende a relação compreensiva com o ser. Ora, o ser não é um ente – lição heideggeriana que assinala a não objetivação do ser e sua irredutível diferença em relação ao ente (diferença ontológica) (HEIDEGGER, 2006, § 1, p. 2-4). Utilizando uma metáfora conhecida no pensamento heideggeriano, o ser é a luz dentro da qual os entes revelam seu ser. Trata-se da ideia de que o ser é horizonte de mostraçã ou desvelamento (HEIDEGGER, 2006, § 44,

p. 213-230). Não só isso. Nossa relação compreensiva com os entes se dá pela articulação de cada ente com seu respectivo horizonte de manifestação. Ora, se há uma medida *una* dentro da qual a totalidade do ente se revela, ou seja, se a luz do ser descerra o horizonte de mostraçãõ de todo e qualquer ente, é possível dizer que “A inteligência do ente consiste então em ir para além do ente – precisamente no aberto – e em recebê-lo no horizonte do ser” (LÉVINAS, 1997, p. 26). O horizonte em questão, por condicionar a aparição de todo ente, possui um caráter universal. Por isso, compreender um ente é remetê-lo ao prévio conhecimento do (horizonte) universal que o condiciona. Como diz Lévinas: “compreender o ser particular já é colocar-se além do particular – compreender é relacionar-se ao particular, único a existir, pelo conhecimento que é sempre conhecimento do universal” (LÉVINAS, 1997, p. 26). Justamente essa dinâmica de anulação da singularidade do ente pela sua remissão e submissão ao universal identifica-se com a noção acima mencionada de *neutralização*. “A relação com o ser, que atua como ontologia, consiste em neutralizar o ente para o compreender ou captar.” A ontologia, conseqüentemente, reedita a dinâmica do Mesmo, ao neutralizar a singularidade do ente pela luz universal ou omniabarcante do ser. Ao afirmar o ser como preocupação originária, a ontologia heideggeriana (mas não só heideggeriana) postula a neutralização promovida pelo ser como única forma de inteligibilidade dos entes singulares. Daí a afirmação de Derrida em sua interpretação da obra de Lévinas:

Se é verdade que ‘a filosofia ocidental foi, o mais das vezes, uma ontologia’ dominada, a partir de Sócrates, por uma Razão que só recebe o que ela se dá, que só faz lembrar-se de si própria, se a ontologia é uma tautologia e uma egologia, ela sempre neutralizou, portanto, o outro em todos os sentidos dessa palavra (DERRIDA, 2009, p. 138).

Liberdade, nesse contexto, como fica claro em citação anterior, é a autonomia da dinâmica autoafirmadora do Mesmo, que não se vê coagida por nada que lhe forneça alguma resistência e a tudo submete aos limites do seu horizonte de atuação. Deve-se, desse modo, reconhecer que a ontologia, por reeditar a dinâmica do Mesmo, dá-lhe uma feição renovada. Por isso, a crítica levinasiana da ontologia visa assinalar a estratégia neutralizadora dos regimes de verdade do Mesmo. Ora, se a racionalidade hegemônica na história do Ocidente é aquela determinada pelo Mesmo, então, a crítica de Lévinas atinge essencialmente a racionalidade ocidental.

Isso não se deve a um capricho ou simples vanguardismo de Lévinas, mas deve-se, sobretudo, ao caráter violento dessa racionalidade. Por violência, como deve ter ficado claro a partir do que foi dito, Lévinas não entende somente o teor de um ato particular de agressão, mas a neutralização da alteridade enquanto tal pela força identitária do Mesmo. O problema agora não é o que é a violência, mas o que é o Outro violado por meio da racionalidade do Mesmo. Um trecho de *Humanismo do outro homem* ajuda-nos sobremaneira nessa tarefa:

Mas a epifania do Outro comporta uma significação própria, independente desta significação recebida do mundo. O Outro não nos vem somente partir do contexto, mas, sem esta mediação, significa por si mesmo. A significação cultural que se revela – e que revela – horizontalmente, de alguma maneira, que se revela a partir do mundo histórico ao qual ela pertence – que revela, segundo a expressão fenomenológica, os horizontes deste mundo – esta significação mundana encontra-se estorvada e transformada por outra presença abstrata (ou, mais exatamente, absoluta), não integrada ao mundo. Esta presença consiste em vir a nós, em fazer uma entrada. Isto pode ser enunciado da seguinte forma: o fenômeno que é aparição do Outro, é também rosto [...] (LÉVINAS, 1993, p. 58).

A tematização positiva da alteridade do Outro por Lévinas depende da sua descontextualização, ou seja, do seu desvinculamento dos contextos históricos omniabarcantes que condicionam os fenômenos em geral. Por contextos, Lévinas entende, no caso do texto acima, os horizontes históricos que não somente situam temporalmente um fenômeno, como determina a fenomenalidade do ente. Entretanto, no arco geral da obra levinasiana, a ideia de contexto identifica-se com qualquer horizonte global de condicionamento dos entes. Outro é aquele que se dá para além ou aquém dos horizontes culturais e/ou ontológicos de significação do real. A alteridade do Outro não pode se dar sintetizada ou integrada na mesmidade dos horizontes em geral. Daí que toda recondução da alteridade às categorias identitárias (fornecedoras de identidade) dissolve sua unicidade nas malhas do Mesmo. Orientar-se pela razão representacional também obscurece a ideia levinasiana de Outro. Isso porque o Outro representado racionalmente é uma pálida derivação de algum modelo de identidade negado. Nesse sentido, o Outro seria a não-identidade racionalmente representada, o que o encarceraria no interior da razão representadora operacionalizada para produzir juízos negativos: o Outro

não é essência; não é objeto; não é substância etc. Tampouco o Outro é aquilo ou aquele que resiste ao Mesmo, pois, se fora assim, o Outro seria, de uma nova forma, medido pelas fronteiras da mesmidade (LÉVINAS, 2000, p. 26). Não sintetizável; refratário ao Mesmo; incomparável; não categorializável; não capturável pela razão totalizadora – eis a alteridade do Outro e sua significatividade desafiadora. Ora, isso não significa que todo ente possa dar-se como Outro. Para Lévinas, somente no rosto de Outrem a alteridade do Outro irrompe. Por isso, “O absolutamente Outro é Outrem”. (LÉVINAS, 2000, p. 26) Ou melhor: “O Outro se apresenta então como Outrem, mostra um rosto, abre a dimensão da altura, quer dizer, transborda infinitamente a medida do conhecimento” (LÉVINAS, 2001, p. 88). É o rosto que deixa claro que o Outro, para Lévinas, é Outrem, ou seja, o Outro só irrompe como rosto do Outro humano. Ora, se em Outrem o Outro se dá; se a alteridade do Outro é refratária ao Mesmo e a ele inassimilável; se a violência se determina pela absorção do Outro pelo Mesmo, então, somente o rosto de Outrem possibilita-nos superar a racionalidade da violência ou a racionalidade como violência. Como, então, se caracteriza esse Outrem que se dá além ou aquém do Mesmo?

Primeiramente, é necessário dizer que o acesso a Outrem não se dá mediado por nada. Outrem não aparece à luz do intelecto, tampouco a partir de alguma faculdade subjetiva, como a vontade ou mesmo os afetos entendidos como moções interiores. Se assim o fosse, a alteridade seria condicionada por alguma mesmidade e não irromperia em sua irreduzibilidade. Por isso, Outrem se dá naquilo que Lévinas, a exemplo de Buber, chama de relação. Como ele mesmo afirma: “Relação ao Outro, o qual, precisamente, por sua diferença irreduzível, se recusa ao saber tematizante e, assim, sempre assimilador. Relação que, assim, não se faz correlação” (LÉVINAS, 1997, p. 108). Relação sem correlação: relação sem conexão de coisas previamente dadas, substâncias autônomas, polos atomisticamente consolidados. Não só isso. A relação por correlação pressupõe que os termos relacionados sejam proporcionalmente vinculados: haveria proporcionalidade no modo como um termo incide sobre o outro, ou seja, haveria algum tipo de reciprocidade. Esse é o principal ponto de divergência entre Lévinas e Buber. Se Buber afirma, como Lévinas, que “No começo é a relação” (BUBER, 2008, p. 20), assinalando a originariedade da significatividade que nasce da relação, a reciprocidade

pensada por ele concernente aos termos da relação fora veementemente questionada por Lévinas. Isso porque, como disse Buber, “Relação é reciprocidade. Meu Tu [o Outro, na linguagem levinasiana] atua sobre mim assim como eu atuo sobre ele” (BUBER, 2008, p. 18). Ora, para Lévinas, não há como antecipar qualquer ideia de proporcionalidade entre mim e Outrem, exatamente pelo fato de que a reciprocidade pensada como proporcionalidade do modo como os termos relacionados atuam entre si já é obra da razão controladora ou da razão previdente (que prevê). Por outro lado, a correlação (termo comum na fenomenologia husserliana) assinala a co-originariade dos termos entre si relacionados. Para Lévinas, a relação com Outrem não é formada pela co-originariade do eu e de Outrem. Dito sucintamente, Outrem me antecede e é mais elevado que eu. Ele possui o que Lévinas entende por *altura*. Por isso, entre mim e Outrem não há correlação, mas *assimetria*. Relação com Outrem é relação de irrupção da assimetria (LÉVINAS, 1997, p. 145). Para dar conta do sentido da assimetria, dois conceitos levinasianos aparecem como essenciais: a transcendência e o rosto. O que tais conceitos significam? Por que Outrem tem a ver com transcendência? E com rosto? Seria o rosto a fisionomia da face de alguém?

Começemos pelo rosto (visage). Não se trata do rosto cujo olhar nos objetiva, mas de Outrem cujo olhar nos solicita. Ora, se o rosto/olhar é irreduzível ao Mesmo, à identidade do eu, então, ele não é conteúdo do meu olhar. Quando me solicita, o rosto não é um objeto que contemplo, uma coisa dada à minha visão. Nada disso:

O rosto está presente na sua recusa de ser conteúdo. Nesse sentido, não poderá ser compreendido, isto é, englobado. Nem visto, nem tocado – porque na sensação visual ou tátil, a identidade do eu implica a alteridade do objeto que precisamente se torna conteúdo (LÉVINAS, 2000, p. 173).

Dito de outro modo:

[...] o Rosto não é absolutamente uma forma plástica como um retrato; a relação ao Rosto é, ao mesmo tempo, relação ao absolutamente fraco – ao que está absolutamente exposto, o que está nu e o que é despojado (LÉVINAS, 1997, p. 144).

Irreduzível ao Mesmo, o rosto é o que não se adéqua à força da racionalidade tautológica do eu, que a tudo posiciona e significa segundo seu horizonte constitutivo. Se a força configuradora do Mesmo é omniabar-

cante, ela caracteriza-se por pretender ser onipotente: tudo quer abarcar e condicionar, tudo quer justificar e plasmar. Sendo exterioridade, o rosto é a alteridade fora da lógica onipotente do Mesmo. Por isso, a nudez de Outrem é fragilidade e não poder. No rosto, Outrem aparece como mortal, como suscetível a não mais ser, a ser subtraído da existência.

Por ser rosto, como já dito, a alteridade que se dá como Outrem não pode ser equiparada a nenhum termo neutro, que forneça uma medida comum a ele e a outro ente. Desse modo, Outrem não se enquadra no interior de gêneros e espécies. Não há medidas comparativas por meio das quais Outrem possa ser inteligido. Por isso, não há conceito que apreenda Outrem. Este é, em outros termos, transcendente. Nas palavras de Lévinas: “Outro, que é invisível, de que não se espera um preenchimento, o incontível, o não tematizável. Uma transcendência infinita, porque a ideia de preencher uma visada por uma visão está aqui fora de proporção. Uma transcendência des-proporcionada” (LÉVINAS, 2012, p. 162). O rosto, por não ser tematizável; por ser irreduzível ao Mesmo; por ser incomparável; por ser assimétrico, é *transcendente*. A transcendência, contudo, não pode ser pensada nos termos da tradição platônico-cristã, ou seja, segundo a metafísica tradicional. Não se trata, conseqüentemente, de um deslocamento ascensional, que retiraria o eu do âmbito sensível para o âmbito metaempírico do real. De modo semelhante, a transcendência nada tem a ver com a saída da subjetividade em direção ao objeto, o que reduziria a transcendência à dinâmica assimilatória do eu, que absorve a alteridade do ente à amplitude do seu poder de apreensão. Em outros termos, Lévinas não pensa a transcendência à luz da dinâmica assimilatória do Mesmo. Por isso, tudo que se dá no interior da Totalidade é imanente. A transcendência só aparece quando a alteridade irrompe para além do Mesmo. Trata-se, portanto, de outra transcendência, a saber, a transcendência de Outrem (LÉVINAS, 1995, p. 27-56).

Em *Deus, a morte e o tempo*, Lévinas diz: “A transcendência significa um movimento de travessia (*trans*) e um movimento de subida (*scando*); nesse sentido, ela significa um duplo esforço de transposição do intervalo por elevação” (LÉVINAS, 2012, p. 190). Essa caracterização formal só ganha sentido se levarmos em conta que a transposição almejada por Lévinas não é outra senão relativa ao âmbito do Mesmo. A transcendência é a saída, o êxodo ou a evasão da Totalidade e a irrupção da relação com

Outrem. Tal relação se constitui como *encontro*, isto é, epifania (sem mediação) do rosto de Outrem. Por ser assimétrico, o rosto possui altura. Esta só pode ser compreendida a partir da transcendência absoluta de Outrem. Sem ser o espaço geográfico da alteridade, a altura é o “espaço” da transcendência absoluta. Trata-se, portanto, do não-lugar de Outrem, como o âmbito de sua irredutível diferença em relação aos espaços do Mesmo (Cf. LÉVINAS, 2001, p. 87). Ora, tudo parece, então, assinalar que Lévinas é responsável por um tipo de filosofia apofática, que se resumiria em predicar negativamente Outrem. Mais ainda. É possível, à luz de tudo que foi dito, dizer que não há como entender a relação entre Outrem e significatividade, uma vez que Outrem é absolutamente transcendente. Justamente isso é rejeitado por Lévinas. Outrem sempre diz algo de si, o que significa afirmar que há alguma inteligibilidade na relação com Outrem. Por um lado, sabemos disso, pelo fato de Outrem solicitar o eu. Por outro, Lévinas afirma que “O Infinito vem-me à ideia na significância do rosto. O rosto significa o Infinito” (LÉVINAS, 1988, p. 97). Sem entrarmos nos detalhes do que Lévinas entende por Infinito, é possível dizer, sucintamente, que esse conceito identifica-se com o caráter formal do seu homônimo em Descartes, significando portanto Deus. Nesse sentido, o Infinito assinala a irredutibilidade do rosto ante a finitude da amplitude do Mesmo. Este é finito, por conter os limites no interior dos quais ele mesmo pretende absorver a alteridade dos entes em geral. Na epifania de Outrem, as bordas do finito são colocadas em xeque e a significatividade do não finito se dá ao eu. Se transcendência e assimetria caracterizam o modo de irrupção de Outrem, então, isso significa que o infinito é absolutamente exterior ao Mesmo. Exterioridade e estrangeiridade são as marcas essenciais do infinito (LÉVINAS, 2000, p. 35-39). Enquanto Outrem solicita, ele é a “voz” da interpelação divina ao eu. Ante essa interpelação, o eu que se relaciona com o Infinito não se apresenta como eu ativamente representador, mas como passividade que deve responder pela fragilidade do rosto. Justamente esse dever responder atemático é o que caracteriza a “virada ética” do pensamento levinasiano.

Se “o rosto significa outramente [*Autrement*]” (LÉVINAS, 1997, p. 32); se essa significatividade é o Infinito; se o Infinito é irredutível ao Mesmo; se a irrupção do rosto é interpeladora, então, o eu que se forma por meio da solicitação de Outrem é pura *responsabilidade*. Ele é absoluta tarefa

de responder pela fragilidade e mortalidade alheia. Somente nessa responsabilidade se dá a possibilidade de traumatizar a violência congênita ao Mesmo. Isso porque, lembrando o que foi dito, para Lévinas, a violência identifica-se com a dinâmica assimilatória do Mesmo, que reduz a si e assim anula a alteridade de Outrem. Como ele mesmo diz, ao relacionar violência e ontologia:

A compreensão, ao se reportar ao ente na abertura do ser, confere-lhe significação a partir do ser. Nesse sentido, ela não o invoca, apenas o nomeia. E, assim, comete a seu respeito uma violência e uma negação. Negação parcial que é violência. [...] A negação parcial, que é violência, nega a independência do ente: ele depende de mim (LÉVINAS, 1997, p. 31).

A imposição da fragilidade do rosto de Outrem suspende a racionalidade violenta do Mesmo e impõe a necessidade da responsabilidade ética. Porquanto Lévinas entende ser a significatividade (ética) do rosto de Outrem mais originária que a significatividade nascida do Mesmo, a relação ética aparece como primária. É nesse sentido que Lévinas entende ser a ética a filosofia primeira, ou seja, a ética é a metafísica propriamente dita. Antes do problema do ser, problema que norteou a metafísica clássica, dá-se a irrupção do Infinito (LÉVINAS, 2000, p. 29-35). Por isso, não é a atividade do eu identitário (lugar de realização do Mesmo) que caracteriza o eu originário, mas a passividade de deixar-se afetar por Outrem (LÉVINAS, 1997, p. 170-177). O eu originário, em outros termos, nada mais é que a subjetividade ética. Desse modo, a unicidade da minha ipseidade é formada pela intransferibilidade da minha responsabilidade por Outrem. Sou quem sou porque ninguém me substitui na tarefa de responder pela interpelação do rosto de Outrem. Eis a minha *unicidade* (LÉVINAS, 1978, p. 177).

Ainda que Lévinas articule violência, ética e justiça, é possível inferir do que foi dito que é a ética a resposta levinasiana para a racionalidade violenta do Mesmo. Responder eticamente por Outrem é orientar-se por uma significatividade outra que aquela nascida da Totalidade. Ao mesmo tempo, abrir mão de uma subjetividade ontologicamente constituída e da liberdade inerente ao movimento de autoimposição desse tipo de sujeito é assinalar o caráter derivado da ipseidade humana: derivado de Outrem e de suas interpelações. Sujeito a Outrem, o sujeito não é sujeitado, mas responsável. Ora, se há na alteridade de Outrem significatividade e sentido, então, há no acontecimento do encontro ético

com o rosto, e com a infinitude que nele se manifesta, uma razão (um *lógos*) não totalizadora, que resiste às investidas do Mesmo. É essa razão a grande alternativa à violência da razão do Mesmo.

Da alteridade humana à alteridade ecoteológica: Hans Jonas e a afirmação ética das alteridades

O pensamento filosófico de Hans Jonas possui uma complexidade peculiar. Por um lado, Jonas, inicialmente interessado pelo gnosticismo, ocupa-se com a questão do dualismo antropocósmico, ou seja, dualismo que aparece de modo análogo no ser humano e no mundo. Por outro lado, Jonas constrói seu pensamento em diálogo constante e profícuo com a biologia e, de certo modo, com o pensamento judaico. Não só isso. Jonas interessa-se também em construir uma ética que dê conta das questões ecológicas. Desse modo, dialoga com as tradições éticas do pensamento ocidental e com as pesquisas sobre os efeitos da técnica moderna, tanto na natureza em geral quanto na vida humana. Por meio dessa multiplicidade de interesses e elementos, Jonas tematiza a alteridade de modo mais plural que Lévinas. Além disso, nessa tematização, ele coloca em xeque a razão tecnocrática hegemônica nas culturas ocidentais (e, com a globalização, na maior parte das nações) e resiste à violência presente nos ecocídios em geral. Mais ainda. Ao pensar Deus à luz do absurdo de Auschwitz, Jonas pensa que toda ação ética, seja com os outros humanos assim como com os ecossistemas, incide sobre o ser divino que se inscreve totalmente na natureza. Por isso, parece que o elemento teológico em Jonas garante plena responsabilidade ética por todas as alteridades finitas. Justamente esse será o acento dado no presente tópico deste artigo. Trata-se, aqui, de recortar conceitos e temas que permitam entender como Jonas afirma plenamente a pluralidade de alteridades como alternativa para a racionalidade hegemônica na tradição ocidental, acentuando suas especulações teológicas como possibilitadoras da afirmação mencionada. Ora, se devemos caracterizar a afirmação das alteridades na obra de Jonas com a finalidade de mostrar como seu pensamento resiste à relação entre violência e racionalidade, então, há conceitos e questões que devem ser, mesmo que sucintamente, tematizados por nós. A relação entre ontologia biológica, ética e divinização da relação com as

alteridades finitas deve orientar as escolhas dos conceitos que serão aqui tematizados. Começemos, então, com as questões: como Jonas pensa o fenômeno da vida de tal modo que nela apareça a condição para o surgimento do espírito? Mais: qual a necessidade vital da responsabilidade ética?

Em *O princípio vida*, Jonas deixa claro que a questão da vida fora negligenciada pela filosofia, por causa de diversos motivos. Se dermos uma rápida olhada nas culturas antigas, então, vem à baila a relação indissociável entre vida e ser. Tanto no animismo quanto no hilozoísmo, aparece a ideia de que o panvitalismo marca indelevelmente o ser. Nas suas palavras: “A ‘alma’ ocupava o todo da realidade, e ela se encontrava a si própria em toda parte. A matéria ‘pura’, isto é, matéria ‘morta’, não fora ainda descoberta – já que esta suposição, hoje tão familiar a todos, nada possui de evidente” (JONAS, 2004, p. 17). Foram necessários alguns séculos ou mesmo milênios de história para que a modernidade ocidental se visse às voltas com uma compreensão da natureza baseada em uma pantanatologia, isto é, na ideia de que a morte é comum ao ser, uma vez que este agora identifica-se com a matéria morta, e a vida é uma exceção quase que inexplicável. Por isso, o mundo é composto por um conjunto de massas inanimadas e de forças cegas, sem finalidade, que se relacionam entre si mecanicamente, de acordo com “leis de conservação e de acordo com sua distribuição quantitativa no espaço” (JONAS, 2004, p. 19). O pan-mecanicismo acaba dogmaticamente excluindo a vida do tecido da matéria. No lugar tanto do panvitalismo quanto do pan-mecanicismo – e também para além dos dualismos metafísicos em geral –, Jonas preocupa-se em pensar a “vida material, portanto [o] corpo vivo, em suma, [o] ser orgânico” (JONAS, 2004, p. 34). Dessa tarefa aparece o projeto jonasiano de realização de uma ontologia biológica que dê conta da complexidade da vida e de uma compreensão do ser que não recaia nos materialismos modernos. O diálogo (sempre filosófico) com a ciência biológica torna-se, então, imprescindível.

O conceito jonasiano de vida é claramente analógico e orientado por certa compreensão evolucionista. O que interessa a Jonas é, basicamente, entender como a matéria, que a modernidade entendeu como morta, é capaz de vida e como essa manifesta-se pluralmente, dando margem sobretudo à vida humana. Evolutivamente, a vida se manifesta em um

sentido ascendente, onde as formas primitivas abrem espaço para formas mais complexas, em que aparecem as sensações, a imaginação, a vontade, a memória, o pensamento etc. Ora, isso não significa que os seres vivos primitivos são vistos meramente como incapazes de terem perfeições mais complexas como as que se manifestam nos demais seres vivos. Antes, Jonas entende a vida primitiva como já dotada de uma série de aspectos que se tornam mais evidentes nas vidas mais evoluídas. Ele destaca a liberdade como característica desde sempre presente na vida orgânica. Ela aparece nos seres vivos primitivos por meio do *metabolismo*. “Trata-se de um conceito ontológico descritivo que num primeiro momento pode referir-se a meros fatos corpóreos” (JONAS, 1998, p. 17). Com a liberdade inscrita na vida, acontece a “irrupção do ser no espaço ilimitado das possibilidades” (Idem). Vida e possibilidade criativa (da própria vida) se conjugam e se determinam mutuamente. Daí a estratégia de Jonas pensar a liberdade como fio condutor para se compreender a polimorfia da vida. Essa relação entre liberdade e possibilidades vitais assinala o caráter de risco presente em todo vivente. Não é necessário que toda iniciativa da vida obtenha êxito, pois é sempre possível a falência de seus projetos. Por isso, toda vida orgânica experimenta de modos distintos a tensão entre ser e não-ser, tensão essa ausente dos seres inorgânicos. Nesse sentido, todo ser orgânico existe em relação aos seres inorgânicos, porém sem se identificar com eles – “a substância vivente se separou da integração geral das coisas na totalidade da natureza, de modo que ficou diante do mundo introduzindo, assim, a tensão entre ‘ser e não ser’ na segurança anterior indiferente da posse da existência” (JONAS, 1998, p. 18). Isso equivale a dizer que a irrupção da vida é concomitante à introdução do fenômeno da finitude, ou seja, da morte. Daí a equação: ser vivo = ser mortal. Desse modo, a vida é marcada por *vulnerabilidade*.

Se Jonas considera a liberdade “um conceito-guia capaz de orientar-nos na tarefa de interpretar a vida” (JONAS, 1998, p. 106), então, é ela que concentra em si os caracteres ontológicos essenciais na constituição dos seres vivos. Nesse caso, liberdade, como elemento ontológico essencial, não se identifica com livre-arbítrio ou mesmo com a autoafirmação da vontade de um ser racional. Antes, a liberdade assinala a relação dialética de todo ser vivo com o meio em que vive. Por um lado, o ser vivo

metabolicamente modifica o meio; por outro, tal tarefa criativa aparece como uma necessidade, pois sem ela a vida não é possível. Daí a relação dialética entre liberdade e necessidade (JONAS, 1998, p. 107), sem a qual nenhum ser orgânico desdobra seu ser. Ao mesmo tempo, a vida só é possível se estiver aberta ao meio ambiente. Ser-no-mundo é o caráter de todo vivente, o que abre o campo para sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo que o obriga a transformar criativamente o meio em que vive. Ora, tal vulnerabilidade, que se dá na relação umbilical com o mundo, não é abstrata, mas individualizada. Isso porque só existe vida na individualidade de cada vivente. Dessa forma, a relação do vivente com o mundo não pode ser de subsunção, seja de si, seja do mundo. Antes, o vivente, por ser “individualidade autocentrada, existindo para si e em oposição a todo resto do mundo, com um limite essencial entre o dentro e o fora” (JONAS, 1998, p. 101), relaciona-se com o mundo agonisticamente, por meio de uma multiplicidade de trocas. Disso surge a característica de todo vivente: ser autoafirmador. Ele afirma a si mesmo por meio de uma relação de apropriação seletiva dos diversos elementos do mundo. Somente assim a ipseidade (mesmidade) do vivente se forma. Não se trata, é claro, de uma identidade substancialmente fundada, mas de uma identidade “que se faz de momento a momento, que sempre de novo se afirma forçando as forças igualizadoras da mesmidade física, encontra[r]-se em uma tensão essencial com o todo das coisas” (JONAS, 1998, p. 106). Daí a temporalidade insuprimível da vida. Disso se destaca o fato de o vivente necessitar sempre do meio, para afirmar a cada vez a si mesmo; contudo, essa afirmação se estrutura por meio de uma relação agonística de apropriação e seletividade com o meio. Somente nessa relação de tensão dialética se explica como a vida desdobra-se entre o ser e o não-ser e necessita transcender os múltiplos elementos do mundo e as formas de si já configuradas, para a cada vez (re) criar a sua ipseidade. Vida, transcendência, agonística, temporalidade, finitude e mundo se interpenetram essencialmente.

Com o aparecimento do espírito (humano) na teia da vida, a liberdade assume novos contornos. O ser humano produz um sistema teleológico para organizar, legitimar suas ações e consumir sua vontade. Não somente isso. O ser humano consegue agir em consonância com certo conhecimento dos efeitos de suas ações. Isso porque a liberdade humana

ou a liberdade “transanimal” (JONAS, 2010b, p. 30) permite-o transcender a situação e “estabelecer metas transcendentais” (Idem). Na liberdade humana, há também a possibilidade de o eu fazer de si seu próprio tema. Justamente esse movimento reflexivo transforma a subjetividade do eu em objeto de avaliação axiológica: o eu “torna-se sujeito ao julgamento da consciência moral” (JONAS, 2010b, p. 32). Por meio dessa relação reflexiva de cunho ético, o eu cuida de realizar, nas múltiplas relações com os seres mundanos, os valores que determinam sua interioridade. Ora, como o espírito humano é irreduzível às situações em que ele se determina, os valores éticos podem assumir caráter infinito ou absoluto, fundando a insuprimível diferenciação entre bem e mal. É claro que muitas vezes o mal disfarça-se de bem e as boas ações transformam-se em máscaras para atualização da força destruidora do mal. Isso, contudo, não retira do ser humano a responsabilidade pelos efeitos de sua ação e pelos seres que compõem o meio onde ele mesmo vive e sem os quais ele não pode afirmar seu ser. Eis, portanto, a copertinência de ontologia da vida e responsabilidade ética. Ora, uma questão se coloca, à luz do que fora dito: se a responsabilidade ética está fundada na estrutura ontológica da vida; se a vida humana depende de sua relação com o mundo; se uma das condições da vida é a temporalidade, então, não é possível pensar a responsabilidade ética à luz de valores trans-históricos de caráter metafísico. Consequentemente, é preciso dialogar com a situação onde a vida humana se desdobra, para que a ética possa ser retamente pensada. Qual, então, a situação em que a vida, sobretudo a vida humana, atualmente se encontra?

O pensamento ético jonasiano se inscreve no interior da técnica moderna entendida, de certo modo, como horizonte histórico em que a vida como um todo se desdobra, da vida infra-humana à vida humana. Ora, exatamente a racionalidade técnica é o horizonte condicionador da reflexão ética de Jonas. Antes de ser concebida como o conjunto de artefatos que usualmente chamamos de técnicos (carros, eletrodomésticos, computadores etc.), à semelhança de Heidegger, Jonas compreende a técnica como um sistema autonomizado de determinação da condição dos seres vivos e não vivos. Por esse motivo, em *O princípio responsabilidade*, Jonas afirma:

A diferença [na era da técnica moderna] entre o artificial e o natural desapareceu, o natural foi tragado pela esfera do artificial; simultaneamente, o artefato total, as obras do homem que se transformaram no mundo, agindo sobre ele e por meio dele, criaram um novo tipo de 'natureza', isto é, uma necessidade dinâmica própria com a qual a liberdade humana defronta-se em um sentido inteiramente novo (JONAS, 2011, p. 44).

Dito de outro modo: na era da técnica, o virtual substitui o real de tal modo que o real se torna produzido pelo virtual. A natureza, portanto, deixa de ser algo dado, com leis que autonomizam seu curso e passa a resultar de um sistema outrora considerado dependente da subjetividade humana, isto é, do virtual. Nada aparece como dotado de uma natureza com consistência ontológica, mas tudo se dá como factível e, portanto, plasticamente reconfigurável. Em outros termos: natureza é, agora, o que é passível, qual matéria-prima, de ser produzido e reproduzido – inclusive o ser humano. As pesquisas contemporâneas de confecção do ser humano, refabricando órgãos, tecidos e até sua codificação genética, deixam claro que, para o ser humano, o próprio ser humano é passível de ser (re) produzido. Isso é, evidentemente, um desafio para a ética contemporânea. Como afirma Jonas:

Nossa tese é de que os novos tipos e limites do agir exigem uma ética de previsão e responsabilidade compatível com esses limites, que seja tão nova quanto as situações com as quais ela tem de lidar. Vimos que estas são as situações que emergem das obras do *homo faber* na era da técnica. Mas ainda não mencionamos a classe potencialmente mais funesta dessas obras de nova espécie. Situamos a *techne* apenas em sua aplicação no domínio não-humano. Mas o próprio homem passou a figurar entre os objetos da técnica. O *homo faber* aplica sua arte sobre si mesmo e se habilita a refabricar inventivamente o inventor e confeccionador de todo o resto. Essa culminação de seus poderes, que pode muito bem significar a subjugação do homem, esse mais recente emprego da arte sobre a natureza desafia o último esforço do pensamento ético, que antes nunca precisou visualizar alternativas de escolha para o que se considerava serem as características definitivas da constituição humana (JONAS, 2011, p. 57).

A compreensão jonasiana da técnica inscreve-se na sua preocupação ética, segundo a qual a técnica não somente produz seres factíveis, como também destrói seres perecíveis. Nela e por ela, aparece o perigo da aniquilação dos seres vivos entendidos como perecíveis. Por isso, “o objeto ou, melhor dizendo, o correspondente da responsabilidade é

o perecível enquanto tal” (RICOEUR, 1996, p. 230). Ora, a técnica não ameaça somente alguns entes perecíveis; ela ameaça o futuro dos viventes. Desse modo, a grande preocupação ética refere-se ao futuro dos viventes, futuro esse que diz respeito a entes que ainda sequer existem e que devem ser alvo das minhas ações. Trata-se, consequentemente, de uma relação assimétrica com aqueles que ainda não são, ou seja, com viventes que sequer podem se proteger. Essa responsabilidade assimétrica aparece claramente nas duas formulações jonasianas dos seus imperativos éticos, que claramente operacionalizam, formalmente, os imperativos categóricos kantianos. Nas suas palavras: “Age de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou, expresso negativamente: ‘Age de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade de uma tal vida’” Mais: “Não ponhas em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra’ [...] ‘Inclui na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer” (RICOEUR, 1996, p. 47-48). Sem entrar nos detalhes dessas formulações, importa observar que a preocupação de Jonas não é somente garantir eticamente um futuro para o ser humano, mas responder pelo futuro de todos os viventes. Devemos ser responsáveis, de modo assimétrico, pelas alteridades viventes e não somente humanas, ainda que Jonas (como fica claro na última formulação do imperativo ético) preocupe-se sobremaneira com as alteridades humanas. Outrem, agora, é todo e qualquer vivente. Trata-se, portanto, de uma ética antropocósmica. Somente assim a racionalidade técnica hegemônica pode ser superada. Qual, então, o lugar do tema da divindade na caracterização jonasiana da ética? Por que é possível dizer que a ética jonasiana é ecoteológica?

A questão da divindade aparece propriamente no pensamento de Jonas a partir dos horrores da Shoá. Desse modo, Deus e holocausto formam uma relação que não somente leva a repensar o problema do mal, como confronta as narrativas metafísicas da tradição judaico-cristã, exigindo delas uma profunda resignificação discursiva. Isso aparece claramente no texto *O conceito de Deus após Auschwitz*. Esse texto, além é claro de relocalar a questão da divindade à luz dos terrores da segunda grande guerra, possibilita-nos entender por que a questão da divindade permite a Jonas

afirmar eticamente a necessidade de respondermos pela miríade de alteridades que compõem o tecido da vida. Como, então, a divindade é pensada por Jonas à luz de Auschwitz? Não se trata de mais uma narrativa de caráter metafísico, com a pretensão de dizer o que é Deus nele mesmo. Trata-se de uma narrativa mitopoética, com a finalidade, semelhante aos mitos de Platão, de elevar o pensamento a um âmbito de inteligibilidade mais originário que aquele das simples explicações lógico-analíticas. É possível dizer, segundo o nosso entendimento, que tal estratégia possui como finalidade a ratificação e radicalização da responsabilidade ética pelas alteridades viventes. Como, então, Jonas pensa a questão da divindade? Vejamos, brevemente, como tal tema aparece no ensaio *O conceito de Deus após Auschwitz*.

O mito de Jonas diz que Deus criou o mundo e inscreveu-se inteiramente na criação, passando a viver segundo suas [da criação] possibilidades. Nos seres inorgânicos, Deus encontrou certas possibilidades que não encontrou nos vegetais. O mesmo aconteceu nos animais e, por fim, na condição humana. Deus se fez sujeito ao devir criatural. Como Jonas mesmo afirma:

[...] para que possa existir o mundo, Deus renuncia a seu próprio ser; despoja-se de sua divindade para tornar a recebê-la da odisseia do tempo, carregada com a colheita ocasional de experiências temporais imprevisíveis, sublimada ou talvez também desfigurada por elas (JONAS, 1998, p. 199).

Não só isso:

Nesse abandono de si mesmo da integridade divina a favor do devir incondicional não se pode supor nenhum outro saber prévio salvo o que se refere às possibilidades que o ser cósmico oferece devido às suas próprias condições: precisamente a estas condições entregou Deus sua causa quando se alienou a favor do mundo (JONAS, 1998, p. 199).

Em meio ao devir do espírito humano, Deus encontrou-se à mercê das vicissitudes de sua liberdade e, por isso, suas transformações passaram a relacionar-se com os efeitos dos atos humanos. Por isso, Jonas afirma em “Imortalidade e existência atual”, texto presente em *O princípio vida*:

O surgimento do ser humano significa o surgir de conhecimento e de liberdade, e com esse duplo fio extremamente cortante a inocência do mero sujeito de uma vida que se autoplénifica cede lugar à tarefa da responsabilidade situada sob a disjunção do bem e do mal (JONAS, 2004, p. 266).

Daí a conclusão: “Pela primeira vez a realização da causa divina está, de agora em diante, confiada à chance e ao risco dessa dimensão, sem êxito oscilando na balança” (JONAS, 2010, p. 266-267). Se o ser humano decide moralmente seu destino, então, na realidade humana, o ser de Deus é decidido moralmente, o que equivale a dizer que Deus assume o risco dos efeitos das ações morais humanas. Ele sofre o bem e mal na “pele”. Ora, os atos humanos incidem em Deus por meio do modo como moralmente o ser humano responde pelos viventes. Isso possibilita-nos dizer que o ser de Deus é essencialmente atingido pelos atos morais do ser humano.

Desse mito da criação, segundo o qual Deus se inscreve totalmente (sem sobras) na criação e assume as possibilidades fornecidas pela finitude de cada ser criado, surgem novos atributos divinos, que Jonas resume em três, a saber, a *passibilidade divina* – Deus é sofredor –, *mutabilidade* – Deus está em devir –, e *não indiferença divina* – Deus preocupa-se consigo e com a criação. Deus é sofredor, em um duplo sentido. Primeiramente, ele sofre as transformações do curso da criação. Em segundo lugar, Deus sofre as consequências dos atos morais humanos, inclusive os maus atos, que produzem dor. “Se o que disse tem sentido, este sentido é que a relação de Deus com o mundo inclui um sofrimento desde o momento da criação” (JONAS, 1998, p. 203). Trata-se da *teopatia*: o ser de Deus é afetado radicalmente pela criação. Isso só se explica porque Deus é suscetível ao devir da criação. Em outros termos: Jonas retira de Deus a imutabilidade que a metafísica tradicional concebera como um de seus principais atributos. Por isso, ele não somente sofre o devir das criaturas, como também está em devir – Deus vem a ser quem ele é por meio do devir criatural. Nas suas palavras: “[Deus é] afetado pelo que acontece no mundo, e ‘afetado’ significa ‘alterado’, transformado em seu estado” (JONAS, 1998, p. 204). Essa teopatia, essa afecção divina, que transforma Deus em um ente em devir, traz à baila o cuidado divino pela criação, não no sentido de que Deus intervém na criação, mas no sentido de que ele se preocupa com ela e consigo, pois depende do curso da criação para dela receber as possibilidades de apropriar-se de si mesmo. Jonas chega a dizer: “também [ele] é um Deus ameaçado, um Deus com um risco próprio” (JONAS, 1998, p. 205). É o risco que faz de Deus um ente preocupado – seja consigo, seja com a criação. Ora, se o

grande risco divino está na moralidade humana, então, por causa da liberdade do espírito, Deus depende do ser humano. Essa a razão por que Jonas, em *Matéria, espírito e criação*, cita um belíssimo texto/oração da judia Etty Hillesum, morta em Auschwitz, em 1943.

Irei a qualquer canto desta terra, aonde Deus me enviar, e estou disposta a testemunhar em qualquer situação e até a morte, [...] que não é de Deus a culpa por tudo ter sobrevivendo assim, mas nossa.

[...] E se Deus não mais me ajudar, então devo ajudar a Deus [...] esforçar-me-ei sempre em ajudar a Deus o quanto me for possível [...]

Eu quero ajudá-lo, Deus, a não me abandonar, embora não possa garantir mais nada daqui para frente. Apenas uma coisa está se tornando cada vez mais clara para mim: que o Senhor não pode nos ajudar, mas nós é que devemos ajudar o Senhor a nos ajudar e, desta forma nos ajudamos, por fim, a nós mesmos.

Eis a única coisa que importa: salvar em nós próprios algo de ti, Deus [...] Sim, meu Deus! Não há mesmo o que quer que seja que o Senhor possa fazer a respeito de nossa situação [...] Não peço justificação alguma de ti; será o Senhor que mais tarde nos exigirá justificações. E a cada batida de meu coração torna-se mais claro que o Senhor não nos pode ajudar, mas nós é que temos que ajudar o Senhor, e assim defender sua morada em nós até o fim (JONAS, 2010b, p. 67-68).

Se respondemos pelo ser divino em cada ato moral, então, nossa responsabilidade é absoluta, uma vez que respondemos pelo eterno em cada ato temporal. Por isso, a preocupação moral de Jonas segundo a qual a preocupação ética principal deve ser referente ao futuro dos viventes encontra em seu mito acerca da divindade não somente um reforço, mas uma verdadeira legitimidade. Agir moralmente é ser responsável pelo futuro dos viventes e pelo futuro de Deus. Se outrora lançávamos mão da onipotência divina para lidarmos com os impasses da criação, agora, devemos responder pela fragilidade divina, mediante plena responsabilidade com o curso da criação. Consequentemente, a responsabilidade humana com as alteridades criaturais nada mais é que a responsabilidade pelo próprio ser de Deus. O problema da alteridade possui agora caráter ecoteológico. Para Jonas, somente uma ética ecoteológica permite resistir às investidas da violência da racionalidade tecnológica.

Considerações finais: alteridade e crítica permanente da violência

Lévinas e Jonas, por caminhos distintos, levam-nos à possibilidade de resistência à lógica (ou racionalidade) da violência. Ora, como tivemos a oportunidade de ver a partir do conceito levianasiano de *Mesmo* e do conceito jonasiano de *técnica*, a racionalidade hegemônica nas culturas (sobretudo) ocidentais é ela mesma produtora de violência. Ora, do que foi dito também é possível caracterizar minimamente a violência como a afirmação de certos modos de ser a partir da prévia necessidade de anulação (indiferença, aniquilação ou rebaixamento) da alteridade, seja de Outrem humano ou, como assinalou Jonas, dos viventes em geral. A legitimidade de tal anulação se dá por meio de alguma racionalidade. A violência, portanto, não é signo de carência de racionalidade, mas de afirmação de alguma racionalidade que precise conservar determinados modos de ser (humanos) na medida em que promove a anulação de outras possibilidades de ser/viver. Os totalitarismos políticos evidenciam isso. Nenhum ato semelhante aos genocídios é praticado por viventes não dotados de racionalidade. Em outros termos: não há nazismo entre macacos. Isso não quer dizer que toda racionalidade seja violenta, mas somente que toda violência possui sua racionalidade. Ou melhor: sempre legitimamos “coerentemente” a negação de alguma alteridade. Gays, mulheres, judeus, muçulmanos, hindus, negros/as, crianças, os rios, os mares, as árvores, as baleias etc. puderam ser anulados ou destruídos por causa de alguma razão. Como então sair disso? Sendo sem razão? Claro que não, pois nem toda racionalidade é violenta. Então, como?

Não há fórmula mágica para fugir ao regime de racionalidade da violência. Isso fica notório em uma das partes da carta de Freud direcionada a Einstein já mencionada na introdução. Em uma passagem central da carta, Freud afirma: “Como o senhor mesmo [Einstein] observa, não se trata de eliminar completamente as tendências agressivas humanas; pode-se tentar desviá-las a ponto de não terem que se manifestar na guerra” (FREUD, 2010, p. 430). Dito em outros termos: não há como arrancar a possibilidade da violência da existência humana, razão pela qual Freud assinala somente algumas estratégias que permitem drenar a agressividade proveniente da pulsão de morte, mas não anulá-la. Deixando de lado as matrizes conceituais de Freud, importa corroborar

a ideia de que não é fácil (talvez nem possível) retirar do ser humano a possibilidade de produzir violência. Isso não significa que não seja possível resistir à sua racionalidade. Antes, a presença sempiterna da possibilidade da razão violenta é a razão suficiente para a produção de resistências. Estas são realizadas sempre quando práticas e discursos são criados em prol da legitimação de quaisquer alteridades. Em outros termos: as resistências à violência se dão, seja por meio da desconstrução das estratégias da racionalidade violenta, seja produzindo modos de ser que acolham e legitimem as alteridades. Isso forma o duplo direcionamento da resistência à violência: negativo e positivo, ou seja, práticas de contraviolência e práticas de produção de modos de ser não violentos. Se não é possível arrancar a possibilidade da violência, então, a resistência a ela é uma tarefa sempiterna. Daí o seu caráter crítico, promotor de distanciamento situacional e possibilitador de produção de práticas e discursos (teorias, conceitos etc.) correspondentes aos desafios em questão. Somente sendo afetado pelas alteridades a resistência à violência torna-se exigência ética.

Referências

- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2008.
- CABRAL, Alexandre Marques; BASTOS, Agnaldo de.; RESENDE, Jonas. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 17 v.
- _____. *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 18 v.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer, 2006.
- JONAS, Hans. *O princípio vida*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *Matéria, espírito e criação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. *Pensar sobre Dios y otros ensayos*. Barcelona: Herder, 1998.
- _____. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Deus, a morte e o tempo*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- _____. *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Transcendência e inteligibilidade*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- _____. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Paris: Martinus Nijhoff, 1978.
- _____. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- _____. *La realidad y su sombra. Libertad y mandato, Transcendencia y altura*. España: Trotta, 2001.
- _____. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sämtliche Werke: kritische studienausgabe*. Berlim: Walter de Gruyter, 1967-1978. 15 v.
- _____. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RICOEUR, Paul. *A região dos filósofos*. São Paulo: Loyola, 1996.

SOUZA, Ricardo Timm. *Razões Plurais: itinerários da racionalidade ética no século XX*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Sujeito, ética e história: Lévinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 1999.

Isabel Travancas

Professora adjunta da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Jornalista, mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ e doutora em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Autora dos livros *O mundo dos jornalistas* (Summus Editorial, 1993), *O livro no jornal* (Ateliê Editorial, 2001) e *Juventude e Televisão* (FGV, 2007). Organizadora de *Antropologia e comunicação* com Patrícia Farias (Garamond, 2003) e de *Antropologia da comunicação de massa* com Sílvia Nogueira (Editora da UEPB, no prelo). Suas áreas de interesse são: Comunicação, Antropologia e Literatura. Tem coordenado grupos de trabalho em congressos nacionais e internacionais na interface da Antropologia com a comunicação de massa.

Resumo

A importância da leitura para a formação dos jovens é um tema sempre presente nas pesquisas na área de Educação no Brasil e em outros países. Muitos afirmam que os jovens estão mais envolvidos e seduzidos pelas novas tecnologias do que pelo livro. Por outro lado, a lista de títulos mais vendidos para o público adolescente apresenta livros com muitas páginas e tiragens elevadas, como as séries *Harry Potter* e *Crepúsculo*. O objetivo deste artigo é discutir a relação de adolescentes de duas cidades – Rio de Janeiro e Barcelona – com o livro e discutir também o papel da escola nessa relação. Para isso foi realizada uma pesquisa com estudantes de 13 a 17 anos, de escolas públicas e privadas. A metodologia utilizada incluiu questionários aplicados nas escolas, observação participante e entrevistas individuais e em grupo com os adolescentes interessados em fazer parte desse estudo realizado no período 2012-2014. Ao final da investigação, através da escuta desses jovens, ficou evidente que eles leem sim, ainda que textos nem sempre valorizados pelos pais e solicitados pela escola.

Palavras-chave: Adolescente. Leitura. Livro. Escola.

Abstract

The importance of reading in the education of young people is a theme always present in educational researches in Brazil and in other countries. Many claim that young people are more involved and attracted by the new technologies than by the book. On the other hand, the list of best-selling titles for the teenage audience presents thick books and big sales, such as the series “Harry Potter” and “Twilight”. The purpose of this article is to discuss the relationship of adolescents from two cities, Rio de Janeiro and Barcelona, with the book and also to discuss the role of the school in this relationship. The research was carried out between 2012 and 2014 with students from 13 to 17 years, from public and private schools. The methodology used included questionnaires applied in schools, participant observation and individual and group interviews with teens interested in taking part in the study. At the end of the investigation, by listening to these young people, it was evident that they do read but not always the texts that are validated by parents or the ones required by the school.

Key words: Adolescents. Reading. Book. School.

Quando leio me sinto muito, mas muito feliz. Ah, sei lá, eu me sinto num mundinho só meu. É esquisito, mas é verdade. Porque às vezes eu passo situações na vida que eu não gostaria de estar vivendo, aí eu fico pensando no livro, o que poderia estar acontecendo no livro. (...) Eu sinto uma sensação louca quando estou lendo. Não sei por que, só sei que me sinto feliz. Acho que me identifico. (L., 14 anos, brasileira.)

Nunca me há gustado leer. Pequeño era para aprender a leer y tener comprensión lectora y eso siempre era por obligación. Nunca cojo un libro por voluntad mia. Lo siento como una obligación. (G., 14 anos, catalão.)

Introdução

Abro esse artigo com a fala de dois jovens, um do Rio de Janeiro e outro de Barcelona, que expressam bem a sua relação com a leitura. Para um a leitura é prazer. Para o outro é obrigação e está estreitamente vinculada à escola. Lembro das palavras de Certeau (1980) quando dizia que “os leitores são viajantes; circulam em terras alheias, são nômades que caçam furtivamente em campos que não escreveram”.

As pesquisas sobre leitura na Espanha e no Brasil apresentam diferenças muito grandes. A definição de leitor é a mesma: uma pessoa que leu ao menos um livro inteiro ou em partes nos últimos três meses. Esse critério é internacional. Na penúltima edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada em 2011, a população com mais de cinco anos de idade aparece dividida em 50% de leitores e 50% de não leitores. E a média de livros lidos por habitante por ano é de quatro (FAILLA, 2012). A pesquisa realizada na Espanha – *Hábitos de Lectura 2012* – informa que 92% de toda a população do país com mais de 14 anos são leitores. A média de livros lidos por ano na Espanha é de 11,1 (FEDERACIÓN DE GREMIOS DE EDITORES DE ESPAÑA, 2013). Uma das diferenças entre as duas pesquisas é o fato de no levantamento na Espanha só se levar em conta a leitura a partir da adolescência.

Sabe-se que, quanto maior a escolaridade, mais tempo é dedicado à leitura de livros. Nesse aspecto, as diferenças entre os dois países são grandes. No caso brasileiro, grande parte dos estudantes abandona o livro quando sai da escola. Ela não criou leitores e nem fez com que se estabelecesse um vínculo entre o livro e o leitor que seja independente da obrigatoriedade do ensino. Ou seja, é na escola que se lê. E é importante pensar como ela pode ser um espaço de estímulo à leitura, tanto as escolas públicas

quanto as particulares. Na Espanha, através dos discursos dos adolescentes, se percebe que a função da escola também tem deixado a desejar no quesito estímulo à leitura, mas em grau menor do que no Brasil.

A presença das bibliotecas na Espanha está muito mais disseminada e elas são frequentadas por 30% da população, que lê principalmente em casa – 91,4%, depois no transporte 13%, 9,6% ao ar livre, 8,9% no trabalho, 5,6% em um café, 3,4% em uma biblioteca, 3% na escola e 2,1% em outros locais não definidos.

Somente 7% da população brasileira usam com frequência uma biblioteca, 17% usam de vez em quando e 76% não usam. Esses números demonstram que ir às bibliotecas não faz parte do cotidiano de grande parte da população. Seja pelo fato de não existirem bibliotecas em todos os municípios do país, seja por ela não ser vista como um lugar prazeroso. Sobre os lugares onde costumam ler, a casa aparece em primeiro lugar com 93%, seguida das salas de aula com 33%, bibliotecas com 12%, trabalho 13%, transporte 6%, casa de amigos ou parentes 4%, consultórios e salões de beleza 3%, parques e praças 2% e outros lugares 8%. Fica claro com esses dados que a leitura está estreitamente associada ao mundo privado e da intimidade e ao universo escolar.

Este texto apresenta uma pesquisa comparativa sobre a experiência da leitura entre jovens brasileiros e espanhóis no início do século XXI. Ela foi realizada com adolescentes de 13 a 17 anos, nas cidades do Rio de Janeiro e Barcelona, entre 2012 e 2014. Meu objetivo com este estudo foi descobrir o que pensam os adolescentes sobre a leitura, se leem, o que leem e como leem. A faixa etária analisada acabou se ampliando um pouco por ter encontrado alguns alunos acima e abaixo da idade preestabelecida e incluído, como exceção, estudantes do ensino fundamental.

Em 2012 realizei a etapa brasileira da pesquisa,¹ visitando cinco escolas do Rio de Janeiro – três públicas e duas particulares, no Centro, na Zona Sul e em Nilópolis, periferia da cidade, onde apliquei questionários e entrevistei 31 adolescentes. A ideia era ter uma amostra bastante diversa de instituições de ensino e alunos.

A pesquisa na Espanha foi desenvolvida no ano de 2013, quando estive em Barcelona cursando um pós-doutorado² na Universidad Autónoma de Barcelona para fazer o “trabalho de campo” com os adolescentes de lá.

Na capital da Catalunha selecionei quatro escolas públicas/“concertadas”. Estas últimas são escolas que recebem ajuda financeira do governo, mas não são públicas. Nelas, além de aplicar questionários, fiz 12 entrevistas em grupo com o total de 48 jovens.

Prazer de ler

“Gosto de ler quando eu quero.”

“Para mim ler é um prazer, não uma obrigação.”

“Ler te leva para mundos inexplicáveis.”

“Lendo você viaja sem pagar.”

“Entro muito na leitura, imagino tudo.”

Ler por obrigação

“Sinto que ler é uma obrigação.”

“Não dizem para a gente: pode escolher um livro.”

“A leitura não pode ser uma obrigação porque a gente associa aos deveres.”

“Não se pode obrigar alguém a gostar de ler.”

Essas são expressões de adolescentes de Barcelona e do Rio de Janeiro – estão misturadas – e demonstram o quanto a relação com o prazer e com a obrigação é muito semelhante no universo juvenil das duas cidades. Ouvi frases idênticas. A única diferença era a língua em que era expressa. A ideia de que o livro pode ser, para muitos jovens, algo entediante, chato, associado ao ensino e à obrigação escolar, e não uma fonte de entretenimento, diversão ou prazer, é um ponto em comum fundamental.

Isso me fez pensar na noção de prazer na perspectiva freudiana relacionada ao bebê e a um mundo ideal, sem frustrações e sofrimento. Em 1911, Freud (1973) descreve dois princípios do funcionamento psíquico. O *princípio do prazer*, que rege o processo primário inconsciente, corresponde à tendência do aparelho psíquico de descarregar imediatamente a tensão responsável pelo desprazer. O *princípio da realidade* se impõe como uma nova função que adia a satisfação de duas formas: ou por uma ação que modifica a realidade no lugar da descarga imediata ou pelo pensamento. Para o fundador da psicanálise (FREUD, 1973, p. 1641), “la educación puede ser descrita como un estímulo al vencimiento del principio del placer y la sustitución del mismo por el principio de la realidad”.

Creio que é possível entender que, em certo aspecto, estes jovens resistem à lei, à ordem, ao princípio de realidade. Querem uma escola onde

haja muito lugar para o prazer, a diversão, a alegria e menos cobrança e aborrecimento. A meu ver, esse desejo genuíno e frequente entre os jovens não é problema. Ele se torna um quando resistem a entender e aceitar que a vida, infelizmente, não é regida pelo princípio do prazer. É preciso se adequar à realidade escolar com suas tarefas, exigências e exames. O que não significa que não possam questionar o fato de o livro e a leitura dentro da escola estarem muito mais de um lado do que de outro. E, principalmente, pelo fato de terem pouca ou nenhuma participação nas escolhas literárias. Aqui, acredito, que aparece um dos grandes desafios colocados para a escola – o de conseguir transformar a leitura obrigatória em leitura prazerosa.

A adolescência e a leitura

É difícil definir a juventude no mundo contemporâneo. A ideia de juventude pode estar associada à pluralidade e ao movimento. É um segmento que foi ganhando destaque e se tornou uma categoria privilegiada na cultura de massa das sociedades complexas. E não podemos entendê-la apenas como uma faixa etária. É uma identidade social comunicada e reconhecida através da indústria cultural. Para o sociólogo francês Bourdieu (1983, p. 112) há uma arbitrariedade na divisão entre as idades, entre velhos e jovens, que é na realidade uma divisão de poder.

No Brasil crescem as pesquisas sobre os jovens e a juventude. É um tema que vem se constituindo como relevante sob muitos aspectos. Político, econômico, social, psicológico e também ligado a questões de gênero e raça. A obra *Retratos da juventude brasileira*, de 2005, organizada por Abramo; Branco (2005), apresenta um panorama da juventude no país. O livro traz um levantamento quantitativo cujo objetivo foi traçar um perfil da juventude brasileira – segmento da sociedade entre 15 e 24 anos que, naquela data, abarcava cerca de 35 milhões de brasileiros.

Entendo adolescência como uma etapa dentro de um período mais amplo que é a juventude. São jovens, mas têm uma especificidade. E no caso dos adolescentes que compõem essa pesquisa, eles ainda não entraram completamente no mundo dos adultos, a grande maioria não trabalha, vive com os pais e, portanto, não tem autonomia financeira. E são estudantes. Abramo (1993, p. 20) afirma que “a condição juvenil é por excelência a

condição estudantil, como um setor particular que pode ‘permanecer’ de fora do processo produtivo”. E ser estudante é a identidade principal dos jovens aqui investigados.

Decidi estudar os adolescentes por se tratar de uma fase de transição entre a criança e o jovem. Trata-se de um momento muito rico, de crises e também de descobertas – sexuais, afetivas e intelectuais. Período em que os filhos se revoltam contra os pais, em que se apaixonam num dia e odeiam no dia seguinte, etapa em que os amigos são o mais importante da vida e os livros, para alguns, são uma fonte de prazer, alegria e conhecimento também.

Para o pediatra Daniel Becker, a questão da brincadeira é um ponto importante para esta fase considerada intermediária, onde os adolescentes se sentem um pouco crianças e um pouco adultos. Becker (1994, p. 12) destaca que

[...] devagar e gradativamente, a criança inicia a construção do que será a sua adolescência, dentro e através da qual se transformará. Para isso ela muitas vezes precisa deixar de se relacionar com o mundo que a cerca para se fechar um pouco em seu casulo, e se relacionar mais consigo mesma, com sua própria metamorfose.

Já o psicanalista Calligaris (2000, p. 18) ao falar sobre adolescência destaca que em muitas culturas ela é vivida como um rito de iniciação e, em muitos casos, seguida de provas. Mas estas serão mais suportáveis, a seu ver, do que “a indefinida moratória moderna”. Segundo Calligaris (2000), a moratória da adolescência no Ocidente moderno é resultado de muitas indefinições, como o que é um homem ou uma mulher. E salienta que o adolescente pode ser definido como

[...] alguém cujos sentimentos e o comportamento são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta; que tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos; que não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência.

Caminhando na mesma direção do psicanalista Calligaris, a também psicanalista Luciana Coutinho chama a atenção para o valor da liberdade. “Atualmente a liberdade é tomada como o ideal absoluto, a idealização da adolescência representa bem o sonho da realização desse ideal” (COUTINHO, 2009, p. 89). Aqui já se pode pensar nesse ideal de liberdade relacionado com a importância da livre escolha para esses jovens. Para a antropóloga francesa Petit (2008, p. 50),

[...] a solidão na adolescência pode ser assustadora, mesmo que se veja frequentemente em grupo. [...] Temos ainda um mundo exterior sentido como hostil, excludente, que deixa pouco espaço. Temos também um mundo interior estranho, inquietante. Uma idade das mais desconfortáveis, mas também das mais exaltantes e, às vezes, das mais exaltadas, pois é nela que o radicalismo das pulsões se faz sentir também nos ideais.

A experiência de Petit com adolescentes e sua relação com a leitura aponta para uma saída em relação a esse círculo vicioso escola-leitura, que não chega muitas vezes a ser um lugar prazeroso e nem de aprendizagem. Ela chama a atenção para as especificidades da adolescência e suas indefinições.

Leitura: história e prática

Sabemos que a leitura é muito mais que um aprendizado mecânico de letras e palavras que permite desvendar significados. Ela é uma produção social de sentido, onde quem tem um papel fundamental é o leitor. E se a leitura é uma prática social, vai variar no tempo e no espaço. Não é à toa que o historiador norte-americano Darnton (1990, p. 171) afirma que livro tem uma história. Ao longo do tempo ele foi se transformando do papiro até o *e-book* atual. E o mesmo ocorreu com os seus usos. Darnton (1990, p. 155) afirma que a leitura serve “para salvar almas, para refinar maneiras, consertar máquinas, seduzir namoradas, informar-se ou simplesmente entreter”. Nestes seus diversos usos podemos perceber a sua complexidade e também como cada sociedade terá suas práticas leitoras específicas. Darnton se especializou na história da França pré-Revolução Francesa e se interessou mais pelo “homem comum” do que pelos grandes personagens. Suas pesquisas buscaram descobrir o que e como liam os franceses daquele período. Para isso mergulhou nos catálogos de empréstimo das bibliotecas, assim como nas listas de comércio de livros dos livreiros.

Outro historiador que se especializou no universo dos livros e da leitura é o francês Chartier (1998, p. 77). Para ele a leitura é “sempre apropriação, invenção e produção de significados”. Ela é uma prática cultural e como tal não é universal. É uma produção social de sentido e sua realização está mergulhada na cultura. Diferentes grupos em distintas épocas lerão de maneira diversa. Na Idade Média, saber ler era uma capacidade

de poucos e estava restrita ao universo religioso. E, portanto, era realizada em voz alta e os poucos alfabetizados eram os monges religiosos. A eles competia transmitir a palavra de Deus assim como copiar os livros manuscritos. Eram os chamados copistas. Se hoje a leitura é uma atividade individual, silenciosa e extensiva, a leitura nos séculos XII e XIII era um gesto de escuta, coletiva e intensiva. Eram poucos os livros lidos/“escutados” ao longo da vida. Hoje lemos vários textos ao mesmo tempo e em formatos diferentes.

Na leitura, quem tem papel fundamental é o leitor. Sem sua existência, o texto perde sua razão de ser, uma vez que é ele que lhe dá o significado. Para Chartier (1994, p. 9),

[...] as obras – nem mesmo as maiores, ou, sobretudo, as maiores – não tem sentido estático, universal, fixo. Elas têm significados plurais e em constante movimento, onde há um encontro entre o produtor e o receptor. Os sentidos que são atribuídos aos textos dependem das competências ou das expectativas do seu público leitor. O historiador salienta que “certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce.

Estamos diante de dois polos: o da produção textual e o do seu leitor. E ambos vêm se modificando ao longo do tempo. No século XVII não se escrevia como hoje, nem na forma nem no conteúdo. O receptor mudou muito a sua atitude em relação ao texto também. Chartier (1998, p. 78) afirma que a história das práticas de leitura, depois do século XVIII, mudou muito e se pode falar em uma “história da liberdade de leitura”. As imagens do leitor no meio da floresta, do leitor na cama com um livro ou mesmo lendo andando, apontam para uma transformação na imagem do leitor recolhido em seu espaço privado dedicado à leitura. E da mesma forma como mudam os lugares e ambientes, se ampliaram os suportes disponíveis para a leitura que não está restrita apenas ao livro impresso, ainda que ele seja o foco principal dessa pesquisa.

Ao construir uma história da leitura, o estudioso do livro Manguel (1997, p. 54) explica que para compreendermos um texto precisamos construir um significado para ele. Assim, “ler não é um processo automático de captura de um texto como um papel fotossensível captura a luz, mas um processo desconcertante, labiríntico, comum e contudo pessoal”

(MANGUEL, 1997). Ou seja, o texto pode ser o mesmo, mas não lemos da mesma maneira. Somos igualmente receptores dele, mas nossas leituras e interpretações podem ser distintas. Porque é o leitor quem atribui significado ao texto.

É o leitor que lê o sentido, é o leitor que confere a um objeto, lugar, acontecimento, uma certa legibilidade possível. É o leitor que deve atribuir significado a um sistema de signos e depois decifrá-lo (MANGUEL, 1997, p. 19).

Uma das correntes que vai problematizar o lugar e a importância do leitor é a chamada Estética da Recepção. Jauss (1996) é um de seus principais pensadores. Ele atuou no grupo de intelectuais que eram ligados à área de estética e literatura. O que esse grupo de pensadores defendia era a ideia de que a experiência estética significava uma atividade produtora, receptiva e comunicativa.

Jauss (1996) destaca a diferença entre o ato de recepção e o de interpretação. A recepção vai dizer respeito a um processo onde se concretizam o efeito e o significado do texto para o leitor. A interpretação reconstrói o processo histórico através do qual o texto é recebido e interpretado de maneira diferente por leitores variados.

Outro pensador desse campo, Iser (2001) relaciona a teoria da recepção à sua teoria do efeito estético. Para ele a literatura será comunicação e também recepção, sendo que esta última não é pensada em termos de um consumo passivo. Ao contrário, é uma atividade estética que espera aprovação ou recusa. Afinal, sabemos que a relação do leitor com o texto é sempre ativa e receptiva.

O semiólogo italiano Umberto Eco, morto recentemente, vem se juntar ao grupo de intelectuais que trazem mais elementos para a cena da recepção. Eco (2009) utiliza a imagem do bosque como metáfora do texto narrativo. A partir do conto clássico do escritor Borges (1995 apud ECO, 2009), “Jardim dos caminhos que se bifurcam”, ele aborda o papel do leitor. A seu ver, há um leitor-modelo que é uma espécie de tipo ideal que o texto prevê e até procura criar. Outro tipo de leitor é o empírico – o leitor “real”, concreto, que lê o texto. E pode ser qualquer pessoa que o leia. E assim como propõe o leitor-modelo, apresenta o autor-modelo, que é quem escreve a narrativa, uma entidade empírica e que decidirá qual será o leitor-modelo para sua história. Eco (2009) utiliza também a noção

de leitor implícito de Iser para pensar na estrutura do texto que prevê a presença do receptor. Nesse aspecto, o leitor-modelo do pensador italiano se assemelha ao leitor implícito de Iser. É este leitor quem irá potencializar o texto em sua multiplicidade de associações e leituras. Para Eco (2009, p. 7) o leitor não é um detalhe para um escritor, ele é “o ingrediente fundamental da narrativa”.

A narrativa analisada aqui e também por Jauss, Iser e Eco é a ficção. E dentro dela o romance. Isso porque ele é o gênero privilegiado pelos leitores e pelo mercado. E no que toca a esta pesquisa, o mercado editorial dos dois países valoriza o romance pelo fato de ser o gênero mais vendido. E é também o preferido dos jovens, como demonstram os sucessos das séries *Harry Potter* e *Crepúsculo*, entre outras.

E se o romance é o gênero maior, as pesquisas apontam para as mulheres como mais leitoras do que os homens. Esse dado não é apenas da contemporaneidade. A obra de Watt (1990, p. 40-41) mostra a ascensão do romance na Inglaterra do século XVIII e como o público leitor feminino teve um lugar de destaque nesse cenário. Os questionários e as entrevistas dos jovens nessa pesquisa demonstram o quanto as mães são mais leitoras do que os pais e como muitas delas tiveram um papel fundamental na formação de seus filhos leitores, seja pelo exemplo de vê-las lendo livros ou revistas ou pelo fato de estabelecerem o hábito de ler de noite, muitas vezes já na cama, histórias para seus filhos. São as narrativas orais de que fala Benjamin (1993) em seu texto clássico sobre o narrador. Para o pensador alemão, a arte de narrar está em vias de extinção e, com ela, o espaço para intercambiar experiências. A narrativa seria a forma artesanal de comunicação, muito ligada à tradição oral e baseada na lembrança, como os contos de fadas contados para as crianças antes de dormirem.

Metodologias da pesquisa com adolescentes

O lugar da pesquisa nas duas cidades foi a escola. Em geral, em todas as escolas, depois de um contato anterior por *e-mail* ou pessoal, fui recebida com interesse e disponibilidade. Esse estudo utilizou três metodologias distintas e complementares. Foram elas: aplicação de questionários com os adolescentes em sala de aula, observação participante do ambiente escolar e do grupo estudado e entrevistas individuais e em grupo realizadas com os jovens que se mostraram disponíveis para falar.

Os questionários foram aplicados em horário de aula, em turmas previamente estabelecidas e, além de fornecerem dados sobre os adolescentes, tinham a função de ser um instrumento de seleção dos jovens para as entrevistas, segunda fase da pesquisa. Queria entrevistar jovens que estivessem interessados em conversar comigo. No Rio todas as entrevistas foram individuais. Por ter percebido que nem todos ficavam muito à vontade, dando respostas curtas ou monossilábicas, decidi realizá-las em Barcelona em grupo. Foi uma boa decisão. Os estudantes no início se mostravam mais tímidos, mas aos poucos relaxavam e conversavam com tranquilidade. As conversas foram estimulantes, eles trocavam ideias, discutiam, riam uns dos outros, o que também me ajudou a conhecê-los um pouco melhor.

As entrevistas tiveram um papel fundamental. São o cerne desse trabalho. E foram realizadas dentro de moldes os mais abertos e não jornalísticos. O papel do pesquisador nesse tipo de entrevista é escutar. Ele não busca uma resposta verdadeira, ainda que ele queira a “verdade” do seu entrevistado. Uma verdade pessoal, subjetiva. A não resposta a uma pergunta pode e deve ser encarada como uma resposta. A antropóloga Petit (2008, p. 55), em sua pesquisa com jovens franceses, afirmava que o fundamental para um entrevistador é ser “o mais acolhedor possível”. E lembra que é melhor esquecer um tema anotado a não escutar um imprevisto.

Além das entrevistas, como parte de um trabalho mais etnográfico, está a observação participante. Momento em que o pesquisador observa o ambiente, no caso a escola, a sala de aula, a biblioteca, o pátio do recreio, a sala da direção da escola, e também percebe como as pessoas se situam nesse espaço; se ele próprio está “invisível” ou não para elas e o que sente.

Questionários³

Barcelona – 248 questionários	Rio de Janeiro – 222 questionários
Homens 55,3%	Homens 51,6%
Mulheres 44,7%	Mulheres 48,4%

Hábito de Leitura ⁴	
Tem hábito de ler 78,9%	Tem hábito de ler 67,6%
Não tem hábito de ler 21,1%	Não tem hábito de ler 9,9%

Frequência de leitura ⁵	
Todo dia 35,2%	Todo dia 31,5%
Uma vez na semana 10,1%	Uma vez na semana 18,5%
Várias vezes na semana 39,7%	Várias vezes na semana 27,9%
Somente nos fins de semana 3,6%	Somente nos fins de semana 7,7%
Uma vez por mês 5,7%	Uma vez por mês 9,5%
Uma vez por ano 4,5%	Uma vez por ano 3,2%
Nunca 1,2%	

Gosta de ler	
Livros 29%	Livros 41,4%
Internet 28,2%	Internet 32%
Revistas 23%	Revistas 16,7%
Blogs 7,3%	Jornais 9,5%
Jornais 6%	Blogs 4,5%
Outros 7,7%	

Como escolher um livro	
Recomendação de um amigo 60,5%	Recomendação de um amigo 46,8%
Recomendação do professor 27%	Recomendação do professor 22,1%
Indicação dos pais 15,3%	Indicação dos pais 34,2%
Publicidade 25,8%	Publicidade 26,1%
Vê na biblioteca 34,7%	Vê na biblioteca, banca ou sebo 39,2%
Internet 54%	Internet 56,3%
Televisão 23,4%	Televisão 30,2%

Os pais leitores	
Mães 66,7%	Mães 73,9%
Pais 44,7%	Pais 65,3%

Conhece a biblioteca no bairro ⁶
Conhece 93,9%
Não conhece 6,1%

Em relação à leitura dos livros pelos adolescentes, os mais citados foram:

Em Barcelona: *Los vampiros no creen en Flanagan*, de Andreu Martin (escritor catalão); *Tengo ganas de ti*, de Federico Moccia (escritor italiano); *Brujulas que buscan sonrisas perdidas*, Albert Espinosa (escritor catalão) e *La gramática del amor*, de Rocío Carmona, (escritora catalã).

No Rio de Janeiro: *Diário de um banana*, de Jeff Kinney (escritor norte-americano); *Harry Potter*, de J. K. Rowling (escritora inglesa); *Jogos vorazes*, Suzanne Collins (escritora norte-americana) e *Mangá Naruto*, de Masashi Kishimoto (escritor japonês).

Não apareceu nenhum o livro em comum adotado pelas escolas nas duas cidades como leitura obrigatória. Em Barcelona foram mencionados: *Bodas de sangre*, de Federico Garcia Lorca (escritor espanhol); *Aloma*, de Mercé Rodoreda (escritora catalã); *Don Quijote*, de Miguel de Cervantes e *Alba*, de Enric Larreula (escritor catalão). No Rio de Janeiro os estudantes citaram: *Contos brasileiros*, *Contos brasileiros 2* (coletâneas sem maiores referências), *O apanhador no campo de centeio*, de J. D. Salinger (escritor norte-americano) e *Macunaíma* de Mário de Andrade. Vale a observação de que a grande maioria dos adolescentes não se lembrava do título dos livros indicados pela escola.

Entrevistas

No Rio de Janeiro entrevistei 31 jovens, todos eles brasileiros, e as entrevistas foram feitas nas escolas, muitas vezes em intervalo de aula ou no recreio. Algumas nas bibliotecas e outras em alguma sala disponível. A maioria dos entrevistados não foi muito eloquente. Respostas curtas, algumas evasivas, afirmavam um estilo “adolescente de ser” e uma timidez diante de uma pesquisadora desconhecida. Aos poucos, começam a falar. Eles formam um grupo bem diverso. Entre um aluno de uma escola particular na Zona Sul do Rio e outro estudante de um CIEP em Nilópolis há muitas diferenças, não só sociais e econômicas. Há diferenças religiosas, por exemplo. A presença da religião nos discursos de muitos adolescentes de Nilópolis foi evidente. E principalmente nos mais leitores. Muitos liam “para a igreja” que frequentam no tempo livre, como é o caso de J., 15 anos. A leitura aqui aparece fora do sistema escolar, mas ainda com certo espírito de obrigação. Para ir à igreja ou acompanhar os cultos é preciso ter lido

e até estudado um pouco. Para J., a participação em um grupo da igreja evangélica foi fundamental para estimulá-la a ler os textos evangélicos. E diz: “Agora leio muito mais e gosto de ler textos antigos.”

Nesse contexto específico também foram muitas as queixas sobre a falta de acesso ao livro naquela região. A biblioteca de uma das escolas estava fechada e a outra era mais usada como espaço de trabalhos em grupo e depósito de livros recém-chegados, ainda que fosse movimentada na hora do recreio, quando fiz as entrevistas. Fora a biblioteca da escola, há escassez de bibliotecas públicas e também de livrarias, que são raras e só encontradas em *shopping centers*, muitas vezes distantes de suas casas.

É interessante destacar que V., de 12 anos, confunde livraria e biblioteca. Quando pergunto se tem livraria perto de casa e se já foi a alguma, comenta sobre a biblioteca da escola. Outro dado relevante, a meu ver, é o fato de que vários adolescentes, ao se referirem à biblioteca, não usarem o termo *empréstimo*, mas sim *aluguel*, e se surpreendiam muitas vezes quando eu perguntava se tinha que pagar alguma coisa para retirar o livro, o que não ocorria. Ficou evidente que há um distanciamento simbólico da cultura letrada por parte de muitos desses jovens.

Ao contrário, N., 14 anos, estuda em uma escola particular da Zona Sul, mora com a avó e o que mais gosta de fazer quando tem tempo é jogar e ler. Diz que não gosta de ler forçado, de ler por obrigação algum livro para a escola. Prefere ler quando tem vontade. Aqui aparece uma imagem muito associada ao jovem, de fazer o que deseja e não ter que se submeter a ordens e leis. E no caso de N., ler obrigado, mesmo para quem gosta de ler, é um problema.

Um ponto presente na fala de vários entrevistados é a biblioteca da escola. Pude notar que frequentar a biblioteca não é um hábito comum. I., 13 anos, comenta: “Eu não vou à biblioteca. Eu normalmente pego livros de casa. Antes era obrigado a pegar na biblioteca e não gostava muito. Porque não me interessava, mas tinha que pegar.” Até mesmo para adolescentes leitores a biblioteca nem sempre é um lugar atraente onde vão para passar tempo ou conhecer os livros novos. Ela não é vista como um espaço prazeroso, de atividades interessantes. E aqui se trata de um jovem de uma escola particular do Rio de Janeiro, em que a biblioteca, mesmo pequena, é agradável e colorida.

As outras escolas do Rio de Janeiro, públicas e particulares, tinham bibliotecas pouco frequentadas, com horários restritos e algumas até mesmo fechadas. Muitos alunos nem sabiam que a escola tinha uma, nem onde ela funcionava.

Para I., de 13 anos, assim como para outros entrevistados, a leitura está muito associada ao ambiente doméstico, da intimidade da casa. A maioria dos adolescentes que fazem parte dessa pesquisa gosta de ler deitado, antes de dormir. Uma hora de relaxamento, de lazer, de leitura livre e fluida que remete à lembrança das histórias infantis contadas pelos pais na hora de dormir. Aqui a conexão entre livro, leitura e prazer fica bastante clara. P., de 13 anos, lembra de quando era pequena: “Eu lia muito e meus pais liam bastante para mim. Quando ia dormir sempre contavam alguma história para mim”.

Mas não é a maioria dos adolescentes do Rio de Janeiro, de qualquer um dos cinco colégios pesquisados, que gosta de ler. G., 14 anos, cujos pais não são leitores, possui poucos livros em casa e acha chato ler. “Eu começo a ler e depois me distraio e desisto”. Ler não faz parte da sua rotina pessoal e no seu bairro não há biblioteca ou livro, o que dificulta o acesso aos livros.

Trago aqui um pouco da experiência da pesquisadora e professora Luzia de Maria (2009, p. 181) do ensino fundamental e médio. O trabalho de leitura que realiza com os alunos pode ser interessante para pensar o papel da escola. Ela conta:

Quando os alunos atingem o 6º ano escolar, e daí em diante, a prática da leitura tende a se complicar. Quase todas as escolas começam a querer extrair conteúdos curriculares de dentro dos livros de literatura; começam a uniformizar a leitura (há que indicar um único livro para toda a turma, melhor ainda para todas as turmas da mesma série, do colégio inteiro, de todos os colégios onde o professor dá aula, senão, como avaliar?); quase todos os professores são infectados pelo vírus da cobrança (afinal, como é que dou notas à leitura? Sem nota, ninguém vai ler! E, se cada um ler um livro diferente do outro, que fazer?). Assim, imprescindíveis parecem ser as avaliações: começam as análises de texto, a memorização fiel do que lá estava, todos os pretextos para fazer do texto um compêndio a ser estudado, e não um encontro com aquele espírito que lá deixou suas marcas, sedento de cativar o leitor.

Os adolescentes de Barcelona são diferentes dos cariocas, mas não tanto. Uma das marcas da cidade, presente nas escolas, é o grande número de estrangeiros dos mais variados lugares do mundo. Fui em uma escola onde havia mais de 15 nacionalidades em uma turma. O que coloca questões específicas em termos de linguagem e compreensão. Vale lembrar que as escolas em Barcelona são bilíngues. As disciplinas são ensinadas em catalão e o castelhano entra quase como uma língua “estrangeira”. Isso complica o aprendizado dos jovens estrangeiros, em particular os que não vêm de países latinos, onde o espanhol é a língua oficial.

Em Barcelona realizei 12 entrevistas em grupo, com três a cinco adolescentes de cada vez nas quatro escolas, num total de 48 estudantes. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas nas bibliotecas das escolas com uma duração de cerca de uma hora. No início os jovens se mostravam mais tímidos, se apresentavam e, aos poucos, iam se soltando e a conversa fluía com brincadeiras e risadas.

Para grande parte destes jovens a leitura está associada ao mundo doméstico, à intimidade da casa, especialmente ao quarto. Uma jovem de Barcelona, N., 13 anos, comenta: “Por la semana leo en la cama a la hora de dormir.” A noção de um tempo e um espaço próprio para mergulhar na leitura e em outro contexto, se afastando do dia a dia e dos estudos, fica evidenciada. Mas não são poucos também os que privilegiam a leitura no ônibus ou no metrô, como é o caso da jovem A., 14 anos, catalã, que conta: “Siempre llevo un libro cuando cojo el metro, sino me aburro”.

Como apareceu nos questionários, tanto do Rio de Janeiro quanto de Barcelona, muitas mães são leitoras e contaram histórias para os filhos quando pequenos. F., de 15 anos, é de Bangladesh e fala que seus pais gostam de ler e sua mãe costuma ler livros em bengali, porque não compreende bem ainda o castelhano e o catalão. Muitos jovens, quando perguntados se os pais liam, não sabiam responder, outros comentavam que o pai gostava de ler jornais esportivos ou ver notícias na internet.

E se os pais costumam ter uma influência na formação de filhos leitores com contação de histórias antes de dormir, ao serem vistos lendo e terem livros em casa, o caso do catalão J., de 13 anos, é interessante para relativizar essa influência. Sua mãe sempre contava histórias quando era pequeno e seu pai é descrito por ele como um grande leitor. “El tiene

eso de leer como una enfermedad, está todo el tiempo con un libro y me obliga a leer pero yo paso de todo”.

Se no caso dos adolescentes brasileiros, conforme as queixas, o pouco contato com os livros, a falta de bibliotecas próximas de suas casas, e mesmo livrarias, dificultam o acesso aos livros, em Barcelona isso não acontece. Ela é dentro da Espanha uma das cidades com melhor e maior rede de bibliotecas públicas. O projeto inicial da prefeitura foi criar bibliotecas em todos os bairros para que todo cidadão tivesse uma biblioteca a no máximo 20 minutos a pé da sua residência. Núria Soto, bibliotecária que trabalha na Biblioteca de Sant Antoni, comentava comigo em entrevista que infelizmente essa meta não foi atingida, mas o projeto de bibliotecas é um sucesso. Várias bibliotecas foram construídas, com projetos modernos e muito espaço. Soto disse que os bibliotecários foram os funcionários públicos melhor avaliados em pesquisa realizada pela prefeitura. Essas informações ajudam a situar a dimensão das bibliotecas na vida da cidade. E as entrevistas com os jovens e minha observação participante tanto nas escolas, quanto em algumas bibliotecas, inclusive a do meu bairro, expressam isso.

A biblioteca pública, como percebi através das falas destes adolescentes, faz parte do seu cotidiano. Todos têm cartão de biblioteca, conhecem a do seu bairro e são frequentadores por razões diversas. Seja para fazer os deveres da escola, para pegar um livro sugerido por um professor ou para encontrar os amigos. “Voy a biblioteca hacer deberes porque em mi casa no me concentro una vez que hay demasiado ruido y también la tele y el ordenador me entretien”, conta M., 16 anos, espanhola. Muitos outros jovens comentaram comigo sobre a familiaridade que tinham com as bibliotecas públicas. Quanto estavam no jardim de infância, iam com os professores para lá ouvir histórias e participar de atividades promovidas pela biblioteca. Hoje, além do que M. comentava, vão por que tem wi-fi, por que há computadores e também para “paquerar” e encontrar amigos e outros jovens.

Finalizando, creio que há distinções culturais evidentes entre os dois universos pesquisados – adolescentes brasileiros e de Barcelona – mas também foi possível perceber muitas semelhanças na sua relação com o livro, com a leitura, com o papel de estímulo à leitura desempenhado pelos pais e o fato de, na escola, a leitura ser uma obrigação. São elementos comuns aos dois grupos, com todas as suas particularidades.

Considerações finais

Muitas vezes quando chegamos ao final de uma pesquisa e de sua escrita ainda nos perguntamos como e quando tudo começou. Por que a escolha desse tema? Por que esse universo? E creio que dois fatores foram fundamentais. O fato de ser mãe de uma adolescente muito leitora na ocasião do projeto e, como muitos outros jovens, fã de *Crespúsculo* e outras séries de enorme sucesso, mesmo sendo obras extensas.

Gostaria de chamar a atenção para o papel dos pais. Pais leitores, mães que contavam histórias para estes adolescentes; que são vistos lendo revistas, jornais, livros; que levam seus filhos às livrarias; que dão livros de presente, seja no dia de Sant Jordi⁷ ou no Natal; que frequentam bibliotecas e em cujas casas há muitos livros e eles são tema de conversa e de sociabilidade, são fundamentais para ajudar esses jovens a se tornarem leitores. Não são determinantes, não há uma fórmula matemática para fabricar leitores e a fala do jovem catalão é uma expressão disso, mas são muito importantes.

De outro lado, como professora universitária do curso de Comunicação da UFRJ, considerado um dos melhores do Brasil, me surpreendia como meus alunos, muitos deles grandes leitores, tinham uma relação estreita com a leitura e ao mesmo tempo, de maneira geral, desconheciam a literatura brasileira contemporânea e, mais do que isso, “resistiam” a ela.

Essas duas pontas de reflexão se uniram nessa pesquisa ao se compreender que o papel da escola – sem de nenhuma forma reduzir ou menosprezar o papel da família e de pais leitores para a formação de jovens leitores – é muito importante e, infelizmente, em muitos momentos, contraproducente; e me arrisco mesmo a afirmar, prejudicial no estímulo à leitura. Isso porque a obrigação de ler, assim como o processo de escolha dos livros que serão lidos pelos estudantes ao longo no ano escolar, ao invés de aproximá-los da leitura, afasta-os. O livro se torna tema de prova, seus autores e temas muitas vezes não despertam interesse e são escolhidos sem nenhuma participação dos alunos. Aqui dois países tão distintos se unem. A obrigatoriedade da leitura de maneira rígida e imposta pela escola tem, na maioria das vezes, acarretado o afastamento destes adolescentes do livro.

A professora e pesquisadora da leitura entre jovens, Colomer (2009, p. 54), é muito crítica em relação às escolas. A escola vem criando uma resistência e mesmo uma recusa em determinados momentos a que os jovens façam suas leituras, suas escolhas ou até que façam suas interpretações mais pessoais dos livros considerados “obrigatórios”, afirma ela. Ferreira (2012, p. 112) também salienta a importância da escuta dos alunos por parte da escola. Para a pesquisadora, tem que haver uma troca entre escola e estudantes.

Quanto às obras de leitura literária a serem propostas em sala de aula e na biblioteca, seria necessário, antes, conhecer os interesses de leitura dos alunos, para com esses interesses dialogar. Não basta propor. O terreno mais propício para novas propostas é o diálogo sobre os gostos e preferências dos leitores, pois é destes que essas nascerão (FERREIRA, 2012).

Como as autoras citadas anteriormente, acredito que a escola tem um papel fundamental, mas não exclusivo, nessas aproximações dos estudantes com o livro e a literatura especificamente. E no caso brasileiro isso é mais necessário ainda, uma vez que o contato com os livros para grande parte da população se dará por intermédio da escola – e apenas dessa forma, infelizmente. A última pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2012) mostrou como a leitura está concentrada no período escolar. E lembro de uma frase de um jovem carioca que dizia: “Depois de terminar a escola não preciso ler mais nada”. A escola não consegue estimular o gosto/interesse pela leitura e isso ocorre no Brasil contemporâneo assim como ocorreu na França, nos anos 1960, como destaca Bahoul (2002, p. 46) em seu livro *Lecturas precárias*. Nele encontramos o depoimento de uma mulher, dona de casa, de 45 anos, que conta: “una vez fuera de la escuela, leí los libros que había deseado leer”. Temos aqui a junção de dois personagens distintos que não são percebidos ou estimulados pela escola. Um “não leitor” que a escola não estimulou e uma leitora que não tem seus desejos de leitura atendidos pela instituição educacional e que só pôde ler o que desejava quando saiu da escola.

Por outro lado, para além da escola, há um outro espaço que contribui na formação de jovens leitores em Barcelona: as bibliotecas públicas e de bairro. Elas são naquela cidade um espaço de estudo, de socialização e de contato livre e voluntário com os livros, como ficou evidente nas entrevistas que fiz. Mais do que as bibliotecas das escolas, ainda que existam

nas quatro escolas participantes, as bibliotecas públicas são muito frequentadas pelos jovens e não apenas adolescentes, como pude perceber em visitas constantes. Elas funcionam nos sábados e nos dias da semana até às 20 h. Têm clubes de leitura, é possível pegar emprestado e, além de livros, CDs e DVDs, há wi-fi livre e computadores para uso gratuito, espaço para trabalhos escolares em grupo e atividades para crianças pequenas. Infelizmente, não posso afirmar o mesmo do Rio de Janeiro. São poucas as bibliotecas públicas e mesmo o projeto de Bibliotecas-Parque sofre com as dificuldades financeiras do estado.

Notas

- 1 Conteí com auxílio APQ 1 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – Faperj no ano de 2012.
- 2 Para realizar o pós-doutorado em Barcelona recebi a bolsa de Pós-Doutorado Sênior da Capes em 2013.
- 3 Os percentuais se referem a todos os adolescentes que responderam ao questionário em cada uma das cidades.
- 4 O objetivo da questão sobre o hábito de leitura foi saber se estes adolescentes se consideravam leitores, tinham o hábito de ler independente da exigência escolar. Nesta leitura estava incluído qualquer tipo de conteúdo.
- 5 Há algumas diferenças entre os questionários nas duas cidades. Não foi incluída a opção “Nunca” no questionário do Rio de Janeiro, por exemplo. As alterações sofridas em Barcelona foram sugestões da supervisora desta pesquisa, professora Pepi Soto, e da coordenadora pedagógica da primeira escola visitada.
- 6 Esta pergunta foi exclusiva de Barcelona.
- 7 23 de abril é o dia de São Jorge, santo padroeiro da Catalunha, e também Dia Internacional do Livro. Neste dia, segundo a tradição local, os homens devem oferecer rosas às mulheres e, elas, livros a eles. Atualmente é um dia de festa na cidade de Barcelona, com barracas de livros distribuídas pela cidade, eventos literários, e as livrarias funcionam em horário prolongado e com muito movimento.

Referências

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1993.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005.
- AMORIM, G. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.
- BAHOUL, J. *Lecturas precárias: estudo sociológico sobre los “poco lectores”*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BECKER, D. *O que é adolescência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BORGES, J. L. *Ficções*. São Paulo: Globo, 1995.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CALLIGARIS, C. *Adolescência*. São Paulo: PubliFolha, 2000.
- CERTEAU, M. *L’Invention du quotidien: 1*. Paris: Seuil, 1980.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. UNB, 1994.
- COLOMER, T. (Coord.) *Lecturas adolescentes*. Barcelona: Graó, 2008.
- COUTINHO, L. G. *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2009.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ECO, U. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FAILLA, Z. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil: 3*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2016.
- FEDERACIÓN DE GREMIOS DE EDITORES DE ESPAÑA. *Hábitos de lectura y compra de libros en España 2012*. Espanha, 2013. Disponível em: <http://federacioeditores.org/img/documentos/HabitosLecturaCompraLibros2012ESP_310113_1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FERREIRA, L. *Sinal fechado: representações e práticas de leitura de alunos do ensino médio de uma escola pública carioca*. In: DAUSTER, T.; TOSTA, S.; ROCHA, G. (Org.) *Etnografia e educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. p. 96-122.

FREUD, S. *Los dos principios del funcionamiento mental*. In: FREUD, S. *Obras completas*. Madri: Biblioteca Nueva, 1973. t. 2, p. 1641.

ISER, W. *A interação do texto com o leitor*. In: LIMA, L. C. (Org.) *A literatura e o leitor*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 83-132.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1996.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIA, Luzia de. *O clube do livro: ser leitor – que diferença faz?* São Paulo: Globo, 2009.

PETIT, M. *Os jovens e a leitura*. São Paulo: Editora 34, 2008.

WATT, I. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

João Feres Júnior

Professor de Ciência Política e vice-diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), coordena o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), referência no Brasil na produção de análises sobre políticas de igualdade racial, relações raciais e desigualdade de gênero, e o Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública (Lemep), que abriga os sites Manchetômetro (<http://www.manchetometro.com.br>) e o Congresso em Notas (<http://congressoemnotas.tumblr.com>). É autor de vários livros, estudos e artigos científicos sobre teoria política, políticas de ação afirmativa, relações raciais e de gênero, mídia e estudos da América Latina.

Resumo

A presente contribuição tem por finalidade examinar os principais argumentos contrários às políticas de ação afirmativa de recorte racial para acesso ao ensino superior no debate público brasileiro, desde 2001, momento imediatamente anterior à implantação destas políticas, até 2012, ano da declaração de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e da aprovação da Lei nº 12.711, criando um programa unificado de ação afirmativa social e racial para todo o sistema federal de educação superior e técnica de nível médio. Utilizo como base de dados, ou seja, como proxy do debate público, todos os textos sobre o assunto publicados pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* no período. Após identificar todos os argumentos contrários utilizados neste *corpus*, seleciono os dez mais frequentes e mostro que se agrupam em torno de dois temas, ou núcleos semânticos: raça e identidade nacional e Estado e cidadania. Após mostrar a falência dos argumentos do primeiro grupo, que previam a eclosão de conflito racial no país em decorrência das cotas, examino as questões morais e práticas ligadas ao argumento do mérito para mostrar que (1) as cotas não são contrárias ao princípio da maneira como ele é compreendido, e (2) os resultados que temos até agora não mostram grande diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas.

Palavras-chave: Ação afirmativa. Raça. Brasil. Ensino superior. Grande imprensa.

Abstract

*The purpose of this article is to examine the main arguments used against race-based affirmative action in Brazil, from 2001, just before the first programs were implemented, to 2012, when the Supreme Court upheld its constitutionality and Congress passed a bill creating a nationwide affirmative action program for admissions in the federal university system and in the federal technical schools. I used as a database, that is, as a proxy of public debate, all the texts on the subject published by newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Globo* in the period. The analysis shows that arguments against racial quotas concentrate around two semantic cores which I termed “race and national identity” and “State and citizenship”. Next I show that the failure of the first group of arguments that predicted the outbreak of racial conflict in the country as a result of quotas and examine the moral and practical issues related to the argument principle of merit to show that (1) affirmative action does not cancel merit but actually confirms it, and (2) the performance of beneficiary is not significantly inferior to that of non-beneficiaries.*

Keywords: Affirmative action. Race relations. Brazil. Higher education. Mainstream media.

Introdução

Muitos pesquisadores ao lerem o termo “debate” no título de um texto assumem uma postura de reserva, senão de desprezo, por pensarem que na verdade o que importa em uma política pública, como a ação afirmativa, são resultados, análises concretas de dados reais, de preferência estatísticas, e não uma avaliação do debate público. Nisso esses colegas estão certos, mas também errados. Sim, estão certos porque a maior parte dos textos que tratam do debate acerca de uma política pública são perorações normativas sem qualquer base empírica sólida. Estão, contudo, errados em pensar que relatórios com análises e organização de dados podem substituir o debate público sobre a política. Fazem isso porque não reconhecem que este debate público é tão importante quanto os relatórios, ainda que sem eles perca praticamente todo seu valor.

Digo isso porque no regime democrático uma política é, em última instância, sustentada pelo clima de opinião que lhe diz respeito. Pensemos nos dois modelos teóricos mais importantes de democracia: representativa e deliberativa. Na democracia representativa, uma política pode até ser produto da decisão monocrática do chefe do poder executivo, prefeito, governador ou presidente da república. Mas esse é raramente o caso, pois políticas públicas de vulto, importantes, têm que necessariamente ser aprovadas na forma de lei pelas câmaras legislativas. Aí entramos no reino das relações entre executivo e legislativo, que sempre envolvem negociações. A não ser que parlamentares e chefe do executivo estejam procurando lucro pessoal ou dividendos de poder e recursos para instituições e corporações que visem lucros escusos, a teoria da democracia representativa nos ensina que eles agirão de maneira a maximizar sua probabilidade de serem eleitos no próximo pleito. E mesmo se eles assim estiverem, ainda podemos assumir que a reeleição seja um importante objetivo. Em outras palavras, agirão com um olho na opinião de seus eleitores acerca das políticas que aprovam. Pelo menos é isso que a tese da *accountability retrospectiva* ensina. (FIORINA, 1981). Por fim, até no caso de decisões monocráticas do executivo, se houver possibilidade de reeleição, a mesma tese de impõe.

No modelo deliberativo de democracia a importância da opinião do público é ainda maior, por várias razões (COHEN, 1989; DRYZEK, 2002; FISHKIN;

LASLETT, 2003; HABERMAS, 1996). Primeiro, porque as instituições e seus agentes estão constantemente reagindo ao clima de opinião que vige na sociedade. Para autores dessa linha interpretativa, a própria legitimidade que sustenta essas instituições depende de maneira contínua do clima de opinião. Segundo, porque os representantes políticos, os mesmos chefes de executivo e parlamentares sobre os quais falei acima, agem com um olho nesse clima de opinião, na manchete do jornal, no programa noticioso da TV; não mais pensando somente na eleição daqui a dois ou quatro anos, mas em garantir sua popularidade aqui e agora. E terceiro, porque o próprio debate parlamentar se dá de maneira deliberativa, ou seja, por meio da troca de razões públicas entre pares em uma discussão.

Em suma, a máquina de produção de legitimidade das instituições democráticas funciona à base de justificações públicas. O projeto de lei que pretende instituir uma política é estruturado em torno de justificações públicas, da mesma forma que o adendo ou substitutivo do parlamentar ao projeto; as falas em plenário são também agregados mais ou menos coerentes destas justificações; pareceres jurídicos, processos comuns e mesmo pedidos de inconstitucionalidade de uma política pública apresentados frente a cortes de justiça são compostos de material da mesma natureza; e por fim os artigos de jornais e revistas, os debates de especialistas e as conversas informais de cidadãos comuns sobre aquela política são também arrazoados prenes de justificações públicas. Em suma, são justificações porque versam sobre o que é justo ou injusto adotar como procedimento das instituições (política no sentido de *policy*) e são públicas porque retoricamente apresentadas como tendo por objetivo o interesse comum. Para citar um exemplo muito claro e sucinto que tem tudo a ver com o presente texto: poucas pessoas no domínio de suas faculdades racionais argumentariam em público que as cotas raciais não devem ser adotadas porque seus netos brancos e de classe média alta teriam a chance de entrar em universidades públicas de qualidade diminuídas no futuro. Ela diria que as cotas raciais vão produzir conflito social em escala inaudita ou que contribuirão para a decadência da qualidade do ensino superior, em suma, que atentarão contra bens supostamente comuns e não contra seus interesses mesquinhos de manutenção do privilégio racial e de classe de sua família. Em um regime democrático, a manutenção do privilégio e da distinção para fins estritos de vantagem pessoal não pode ser publicamente justificada.

A conclusão a que necessariamente chegamos é que o debate público acerca de uma política é fundamental para sua manutenção, aprimoramento ou também rejeição, em um regime democrático. Se olharmos agora para a natureza das razões ou justificações públicas dadas em qualquer debate sobre política pública, veremos que há uma mistura de elementos normativos e elementos fáticos. Ou seja, de argumentos que propõem o “dever ser” com argumentos que descrevem o que supostamente “é”. Justificações públicas têm um caráter normativo indelével, necessário, pois elas são usadas na discussão acerca do que devemos fazer como coletivo: adotar aquela política, reformá-la, abandoná-la? Esses argumentos normativos podem ser feitos a partir de análises sólidas dos fatos ou de puro achismo e futurologia. Mas é importante notar que nenhuma análise de dados, por mais sólida que seja, dá conta totalmente da questão normativa. Claro que, em caso extremo, se os resultados de uma política são desastrosamente negativos, a sua mera exposição pode ser suficiente para consolidar uma forte opinião contrária a ela. Isso raramente acontece, contudo, e o que temos na maioria dos casos é o embate entre apoiadores e adversários de uma dada política, cada campo esgrimindo cestas de argumentos normativos e fáticos acerca dos princípios e resultados daquela política.

Para citar outro exemplo, agora hipotético, que tem a ver com nosso objeto: uma política de ação afirmativa para a inclusão de negros na universidade tem êxito em admitir uma quantidade inaudita de indivíduos desse grupo social, mas ao mesmo tempo, os dados mostram que esses indivíduos são os mais privilegiados economicamente entre o grupo de candidatos negros. Baseados nestes fatos, alguns poderiam argumentar que tal resultado é uma distorção do objetivo principal da política, que seria o de promover os mais desprivilegiados e que, portanto, ela deveria ser abolida, como faz o sociólogo norte-americano William Julius Wilson (1987). Outros diriam que a política funciona, pois inclui muitos negros, mas precisa ser reformada a fim de estender a inclusão aos indivíduos menos privilegiados. Outros ainda poderiam dizer que a política cumpre seu papel de incluir negros, grupo social antes alijado da universidade, e que é natural, em todo procedimento de seleção envolvendo avaliação de mérito, que os melhores resultados sejam daqueles que partem de posições iniciais mais vantajosas.

Estes são somente alguns argumentos possíveis. Muitos outros poderiam ser pensados. Todos, contudo, combinam a interpretação de dados

fáticos com princípios normativos do tipo “o que é melhor ou mais justo para nós coletivamente”.

Uma vez estabelecida a importância das justificações públicas para a existência e manutenção de uma política, passo ao objetivo principal deste ensaio que é o de refletir sobre a evolução do debate substantivo acerca das políticas de ação afirmativa de recorte racial no Brasil, desde que as primeiras foram implantadas em 2003 até os dias de hoje.

Argumentos principais

As ações afirmativas raciais frequentam as páginas dos grandes jornais nacionais desde 2001. Os preparativos para a III Conferência da ONU Contra o Racismo atraíram a atenção do jornalismo nacional para o racismo e, sobretudo, para as possíveis soluções para as desigualdades raciais brasileiras (PERIA, 2004). Contudo, é somente após a adoção de cotas raciais pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro que o tema das ações afirmativas raciais se tornou objeto de uma imensa controvérsia pública, que teve a mídia como centro (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011; CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013).

O fato de o estado do Rio de Janeiro ter sido um dos primeiros a adotar esse tipo de política fez também com que o periódico carioca O Globo fosse o primeiro a dar atenção ao tema. O Globo publicou um número maior de textos sobre o tema do que seu concorrente, o jornal Folha de S. Paulo. Dentre reportagens, artigos de opinião, editoriais, cartas de leitor etc., o jornal carioca publicou 1054 textos lidando com essa modalidade de política, enquanto seu par paulista publicou 983.

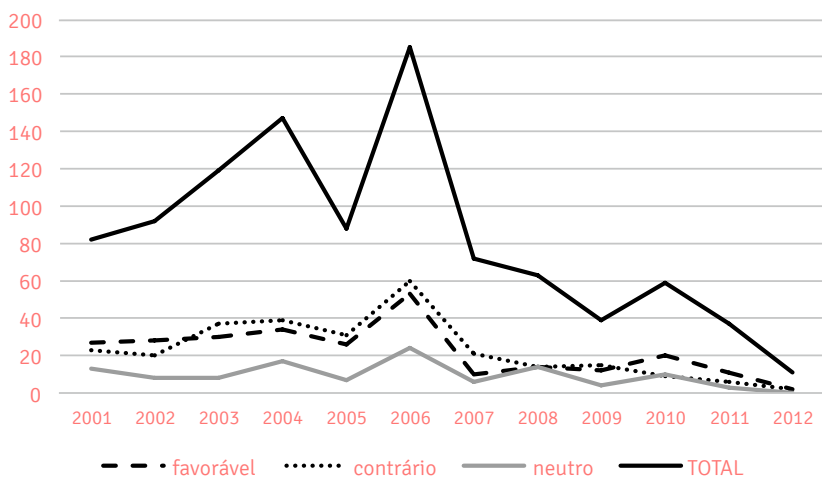
O espaço dedicado a textos sobre o tema em ambos os jornais cresceu de forma acentuada entre 2001, ano da Conferência de Durban e da aprovação da lei de cotas do Rio de Janeiro, e 2003, ano do primeiro vestibular da UERJ e da UENF com cotas raciais, como mostram os gráficos 1 e 2. Há também um crescimento substantivo em 2004, ano em que a UnB adota um sistema de cotas para negros, acontecimento que atraiu a atenção da imprensa de modo geral. Durante boa parte do período analisado, as ações afirmativas raciais adotadas pela UERJ e pela UnB foram o foco privilegiado das discussões em O Globo. O Gráfico 2 mostra como as menções a esses casos evoluiu nos anos.

GRÁFICO 1 – Quantidade de textos por ano de acordo com a valência em relação às ações afirmativas raciais (*O Globo*)



Fonte: GEMAA

GRÁFICO 2 – Quantidade de textos por ano de acordo com a valência em relação às ações afirmativas raciais (*Folha de S. Paulo*)



Fonte: GEMAA

Pode-se dizer que os jornais focaram nesses casos porque as duas instituições foram as primeiras a adotar políticas de discriminação positiva para negros no país. Mas isso não é exatamente verdadeiro. O sistema de educação superior do estado do Rio de Janeiro, ao qual pertence a UERJ, foi de fato pioneiro na adoção de tais políticas, mas não foi o único. No mesmo ano, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) também adotou política de ação afirmativa de recorte social e racial. Contudo, o caso baiano foi raramente citado pelos grandes jornais sudestinos.

A UnB parece ter atraído a atenção midiática por razão um pouco diversa. Foi a primeira universidade federal a adotar cotas raciais. Contudo, o que chamou mais atenção da mídia foi a adoção pela universidade de uma comissão de verificação da identidade étnico-racial dos candidatos por meio de entrevistas e fotografias. Tal comissão tornou-se objeto de grande polêmica. É preciso ter claro que a UnB não foi sequer pioneira na adoção dessa prática. A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul já havia adotado um sistema de seleção baseado em fotografias. Não obstante, a UEMS foi objeto de apenas três textos publicados em O Globo. Em suma, o interesse maior da grande mídia pelos casos da UERJ e da UnB se justificam apenas em parte pelo pioneirismo dessas instituições na adoção de ações afirmativas. Parte dessa atenção tem a ver com a localização destas universidades em centros urbanos de grande visibilidade no Brasil, Rio de Janeiro e a Capital Federal, e com a localização das sedes dos próprios jornais, os dois maiores e mais afluentes centros urbanos do país.

No estudo que fizemos no Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) sobre o debate acerca das políticas de ação afirmativa de corte racial nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, cobrindo todos os textos publicados sobre o assunto nestes meios de 2001 a 2012, identificamos os seguintes argumentos:

QUADRO 1 – Justificações Contrárias

Justificações Contrárias	Freq.	%
O caminho é investir no ensino básico	193	9,4%
AAR* não leva em conta o mérito	165	8,1%
AAR é discriminação às avessas	126	6,2%
Classe importa mais que raça	112	5,5%
AAR é inconstitucional/ilegal	90	4,4%
É difícil classificar racialmente as pessoas	89	4,3%
AAR cria/acirra conflito racial	82	4,0%
AAR racializa a sociedade	80	3,9%
AAR diminui a qualidade do ensino	79	3,9%
O caminho é investir nas políticas universais	75	3,7%
AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios	73	3,6%
AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem	66	3,2%
AAR pode impor uma identidade bicolor	62	3,0%
AAR pode excluir os brancos pobres	57	2,8%
AAR importa um modelo estrangeiro	54	2,6%
AAR produzirá profissionais despreparados	53	2,6%
AAR pressupõe a existência biológica de raças	52	2,5%
AAR oficializa o racismo	51	2,5%
AAR pode estigmatizar os beneficiários	49	2,4%
AAR é ineficiente no combate às desigualdades	44	2,1%
Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso	43	2,1%
AAR é solução paliativa	42	2,1%
AAR é uma medida eleitoreira	40	2,0%
AAR não deve ser reduzida às cotas	30	1,5%
O Brasil não é um país racista	28	1,4%
AAR não basta sem medidas para a permanência dos beneficiários	27	1,3%
AAR pode excluir grupos discriminados	27	1,3%
AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	25	1,2%
AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	24	1,2%
AAR é vulnerável à fraude	23	1,1%
Pobreza dos negros não se deve à discriminação	19	0,9%
AAR fracassou em outros lugares	17	0,8%
O ensino já está se democratizando sem cotas	14	0,7%
Não é função da universidade estabelecer AAR	14	0,7%
AAR provoca ressentimento nos brancos	13	0,6%
AAR desrespeita a autoidentificação	12	0,6%
Não há o que reparar pois todo brasileiro é afrodescendente	10	0,5%
Não há negros para preencher as vagas	9	0,4%
Não há ainda resultados positivos conclusivos	9	0,4%
AAR rompe com republicanismo brasileiro	9	0,4%
AAR pode dividir classes baixas	8	0,4%
AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	7	0,3%
AAR tende a se perpetuar	7	0,3%
AAR cria intolerância entre os negros	6	0,3%
AAR dá margem a abuso de poder	4	0,2%
AAR é uma política neoliberal	3	0,1%
Racismo oculto é melhor que explícito	1	0,0%
TOTAL	2048	

Fonte: GEMAA

* AAR: ações afirmativas raciais.

Desde já é possível notar que o argumento de que as chamadas cotas raciais não levam em conta o mérito foi o segundo mais utilizado entre os argumentos contrários, aparecendo em 8,1% dos textos. Logo em seguida, vem o argumento de que as cotas seriam uma forma de discriminação às avessas (6,2%), que tem significado similar (CAMPOS, 2013).

Se juntarmos os dez argumentos mais usados, notamos que eles se encaixam em dois grandes grupos: aqueles que dizem que elas vão racializar a sociedade brasileira, criar conflito racial e destruir a identidade nacional, e aqueles que dizem que elas violam o princípio do mérito, portanto são moralmente e legalmente equivocadas e, de quebra, contribuem para a deterioração da qualidade do ensino.

O primeiro grupo concentra-se em torno dos temas “raça e identidade nacional”, e é formado por argumentos de caráter sociológico e antropológico. Já o segundo é de natureza moral e jurídica e pode ser denominado “cidadania e Estado”, pois cobre desde a questão moral do respeito ao princípio do mérito até as consequências de se ter o sistema de cotas como uma política de Estado, passando pelo requisito de sua legalidade e constitucionalidade.

Não tratarei em detalhe, aqui, do grupo “raça e identidade nacional”, pois me parece que após 13 anos de implantação dos primeiros programas de cotas raciais e sociais na UERJ e na UNEB, a despeito dos vaticínios catastrofistas que foram vociferados nas páginas dos grandes jornais, mesas redondas e debates Brasil afora, houve raríssimos incidentes significativos de conflito racial, na universidade ou fora dela. E durante esse período as políticas de ação afirmativa racial e social se espalharam pelo Brasil todo. Elas já eram adotadas em mais de 80% de todas as universidades públicas, federais e estaduais, em 2012, ano que a Lei 12.711 foi aprovada, criando um programa unificado de ação afirmativa social e racial para todo o sistema federal de educação superior e técnica de nível médio.¹

Não há, tampouco, traços inequívocos de que a sociedade brasileira esteja se racializando. O crescimento relativo do contingente de pardos no último Censo (2010) foi lido por alguns como produto de crescente racialização. Ora, identificar-se como branco é uma opção tão racializada quanto identificar-se como pardo ou preto. A nossa sociedade já era racializada. Espaços de branquidade como restaurantes e *shopping*

centers de luxo, conselhos diretores de empresas e outros espaços de prestígio e poder em nossa sociedade são intensamente racializados. Cursos universitários de qualidade, até recentemente, eram, da mesma forma, espaços de branquidade, portanto racializados. O que as cotas têm feito é desracializar a universidade, pelo menos no que diz respeito à quebra do privilégio quase monopolístico que os brancos tinham sobre ela. Se as pessoas passaram a discutir mais a questão racial na universidade a partir da implantação das cotas, é com a finalidade de combater os efeitos mais perversos do racismo. Calar acerca destes efeitos não contribui para mitigá-los, muito pelo contrário.

No que toca à identidade nacional, é mais difícil avaliar se ela está mudando. Contudo, é natural que em uma democracia vibrante como a que tivemos até há pouco, a identidade coletiva ou nacional seja tema de debate, e seja questionada e até contestada. Em outras palavras, é de se esperar que tenhamos mais de um projeto de “identidade nacional” sendo discutido.

Passemos, portanto, ao núcleo de argumentos que denominei cidadania e Estado, e que compreende a questão do mérito, entre outras. O aspecto da legalidade e constitucionalidade da ação afirmativa racial, levantado por um dos argumentos, foi resolvido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 186, que o partido Democratas impetrou contra o programa de cotas da UnB, e cujo objetivo era declarar a inconstitucionalidade de todas as políticas de ação afirmativa de recorte racial no Brasil. Pois bem, o tribunal decidiu por unanimidade afirmar a constitucionalidade destas políticas, chamando atenção no relatório para o fato de a Constituição de 1988 já conter várias provisões com o mesmo espírito de reparação e justiça social.

Já a questão do mérito em si deve ser vista de duas perspectivas distintas, uma normativa e outra prática. Isto é, o respeito ao mérito é um valor moral, mas ele também é um elemento prático a se considerar no rendimento e na qualidade dos serviços de educação. Vejamos primeiro sua faceta moral.

O mérito, entendido como merecimento, sempre foi valorizado pela tradição Ocidental desde a antiguidade clássica. Contudo, até o final do século XVIII ele estava ligado às divisões hierárquicas das sociedades estamentais: o mérito de um ferreiro era substantivamente diferente do

mérito de um soldado, ou de um nobre. É somente na era moderna que o mérito passa a ser inexoravelmente irmanado ao valor da igualdade, e de uma maneira bem peculiar. Ele é o seu contrário, pois estabelece distinção entre as pessoas, mas necessariamente a assume como pressuposto, como ponto de partida.

A era moderna afirmou a igualdade moral de todos os cidadãos nas inúmeras constituições que produziu, quebrando com as hierarquias estamentais dos regimes que a antecederam. Mas o valor da igualdade não parou na letra mais ou menos morta da lei; ele se espalhou pelas visões de mundo e práticas sociais, erodindo continuamente desigualdades reais, de que o projeto inicial da modernidade, produzido pelas Revoluções, não dera conta: sufrágio universal, fim da escravidão e direito de voto de mulheres, entre outras conquistas, fazem parte dessa marcha da igualdade. Tais conquistas sempre se deram no sentido de, a partir do ponto de partida de uma igualdade moral abstrata e universal, conferir igualdades mais concretas àqueles que delas estavam, na prática, aliados.

O Estado de Bem-Estar Social é somente uma das etapas dessa marcha. Sua ideia fundamental é a de que sem uma igualdade material básica é impossível que os cidadãos possam igualmente gozar de seus direitos e exercer seus deveres sociais. A consequência desse primado da noção moderna de igualdade sobre o mérito é profunda. Como o ponto de partida é a igualdade moral, ou seja, a igual capacidade que cada um tem para fazer suas escolhas, qualquer óbice que se coloque no caminho de alguém e que não encontre justificção em termos dessa igualdade moral é injusto e, assim, objeto potencial de uma política pública reparatória.

Isso pode parecer complicado se colocado nesses termos teóricos, mas podemos usar exemplos ilustrativos bem simples. O fato de mulheres receberem salários menores que homens ao exercerem a mesma função laboral é algo injustificável dentro do sistema jurídico-moral no qual vivemos. O fato de ser mulher não pode ser usado como justificativa para menor pagamento. Da mesma forma, uma pessoa ser preterida em uma entrevista de emprego por ser negra é algo injustificável, a não ser que assumamos uma premissa racista de que negros são em média piores que brancos.

Ao traduzirmos esses exemplos para a linguagem do mérito, fica clara a conexão desse conceito com o de igualdade. Não há mérito algum em

um homem ganhar mais que uma mulher pelo mesmo trabalho. Se isso acontece, não se trata de mérito, mas de injustiça. Da mesma forma, não há mérito algum em vencer um concurso para um emprego se um concorrente negro é preterido por racismo ou discriminação. Mais uma vez, a vitória não constitui mérito, mas um privilégio injustificado.

O leitor já pode concluir que, de maneira similar, não há mérito em um candidato – que teve o privilégio de ter nascido em uma família com condições financeiras para lhe prover ensino privado de qualidade – se classificar na frente de candidatos que não tiveram outra escolha a não ser cursarem escolas públicas de qualidade ruim. Mas essa era em grande medida a realidade do ensino superior público brasileiro antes da criação das cotas. Os filhos da classe média, quase sempre brancos, abiscoitavam em massa os melhores postos do ensino superior enquanto candidatos mais pobres, poucos deles brancos, eram preteridos.

Antes das cotas, os métodos de admissão na educação superior, mormente o vestibular, auferiam o mérito dos candidatos de maneira muito limitada. As vagas nos cursos mais competitivos das universidades mais prestigiosas eram quase que privilégio exclusivo dos filhos da classe média e alta, branca. As cotas promovem um maior nivelamento da competição, permitindo que o mérito seja premiado tanto entre os brancos mais ricos quanto entre os brancos e não brancos mais pobres.

E não é somente uma questão de classe a afetar o mérito. É inegável o fato de que, em uma sociedade onde existe racismo e discriminação racial, parte da posição social privilegiada dos brancos é decorrência das chances desiguais que tiveram, por gerações, em relação aos não brancos, e não simplesmente produto de seu mérito propriamente dito.

Sendo refutados, no âmbito normativo, os argumentos de que as ações afirmativas raciais não levam em conta o mérito, resta-nos examinar as questões práticas ligadas à inclusão de não brancos na universidade brasileira. Aqui estamos falando dos argumentos de que a qualidade da educação iria cair, ou os alunos cotistas não seriam capazes de seguir o curso.

As evidências empíricas coletadas até agora não dão suporte a esses argumentos. Muito pelo contrário, elas mostram os cotistas com desempenho igual ou levemente inferior aos não cotistas, e com taxa de desistência consistentemente inferior a seus pares que entraram pela

livre concorrência, o que é uma ótima notícia (QUEIROZ; SANTOS, 2006; VELLOSO, 2009).

Estudo feito na UNEB, por exemplo, universidade pioneira na implantação de cotas, mostrou que, em uma amostra de 11 departamentos, as médias dos cotistas se situavam apenas alguns décimos de pontos abaixo das obtidas pelos demais estudantes, e em dois departamentos foram superiores (MATOS, 2006). Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) os estudantes que ingressaram pelas cotas para egressos da escola pública, brancos e negros, tiveram rendimento igual ou superior ao dos demais alunos em 61% dos 18 cursos mais valorizados (QUEIROZ; SANTOS, 2006). Já na UnB, estudo feito em 2004 mostra que no conjunto de todos os alunos, mais de 1/3 dos cotistas se situavam na metade superior da distribuição do índice de rendimento acadêmico em seus respectivos cursos, ao lado dos melhores estudantes aprovados pelo sistema universal (MATOS, 2006).

Uma análise mais recente feita por Fabio Waltenberg, baseada nas notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) revela que nas IES públicas o desempenho dos beneficiários foi inferior ao dos demais alunos para todos os tipos de cursos, ainda que a diferença tenha sido pequena (CARVALHO; WALTENBERG, 2013). Estudo recente feito por nós no GEMAA, com base nos dados do SISU, mostra que as diferenças médias nas notas de corte entre cotistas e não cotistas são muito pequenas, como mostra a passagem abaixo, na qual os autores examinam essa diferença para as quatro categorias do programa de cotas nas universidades federais:

Em média, a nota de corte dos egressos de escola pública (independentemente da cor e da renda) foi inferior apenas 2,44% em relação à nota de corte da ampla concorrência. Já os egressos de escola pública e de baixa renda tendem a obter uma nota de corte 4,86% menor que aqueles da ampla concorrência, distância próxima à existente entre egressos de escola pública pretos, pardos ou índios, independentemente da renda. Finalmente, a maior distância se encontra na nota de corte da cota que combina os três critérios (escola pública, baixa renda e PPI). A nota de corte desse grupo tende a ser 6,77% inferior que a mesma da ampla concorrência (CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014).

O SISU parece promover um ajuste de expectativas dos candidatos, pois ao fazer sua opção eles já têm conhecimento prévio das notas de corte das rodadas anteriores. Isso faz com que a diferença das notas de corte entre cotistas e não cotistas caia muito, diminuindo assim a probabili-

dade de diferenças expressivas de desempenho entre grupos no ensino superior (CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014).

Fazendo um resumo, nenhuma das previsões feitas pelos oponentes das cotas raciais se concretizou. Passados 13 anos do começo de sua implantação, não houve aumento do conflito racial, a qualidade do ensino superior não foi afetada e o reconhecimento do mérito aumentou, ao invés de diminuir.

As melhores universidades norte-americanas, entre elas Harvard e Stanford, têm sido defensoras ferrenhas da ação afirmativa racial (BOK; BOWEN, 1998). As melhores universidades brasileiras, sejam as estaduais de São Paulo ou as federais do Sudeste, resistiram até onde puderam à implantação de programas de inclusão de base social e racial, ou, quando os implantaram, optaram por políticas inócuas que serviram no máximo de propaganda mas produziram nenhuma inclusão de fato (FERES JÚNIOR; VENTURINI, 2015, 2016; FISHKIN; LASLETT, 2003).² Aos poucos, contudo, estas universidades vão se rendendo aos fatos e a valores mais condizentes com os ideais humanistas e progressistas sobre os quais a ciência deve se assentar.

As ações afirmativas transformaram o ensino superior brasileiro, e continuam a fazê-lo. Consequência do longo processo de democratização pelo qual passou o Brasil, elas mesmas são instrumento de democratização da universidade. A despeito do grau e ritmo do desenvolvimento econômico que nosso país atinja, e de sua variação no tempo, é necessário que as instituições básicas que regulam a distribuição de oportunidades em nossa sociedade sejam as mais justas possíveis, e trabalhem ativamente contra todas as formas indignas de discriminação que historicamente nos assolaram. A igualdade de oportunidades é fundamental para que possamos enfrentar nosso destino juntos, irmanados pela solidariedade da pertença comum a esse coletivo que chamamos de Brasil.

Notas

- 1** A modalidade mais comum de programa de ação afirmativa nas universidades públicas (federais e estaduais) até a criação da Lei Federal tinha como beneficiários candidatos oriundos do ensino médio público. Das 70 universidades que empregavam algum tipo de política de inclusão até 2012, 61 tinham essa modalidade de ação afirmativa social, enquanto 40 tinham programas que beneficiavam pretos e pardos, ou negros, e 36 indígenas. Vale notar também que das 40 universidades públicas com programas para negros, 37 combinavam o critério racial com o econômico, ou seja, nesses casos não bastava o candidato ser preto ou pardo, deveria também ou provar hipossuficiência ou ser oriundo de escola pública (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011).
- 2** Ver os estudos do GEMAA sobre os programas de inclusão da USP e da Unicamp para as paulistas (FERES JÚNIOR; VENTURINI, 2015, 2016). Ver levantamento do GEMAA de 2011, que mostra a resistência das universidades prestigiosas do Sudeste a adotar programas de inclusão efetivos (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011).

Referências

- BOWEN, W. G.; BOK, D. C. *The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 1998. xxxvi, 472.
- CAMPOS, L. A. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. 2013. (Doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.T. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 7-31, 2013. ISSN 0103-3352.
- CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.T. O Desempenho dos Cotistas no ENEM: comparando as notas de corte do SISU. *Textos para discussão GEMAA (IESPUER)*, n. 4, p. 23, 2014.
- CARVALHO, M. D.; WALTEBERG, F. D. Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho? *Texto para Discussão*. CEDE-UFF. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento / Center for Studies on Inequality and Development, n. 73, mar. 2013.
- COHEN, J. *Deliberation and democratic legitimacy*. In: HAMLIN, A. e PETTIT, P. (ed.). *The good polity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- DRYZEK, J. S. *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2002. vii, 195 p. ISBN 019925043X.
- FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, pp. 1-20.
- FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, SP, v. 1, n. 2, p. 61-83, jul./dez. 2011.
- FERES JÚNIOR, J.; VENTURINI, A. C. *O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP)*. IESP-UERJ. Rio de Janeiro, p.1-17. 2015
- FERES JÚNIOR, J.; VENTURINI, A. C. *Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP*. GEMAA. IESP-UERJ, p.1-24. 2016
- FIORINA, M. P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981. xi, 249 p. ISBN 0300025572.
- FISHKIN, J. S.; LASLETT, P. *Debating deliberative democracy*. Malden, MA: Blackwell, 2003. ix, 234 p. ISBN 1405100427.

HABERMAS, J. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996.

MATTOS, W. R. Cotas para afrodescendentes na Universidade do Estado da Bahia: uma breve exposição comentada. In: FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. (org.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora da UnB, 2006. p.167-182.

PERIA, M. E. *Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros*. 2004. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. *Educação e Sociedade*, 27 (96), 717-737, 2006.

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, p. 621-644, 2009.

WILSON, William J. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

Manoel Ricardo de Lima

Poeta, professor da Escola de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS – na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Publicou *Falas inacabadas: objetos e um poema* (Tomo Editorial, um livro-transparência com a artista visual Elida Tessler), *Embrulho*, *Quando todos os acidentes acontecem*, *Geografia aérea* e *Um tiro lento atingiu meu coração* (poemas, todos pela editora 7Letras); os ensaios *Entre percurso e vanguarda: alguma poesia de P. Leminski* (Editora Annablume), *Fazer, lugar: a poesia de Ruy Belo* (Lumme Editor) e *A forma-formante: ensaios com Joaquim Cardozo* (EdUFSC); *As mãos* (romance, Editora 7Letras), *Jogo de varetas* (narrativas, Editora 7Letras) e *Maria quer o mundo* (livro para crianças, Edições SM). Organizou as coletâneas *A visita* (com Isabella Marcatti, Editora Barracuda) e *A nossos pés: poemas para Ana Cristina Cesar* (Editora da Casa). Coordena a coleção Móbile, de miniensaios, para a Lumme Editor, SP.

Resumo

O texto projeta perspectivas e derivas de leitura em torno de alguns trabalhos de Jorge Molder, escritor e fotógrafo português, nascido em Lisboa (1947), e Alexandre Veras, cineasta e videoartista, nascido em Fortaleza, no Ceará (1969), a partir das ideias de *anotação, montagem e formas-formantes* para propor algumas séries de investigação crítica e política com a arte no tempo presente entre questões como, por exemplo, rosto, corpo, cansaço, lugar, comentário.

Palavras-chave: Arte. Literatura. Forma. Corpo. Política. Metamorfoses.

Abstract

This text draws on perspectives and trends in some of the works written by Jorge Molder, a Portuguese writer and photographer born in 1947 in Lisbon, and Alexandre Veras, a filmmaker and video artist born in 1969 in Fortaleza, Ceará, derived from ideas of notes, assembly, and forms-formants to propose some critical investigation and policy series with art at the present time among issues such as face, body, tiredness, place, comment.

Keywords: Art. Literature. Form. Body. Politics. Metamorphosis.

E a arte nada fez senão mostrar-nos a confusão na qual quase sempre nos encontramos. Ela nos inquietou, em vez de nos fazer silenciosos e calmos. E provou que cada um de nós habita uma ilha diferente; só que as ilhas não são distantes o suficiente para que permaneçamos solitários e despreocupados. Um pode molestar o outro, ou assustar, ou perseguir com lanças – mas ninguém pode ajudar o outro (RILKE, p. 125, 2011).

Luftmensch e Jorge Molder: ler, ver o rosto

Investigação nº 1

Giordano Bruno, em seu *Heróicos Furores* (1987), escreve que o que nos toca é tentar responder o que é ver, o que é pensar. E afirma, categórico, que não podemos ver a substância das coisas, a menos que fôssemos Deus. Na tradição que vem do Renascimento, *pensar e ver* são uma só e mesma coisa – não só porque ver é ler, ou depois, porque *ler é ver*, mas porque estamos diante de uma *Skepsis*, ou seja, o tempo inteiro diante da *coisa dos olhos*, da vigilância, da observação, da atenção (*atenção* que foi desdobrada por Maurice Blanchot depois de ler Simone Weil e inserida no lugar de um acolhimento radical com todo o corpo, uma tentativa de movimento em direção ao político, ou seja, em direção ao não aparentado para tocá-lo: a atenção, para Maurice Blanchot, é *tocar a causa do outro*).

A última parte do livro de Giordano Bruno nos apresenta nove cegos, nove causas particulares da cegueira do mundo e a sugestão de que entre a potência de ver e o objeto a ser visto se faz necessária uma mediação da luz. Goethe (1993) retoma essa proposição em seu *Doutrina das Cores*, quando afirma que nunca vemos as verdadeiras formas das coisas, mas sim sua sombra, contornos, decalques, vestígios das coisas que jamais poderão ser apagados porque eles também são luz:

Uma imagem cinza sobre um fundo preto parece muito mais clara do que a mesma imagem sobre um fundo branco. [...] A fórmula eterna da vida também aqui se manifesta. Se oferecemos o escuro ao olho, ele requer o claro e quando se lhe contrapõe o claro, ele evoca o escuro, mostrando assim sua vitalidade, seu direito de apreender o objeto, produzindo, por si mesmo, algo que é contraposto ao seu objeto (GOETHE, 1993, p. 59).

Algo muito próximo do sacrifício monocular do ciclope, Polifemo, no momento de sua castração simbólica, quando Odisseu o priva de seu único

órgão da visão. Ele cai na armadilha do astucioso e binocular Odisseu que responde ao gigante quando este lhe pergunta quem oferece o vinho: *foi ninguém*. Adormecido, o gigante tem seu único olho furado. E continua a ver – porque procura ver com as mãos, com o tato; ele apalpa. É com Odisseu que temos o olhar humano ligado a um saber do visível: ele vê o que sabe, e nada mais. Da batalha vencida contra o monstro, tem-se a ideia de que o olho humano começa supostamente a diferenciar significado e significativo, objeto e signo, uma pessoa e seu nome etc. Odisseu é o que conhece separadamente forma e conteúdo, nome e coisa.

O olhar monocular do Ciclope, o monstro infeliz, por sua vez, é o inadequado, é o olhar do cego, que num contraponto ao olho natural humano nos faz pensar sobre o que vemos, porque diante do olho do monstro estamos condenados a ver a nossa própria imagem. O fotógrafo esloveno, e cego, Evgen Bavcar, lembra que toda arqueologia do olhar, como um *saber*, como *pensamento*, se vincula também a Tírésias: quando ficamos diante de um ponto cego, ou seja, diante não apenas do visível, mas principalmente do invisível e do indizível. E rememora o que diz o astrofísico Peter von Balmoos (apud BAVCAR, 2000): os cientistas que observam o céu estão também na posição de cegos, pois, mesmo do universo conhecido, comparado a um piano de 53 oitavas, só podem ver uma única e pequena oitava. Ou seja, apenas o piano visível e dizível.

Em seu *Memórias de cego*, Jacques Derrida retoma a *Skepsis* (a coisa dos olhos) e relembra que, com Tírésias, ficamos diante de um movimento entre “escuta, olha”, porque Tírésias, cego, é de fato o vidente (aquele que vê, o visionário). Para Derrida (2010), o que interessa é que toda linguagem é cega, porque ela fala sobre a cegueira, ela fala com a cegueira (*cecité*). E é a cegueira que viola a natureza provocando uma indecidibilidade, ou seja, um desejo de saber ver: vontade de ver (*voir*), vontade de saber (*savoir*). Uma passagem que se estabelece a partir do “il faut voir” (é preciso ver) para um “il reste à voir” (um resta a ver). E assim, numa modulação, como uma memória de cego (onde não vemos, quando não vemos mais, quando não vemos ainda) armar uma exposição, reexpor o que resta. Por isso ver com a mão nua, com a mão armada, apalpar, tocar o outro.

Com a literatura, por exemplo, diante da posição que uma imagem é capaz de tomar, temos uma circulação de pensamento. E, mesmo assim, a literatura não passa de uma luminosidade frágil do pensamento (como

já sugere Goethe). Leminski (1997, p. 76), por sua vez, anota que a “literatura é uma das coisas mais frágeis deste planeta. Por isso, nas bibliotecas, existe, sempre, uma placa exigindo: SILÊNCIO, como nos hospitais”, e completa: “não existe isso que se chama ‘escrever bem’, existe é pensar bem. Escrever é pensar. Quem pensa mal, escreve mal. Não há habilidade retórica que consiga disfarçar um pensamento fraco ou medíocre” (LEMINSKI, 1997, p. 74). Mas é nessa circulação rara da literatura como pensamento, quando pode nos dar a graça, ou seja, quando pode nos dar um direito de atenção para observar o mundo com nossos olhos inadaptados a toda imagem, que temos um pensamento da literatura, um pensamento com a literatura: uma força de imaginação e um desvio do corpo, ao menos um palmo a qualquer lado.

Investigação n° 2

Bourriaud (2011) escreve que é possível ler no romance de Oscar Wilde, *O retrato de Dorian Gray* (1891), a imagem total do artista da modernidade. Dorian é um dândi trágico e desencantado, cujos atos, por uma maldição inexplicável, alteram um quadro em que ele está representado. Cada mal pensamento, cada ação imoral, contribuem para desfigurar seu retrato: em contrapartida, ele para de envelhecer. Para Bourriaud (2011), Dorian é o protótipo desses demiurgos instantâneos, de Marcel Duchamp a Joseph Beuys, que metamorfoseiam seu comportamento em obra, tal como aparece e podemos ler no poema “Anotação 9: A obra lírica”, de Sebastião Uchoa Leite:

Do Campo de Santana
E entrando célere
Na Azeredo Coutinho
Direção: Arquivo
Como um Josef K qualquer
Deparei-me
Com algo da espécie
Dita “humana”
De cócoras
Pondo ali o seu ovo
Atravessei e pensei
Que ali era
A obra no sentido literal¹
(LEITE, 1993, p. 79).

Borriaud (2011) prossegue dizendo que a ambição de Dorian em elaborar um novo plano de vida, com princípios absolutamente racionais e encadeados numa perfeição para a espiritualização dos sentidos, permanece extremamente contemporânea porque ele é um personagem que depende de um conjunto de eventos externos cuja imbricação vem gerar uma forma. Arrisca dizer que, como os modos de operação da imagem na máquina celibatária de Duchamp (cujos modelos são, sobretudo, literários), o romance de Oscar Wilde apõe a arte moderna já na perspectiva de Baudelaire: “Viver e dormir em frente do espelho.”

Estamos diante da imagem da metamorfose: quando, todas as manhãs, um homem acorda como se saísse de sua morte: “Acorda e faz do seu acordar uma imagem. Olha-a e faz dessa imagem uma suspeita. A suspeita de que Deus é aquele cuja ausência se vê” (SANTOS, 2010, p. 19). Esta imagem foi radicalizada por Kafka e seu *Luftmensch* (o homem-aéreo), que esvoaça metamorfoseado sobre qualquer contexto social porque é retirado de todo o progresso técnico e material da produção e, no caso do “estado atual de Gregor” (esta é a frase empenhada por um narrador que tudo vê, mas que nada sabe), do desamparo provocado pelo inseto (um animal completamente desadequado para o sacrifício). Depois, estamos diante da imagem figurada pelo retrato, porque no retrato não temos nenhuma ação, nenhum atributo ou atribuição, muito menos a revelação de uma identidade, de qualquer EU.

Kafka nos lança na ateologia da série convulsa de seres, quando a literatura se torna “um laboratório onde todas as figuras conhecidas são desarticuladas, para dar lugar a novas criaturas para-humanas ou subdivinas: do semideus de Hölderlin às marionetes de Kleist, do anjo e da boneca de Rilke ao ‘automa’ de Celan” (AGAMBEN, 2011, p. 29), do Pinóquio à genial Emília, até o Palhaço etc. Diante de Kafka, o que nos sobra, como resto e fragmento, o despojo diante do único rosto que nos olha, como vidência, é a *facies hippocrita*, a morte.

Importante lembrar aqui o que diz Agamben (2015a) acerca de Avicena, como “um problema dos futuros contingentes”, quando este elabora a experiência do “homem voador”: que seria aquele que desmembra e desorganiza o seu corpo através da imaginação e pedaço por pedaço para provar que, mesmo fragmentado e suspenso no ar, ainda pode de algum modo dizer ‘eu sou’. E, ao mesmo tempo, pode indicar também um exis-

tente puro que vem da experiência de um corpo sem mais partes nem órgãos. Agamben, no mesmo texto, nos lembra ainda de Guido Cavalcanti, que descreve a experiência poética como a transformação do corpo vivente em um autômato mecânico; de Dante que dessubjetiva o 'eu' do poeta em uma terceira pessoa ("i mi son un"), uma espécie de homônimo genérico que atua como um mero escriba ao ditado de amor; de Rimbaud, "eu é um outro"; de Kleist quando evoca um corpo perfeito em suas marionetes para o absoluto e, por fim, de Heidegger, que substitui o eu psicossomático por um ser vazio e inessencial. E nos convoca a "levar a sério os 'experimentos sem verdade' em que eles nos convidam a nos aprofundar"; e chama a isso de "mutação antropológica" (AGAMBEN, 2015a, p. 36-37).

Investigação nº 3

Tudo isso nos leva ao que escreve o crítico João Pinharanda sobre o trabalho do artista-fotógrafo português Jorge Molder a partir do retrato como uma contingência do rosto nas suas séries *Pinocchio* e *A Escala de Mohs* que circularam por alguns países da Europa e, por último, em exposições entre a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e o Museu de Reina Sofía, em Madrid.²

FIGURA 1: *Pinocchio* (detalhe)



Fonte: cedida pelo artista Jorge Molder (2016)

FIGURA 2: A Escala de Mohs (panorama)



Fonte: cedida pelo artista Jorge Molder (2016)

FIGURA 3: A Escala de Mohs (detalhe)



Fonte: cedida pelo artista Jorge Molder (2016)

Esses trabalhos nos colocam diante de uma composição que oscila entre duas possibilidades *distintas/indistintas* nas figurações do rosto: primeiro, como um *ser-palhaço* animado e não animado, humano e não humano, subdivino e para-humano; depois, com o *envelhecimento* como algo que se projeta a um desamparo total do homem perante si e o mundo. Pinharanda (2010, p. 37) diz que essas “imagens de Molder nunca ilustram nada e nunca ocupam o lugar das palavras – do mesmo modo que as

palavras nunca ocupam o próprio lugar da vida que constroem". Quando, parafraseando Henry Miller, o "palhaço é um poeta em ação, quando ele é a história que desempenha, sempre a mesma e eterna história" (PINHARANDA, 2010, p. 37). Essas imagens nos apontam para um pensamento da literatura acerca de um lugar da luz, do corpo, da cor, da narrativa etc. E é Jean-Luc Nancy, num belo texto sobre esses trabalhos de Molder, *Paixões do Rosto*, quem evidencia o que aparece, como figuração cega do vidente, entre o que é ver, o que é pensar:

Em cada manifestação o inimitável abre a possibilidade do que é manifesto, a força do aparecer sem a qual não haveria qualquer aparição, qualquer forma, portanto, nem traço, nem linha, nem sombra, nem grão – e ainda menos figura ou imagem, ainda menos representação do que pode apresentar-se. E ainda menos o rosto onde se apresenta ao mesmo tempo o visível, o ver o que é visto, a visão do visível ela própria invisível no fundo dos olhos que veem. Esses olhos que veem sem olhar, que veem que nada olham mas que abrem a sua visão ao invisível que lhes apresenta a sua própria abertura, aquela que está no fundo da sua cavidade e aquela que se estende diante deles, essa profundidade de além-cosmos, esse abismo de origem e de fim no qual se dissolvem todas as formas e todos os fundos, todas as matérias e todos os pensamentos. Todos os olhares se cravam e se coagulam na visão do invisível. Não fica para lá do seu alcance: ele está neles, preenche-os, transborda deles. Não é por isso que esse rosto de vidente deixa de exercer a sua invidência na mínima visão comum. Ele pode olhar, observar, decifrar, examinar todas as coisas do mundo: de cada vez, uma mesma ausência revela-se e retira-se na própria superfície do visível. Aberta para ele de par em par a página do mundo, disposto o texto do destino do universo, inscrito em caracteres de pura ilegitimidade, na língua sagrada do que não fala nem dá qualquer sinal, mas que se estreita e torna a dobrar-se na estrita imanência do seu presságio: intimidade revolvida do ser na sua paixão de ver, de fazer ver e de ser visto fazendo ver para si a privação e a efusão de ver (NANCY, 2010, p. 222-223).

Diante do trabalho de Jorge Molder, as perguntas de Giordano Bruno ressoam continuamente: o que é ver, o que é pensar (mas nunca como um eco, que não é senão uma repetição sem diferimento). Um propósito possível do seu trabalho é o quanto revelar o rosto é também revelar a linguagem (e sua cegueira). Agamben (2010), no seu texto *O rosto*, diz que o rosto é o ser irreparavelmente exposto do homem, o único lugar da comunidade, a única cidade possível. Isto nos leva a ver e a pensar que

o trabalho de Molder nos impõe e nos devolve a um gesto com a terra, como quando Salomé dança diante de um velho rei e toda a sua corte e suscita um só desejo desdobrado: controle, poder. Dançar é mover-se vertiginosamente sem nunca perder o equilíbrio diante do risco constante da queda. Por isso ela pode pedir ao rei a cabeça de Batista (aquele que dá nome às coisas, o poeta), o que toma para si a linguagem, o *logos* (o lugar da ação), em uma bandeja e imediatamente. Franco Farinelli diz que essa é a frase mais terrível já pronunciada por uma boca humana: “quero imediatamente a cabeça do Batista em uma bandeja” (FARINELLI, 2012, p. 53-54) Pedir a cabeça de alguém é querer vê-lo morto. Herodíades, mãe de Salomé, quer apenas isso. Salomé, caprichosa, não percebe a dobra do sentido e deseja a cabeça sobre um prato: substituição do *logos* da linguagem pela tabula rasa da história. A terra é uma cabeça, ou seja, a terra é apenas o que o seu metamodelo, o mapa, essa aparência sem rosto, indica. O que está em jogo é o corpo vivo de toda a terra. Farinelli (2012) ainda nos lembra que, por antonomásia, chamamos muitas vezes de Batista ao mordomo que leva os pratos à mesa.

Para Agamben (2010), diante do rosto, um próprio pretende excluir de si toda impropriedade contra o que ele chama de um pseudopensamento da comunicação, com suas imagens inexpressivas para a construção de uma política totalitária que vem desde o mundo moderno através da irrefreável falsificação do consumo. É com a exposição no rosto da própria e simples impropriedade, como nos apresenta o trabalho de Jorge Molder, como uma política da arte e com a arte, que encontramos uma possibilidade para o “fora”, para um encontro com alguma exterioridade; e isto como um lance para o aberto, este confronto entre o que *no* homem ainda vive do homem e do animal, como aparece em cada rosto do *fazer inoperoso* de suas fotografias ao nos levar de volta, por exemplo, à força e ao esforço de uma imaginação crítica radical do “era uma vez um pedaço de madeira” que está no belo *Pinocchio* de Carlo Collodi, esse boneco desmembrado numa forma-formante sem limites.

Conversa infinita e Alexandre Veras: olhar com todo o corpo

Investigação n° 4

Numa outra ponta dessa forma-formante sem limites, para uma outra série crítica de investigação, podemos pensar a partir da proposição levantada por um trabalho de Alexandre Veras, cineasta que tem se dedicado também a procedimentos de invenção e intervenção no espaço entre a videoarte e a videodança, e que entre setembro e outubro de 2015, ocupou com uma grande exposição de arte e tecnologia todas as sete salas do Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza, no Ceará. A exposição, intitulada *Conversa infinita*, armava um disparador em torno do cansaço da vida presente e das formas de estar no mundo agora. É possível pensar com Maurice Blanchot (autor do qual Veras retira o nome para esse conjunto de trabalhos expostos) acerca de uma partilha POR um incomum que nos coloca diante de um apontamento: *estamos todos muito cansados*.

FIGURA 4: *Conversa Infinita, Sala Escura (detalhe)*



Fonte: cedida pelo artista Alexandre Veras (2015)

A pauta é que, diante do cansaço, ao nosso redor o que nos sobra é um avanço estereotipado do consumo e de uma expressividade monstruosa: o homem médio, a opinião pública representada, oficializada pela notícia e suas redes sociais (que não é senão um contrassenso entre o que seria social e o dinheiro), que pede um bode expiatório e um linchamento. É Pier

Paolo Pasolini que, em 10 de maio de 1969, já chamava a atenção para isso e dizia que esta é a civilização de Himmler, a dos *Lager*, quando o diferente atribuído como criminoso, homossexual ou pobre etc., se configura como monstro; o impasse é que, na perspectiva de um novo fascismo, “o monstro” também passa a reproduzir, como mímica, o homem médio total e violento que não o tolera porque o poder decidiu que devemos ser todos iguais. Mas estamos também diante da promessa de um sentido que *um pensamento* que vem DA arte e COM a arte ainda, algumas vezes, procura constituir, e assim podemos perceber que é esse mesmo pensamento que nos debilita a memória contra uma “inconsciência de quem não levanta certos problemas – que já ultrapassaram o limiar dentro do qual se situa a nossa forma de vida e o nosso horizonte mental” (PASOLINI, 2005, p. 27).

Como sair do cansaço, como desmontar e enganar a fábrica, como desmontar e enganar o mapa, como desmontar e enganar a arte, como escapar e criar uma esquiva, por exemplo, ágil e deliberada, de que aquilo que se instala no corpo – como uma *ideia da matéria*, nosso limite com a linguagem – só tem existência se pode ser dito, se pode ser falado, se há para isso uma palavra, aquilo que engendra alguma imagem e o que tomamos como real. Uma primeira leitura, sempre imediata, é tratar o que se instala no corpo como tema: te-ma-ti-zar i-ne-vi-ta-vel-men-te. Por isso, se estamos todos muito cansados, rapidamente associamos, numa percepção equívoca, descanso a repouso, a uma trégua. Ou seja, a um tema. Talvez porque estamos diante de uma guerra, e diante de uma guerra nos transformamos, sem a inferência vigorosa da metamorfose, em técnicos da guerra, pequenos homens plenos e fazedores de mapas, de cartografias, de diásporas fixas, repetitivas e fajutas, técnicos de um sistema que, numa dimensão nociva, completa e monopolizadora, passamos a chamar de *um sistema para uma cartografia de possíveis*. E isto é outro contrassenso. Mas é essa a imagem que funda a modernidade para um desenvolvimento mímico e unânime e impede o corpo (retirado do mundo porque estamos todos cristãos) de qualquer possibilidade de avanço com alguma experiência que se postularia entre *un regard, un retard*.

Podemos lembrar de *Moby Dick*, um leviatã reinscrito no animal perdido (o que nos remete a controle e poder), de Herman Melville, 1851, capítulo 44, quando um tormentoso Ahab diante de sua mesa de trabalho procura traçar outras rotas nos mapas de um mundo pronto e, ao tentar decompor

os mapas, de fato, apenas se compõe e se recompõe com um lápis invisível do tempo que lhe demarca o próprio rosto:

Enquanto assim se ocupava, a pesada lamparina de estanho suspensa por correntes sobre sua cabeça balançava continuamente com o movimento do navio e jogava contínuos raios e sombras de linhas sobre seu cenho franzido, até quase fazer aparecer que, enquanto ele próprio marcava linhas e rotas nos mapas franzidos, algum lápis invisível também traçava linhas e rotas no mapa profundamente marcado de seu rosto (MELVILLE, 2013, p. 221).

E é o escritor argentino Jorge Luis Borges, nos anos 1960, praticamente cem anos depois, um impensado, inoperoso e severo leitor de Melville, quem, numa série imprevista (*Magias parciais do Quixote*, *Do rigor na ciência*, *O Rouxinol de Keats e Epílogo*, por exemplo), repisa essa imagem para tentar movê-la diante de um tempo contínuo do instante ou da reconfiguração já operada por Marcel Duchamp, de que uma máquina mitológica, celibatária ou *infraleve* é, também, uma máquina literária, fórmula de êxtase, um *pathos-formel* – quando “o impossível, ao agir sobre o possível, cria um possível que age no infinito” (ANTELO, 2008, p. 229). Diz Borges (2007, p. 139-140):

Observa Coleridge que todos os homens nascem, aristotélicos ou platônicos. Os últimos sentem que as classes, as ordens e os gêneros são realidades; os primeiros, que são generalizações; para estes, a linguagem não passa de um jogo aproximativo de símbolos; para aqueles é o mapa do universo. O platônico sabe que o universo é de algum modo um cosmos, uma ordem; essa ordem, para o aristotélico, pode ser um erro ou uma ficção de nosso conhecimento parcial.

e

Um homem se propõe a tarefa de desenhar o mundo. Ao longo dos anos, povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu rosto (BORGES, 2008, p. 168).

O jogo de Borges é roçar o espaço do cansaço de Ahab: esquarterjar Narciso que só será feliz enquanto não enxergar a própria imagem. Assim, ficamos diante da ideia de que na base de cada ser existe um princípio de insuficiência, o que Lacan leria como um sujeito cindido. Borges apela a um saber frágil, acefálico, logo misterioso, para desenhar um teatro do mundo, uma morada para o homem: o EU é uma ninharia, afirma lendo

e relendo José Bergamin: o EU é um linha de sombra e um simples ponto de nada. O seu apontamento é de que a terra é sempre alheia, hostil, que nela não há um próprio, mas um desprovido que paira sobre “este minúsculo e frágil corpo humano”, como disse Benjamin (2013). A questão para Melville-Borges é um “tomara não fosse” ao pensar POR um pensamento com a literatura, com a arte, do tamanho de uma esperança. Algo como tornar a terra um espaço POR uma *composição* (e não PARA uma *composição*, mas POR uma *posição* COM), POR aquilo que nos é inconfessável e inassimilável: como tornar o espaço cúmplice do homem, como tocar os povos, como tocar *a causa do outro*. Aqui, o real se abre a um impasse da formalização e solicita o ponto do impossível de formalizar: o impossível existe, o impossível precisa existir. Uma política POR um real que é um desejo do real, tornar o impossível possível, tornar possível o impossível. Não à toa, em uma de suas últimas entrevistas, Borges disse algo como *Estou muito cansado de ser Jorge Luis Borges*.

Investigação nº 5

A exposição *Conversa infinita*, de Alexandre Veras, rearma a questão do cansaço, politicamente, a partir de uma proposição do AQUI que desmonta qualquer cronologia e se projeta numa anacronia inaparente entre as condições de um LUGAR. Para isso, começa por tentar reler essa “conversa infinita” nas cinzas de José de Alencar numa liberdade de invenção que desequilibra toda a terra e toda raiz – nem nacionalismo nem protecionismo – como fez, por exemplo, Pasolini ao reler a Itália a partir das cinzas de Gramsci:

[...]
 muito menos descuidado e impuramente são
 do que os nossos pais – não pai, mas humilde
 irmão – já com a tua magra mão

delineavas o ideal que ilumina
 (mas não para nós, que tu estás morto, e nós
 estamos mortos, contigo, no húmido
 jardim) este silêncio. Não vês que só
 podes repousar em terra
 estranha, ainda desterrado?
 (PASOLINI, 2005, p. 23).

Em 1865, José de Alencar, um possível inventor do cinema (já que precisamos reaprender a lê-lo ou a pelo menos tomar outra posição para retirá-lo de um mesmo AQUI ou de uma mesma ideia de LUGAR), escreve numa carta que usou como prólogo à primeira edição de *Iracema*, que estamos diante de um livro que é um “envio” e pergunta qual sorte há num envio. Todo envio é contingente, logo pode não chegar nunca, e solicita uma hospitalidade, uma atenção radical para o acolhimento que vem, o que equilibrava entre *estrangeiro* e *hóspede na terra*. Podemos ler/ver aí o que se apresenta depois como um desenho do horizonte que, num primeiro momento, impõe o modelo (o mapa) de funcionamento do mundo à vida cotidiana, a uma escala de âmbito doméstico que se expande da fábrica, a uma domesticação: e diante da fábrica não há mais nenhuma retribuição do olhar, o que nos sobra é uma humanidade mímica e unânime.

Depois, quando na última linha de *Iracema*, Alencar em vez de apenas narrar, mostra, monta, projeta e inscreve (eis o seu cinema), que *tudo passa sobre a terra*, podemos começar a ler que um horizonte é também o manto do céu, o que nos redimensiona a um desdobramento do espaço interior do pensamento para o de um tempo infinito. É quando a terra pode ser pensada, inventada e, como política, estamos diante de uma luta das imagens que só pode ser cumprida com a imaginação num encontro entre o que existe e o que ainda não existe – prognose e profecia. A imaginação é o que rasga a terra e projeta (este termo que vem da alquimia) um mundo, uns mundos. Com a rapsódia de Alencar podemos começar a pensar na abertura de um gesto e numa ação sobre a história, como a que sugere Antelo (2008), para *deixar o centro vazio, deixar o centro disponível*, porque a terra tem um rosto, que ela exprime e se exprime, um texto visível e invisível, impressão e decalque, semblante e memória movente. De certo modo é isso o que se pode tomar como *todo encontro é uma separação* ou, agora, como uma *conversa infinita*.

Tanto é que em 2013, numa cena do *Lenz*, livro de Büchner, que foi reconfigurada completamente nas imagens do filme *Linz – quando todos os acidentes acontecem*, primeiro longa-ficção dirigido por Alexandre Veras (2013, menção honrosa no festival de Tiradentes desse mesmo ano), temos o que retorna como comentário, ou seja, como pergunta e como tentativa de manter as perguntas ativas:

Ele prosseguiu indiferente, pouco lhe importava o caminho, ora para cima, ora para baixo. Cansaço ele não tinha, apenas lhe era desagradável, às vezes, não poder andar de ponta cabeça. [...] pensava poder medir tudo com alguns passos (GUINSBURG; KOUDELA, 2004, p. 169).

Esta cena, numa outra lembrança, já estava no giroscópio de um pequeno trabalho muito anterior, em vídeo, de Alexandre Veras, *Uma noite com Buda* (1999): quando uma pequena estátua de Buda, de pé, acompanha o rodópio de um disco de vinil enquanto se ouve, na primeira parte, uma canção muito conhecida que repete sem parar as frases “diga que eu não sei de nada / nem posso saber”³ e, na segunda parte, com o mesmo movimento de Buda, outra canção, *Antonico*, de Ismael Silva, cantada por Gal Costa, quando tudo é apenas um único pedido de favor desdobrado: tocar uma esperança, ajudar um homem a ser feliz.

Este largo parêntese de tempo e projeto anacrônicos, por exemplo, entre *Uma noite com Buda* e *LinZ*, abre uma série de possibilidades para ler e ver os trabalhos que compõem a *Conversa infinita*: muito mais do que DO Alexandre Veras, lidos num COM o Alexandre Veras. E assim nem desposseção, nem impressão, nem apagamento, nem abandono, nem propriedade de assinatura. Primeiro, é possível estabelecer um móvel no que vem com as experiências de *composição* de pensamento vinculadas a processos de horizonte formativo, desde circunstâncias e exercícios⁴ que envolvem a câmera e, bem antes da câmera, os impasses com o corpo, quando o que está em jogo também envolve desejo, espera, enlace e aquilo a que se quer e, depois, num lance de dados que jamais abolirá um lance de dados, o que principalmente vem do livro como margem de manobra a uma aprendizagem. Toda a materialidade desses trabalhos vem, antes, do livro, e se lança para o vídeo e para o espaço (no videodança, no documentário, no longa-ficção etc.). Há neles também um inaparente de todo trabalho que é o que nunca se realiza, uma esquiva, uma invisibilidade, um inaudito, aquilo que o lança para fora da representação e solicita que seja olhado de muito perto como uma condição inespecífica e inoperosa da *invenção*, da *poesia*: onde acaba a linguagem e começa a matéria, *olhar com todo o corpo*.⁵ Algo muito próximo do que diz Blanchot numa carta de 6 de abril de 1981 a Vadim Kosovoi, acerca de um comentário que Vadim fez sobre o trabalho de Bóris Pasternak:

Recurso incompreensível (ultrapassando a simples compreensão) da poesia [...] Vem-me à memória a reflexão provocadora que se lhe atribui: 'Não gosto da poesia em geral' ou 'não suporto os versos'. Do mesmo modo, Georges Bataille: Ódio da poesia. Mas é porque ela é insuportável, porque não a suportamos, afora toda aquiescência e toda admiração fácil, que ela nos chama até no silêncio que lhe pertence, que ela nos obriga a ouvir o inaudito ao qual é preciso responder como questão sempre esquivada (BLANCHOT, 2012, p. 75).

Se pensarmos no desenho dessa exposição de Alexandre Veras, desde esse termo pleno e imposto como tábula rasa (como aparece em Salomé e o seu capricho: a cabeça de Batista num prato, numa tabula rasa), como um mapa que apenas retira e retoma uma proposição de Maurice Blanchot, o de uma *conversa infinita* que é também o de *uma conversa POR um tempo infinito*, sem nos darmos conta de que “aquilo que o cansaço torna possível, o cansaço também torna difícil” ou “o que é um acontecimento no qual, cansados, nos manteríamos mais cansados ainda” ou, principalmente, da importância em reviver um “tempo de espera”, estamos de certo modo operando com uma simplificação de que há uma imagem do “cansaço” que se esclarece porque ela se apresenta como um visível que procura representar. O desenho mais simples pode apenas recuperar uma cartografia dessa imagem em meio à luz e ao som: uma sala clara, uma sala escura e as palavras-sons; um mar de longe, um mar de perto; uma mandala giratória; depois um nome, Carlos; adiante, Ulisses em três salas que formam uma linha difusa em que as leis da vida são sempre as mesmas e por toda parte; em “micro-move-movie” a linha de um manual de acrobacia e pessoas partidas no meio do caminho, no meio da vida até um panorama expandido, um fim de linha impenetrável; por fim, a dança de um jogo de varetas ou marionetes sem fio que se forjam na desproporção de um teatro de fala, luz e sombra.

FIGURA 5: Conversa infinita, mandala (detalhe)



Fonte: cedida pelo artista Alexandre Veras (2015)

FIGURA 6: Conversa infinita, Ulisses (detalhe)



Fonte: cedida pelo artista Alexandre Veras (2015)

Ler esse mesmo desenho numa montagem aguda é não só desfazer o mapa e qualquer ideia de mapa, de cartografia (ou seja, de controle e poder), para tentar tocar uma fórmula de êxtase (um *phatosformel*) quando toda imagem nunca é o visível, mas sim e muito mais o invisível, o que solicita uma luz, EROS, e que só se pode *olhar com todo o corpo* provocando uma proximidade absoluta. Ler isso com Blanchot⁶ é imaginar que estamos diante de um círculo que é sua própria ausência, um *ab-sens*,

que é traçado pela escrita ou pelo cansaço, quando o cansaço não permite nenhuma decisão: entrar no círculo do cansaço ou no cansaço como num círculo. As proposições estão armadas: como sair do cansaço, como desmontar/enganar a fábrica, como desmontar/enganar o mapa, como desmontar/enganar a arte. E é na brecha que se projeta nessas proposições, enquanto nos perguntamos acerca do elemento trágico de nosso tempo agora – o homem, nem ídolo nem vítima –, que podemos também projetar o corpo num modo descontínuo e sem medida das coisas que ainda queremos forçosamente, como lei, medir.

Para Blanchot (2007), um nostálgico, enquanto lia Emanuel Levinas e Heidegger, é fundamental a essa condição de uma *conversa infinita*, a que não cessa de dizer, a que não cessa de se dizer, um *comentário* acerca de um homem que não é capaz de abandonar facilmente o pensamento e do quanto é preciso arriscar, quer dizer, do quanto “é preciso trabalhar pelo incerto” e apostar nisso numa deriva entre o “conscientemente” e o “razoavelmente”: “num duplo esforço para aumentar a consciência e nos fazer consumir a loucura do salto de tal maneira que essa loucura seja (também) um ato lúcido que a razão ilumina, porta e suporta (ao mesmo tempo) o mais longe possível” (BLANCHOT, 2007, p. 36).

Cesar Vallejo (1997, p. 449-453), poeta peruano, de outro modo, nos impõe a tarefa do cansaço muito severamente, porque entende que nada é mais terrível a cada um de nós do que cada outro e postula que o que lhe interessa não é a quem fala ou a quem se fala, mas POR QUEM AINDA SE FALA, POR QUEM AINDA SE PODE FALAR, e afirma que é pelo analfabeto que procura falar. Vallejo, no poema *Himno a los voluntarios de la república*, parece sugerir que o poema, a arte, não se dirige a um leitor ou a um espectador, nem legitimação nem percepção autonomista, mas a uma exigência, a uma emergência. Por isso, muito mais do que pensar essa *Conversa infinita* como uma *exposição*, quando ela seria apenas *tabula rasa*, podemos pensá-la como uma *disposição*; muito mais do que expor ou expor-se, é preciso dispor e, principalmente, dispor-se. É preciso inverter e reinventar o termo para gerar um outro começo: o que está em jogo AQUI não é uma *exposição*, mas uma *ninharia*, um simples ponto de nada, uma vontade de vontade, UMA DISPOSIÇÃO. E é isto que pode nos levar a Blanchot, que entende que *uma conversa POR um tempo infinito* é o que se dá, como interrupção, naquilo que não se diz, no tempo do entre-dizer, uma situação que se dá num instante finíssimo de grande proximidade

e de imensa distância entre duas pessoas, espaço-tempo a que também podemos chamar de deserto.

Investigação nº 6

Em 1926, Joaquim Cardozo, num texto sobre a pintura de Telles Junior (2010, p. 509-517), sempre aprisionado no gentílico “pernambucano”, a quem considerava um pintor sem esforço e avesso às preocupações mentais, propõe um sabor do mundo que se demora na inquietação daquele que *olha com todo o corpo* e que, por sua vez, numa expansão da terra, poderíamos ver isso em Cézanne, Signac ou Gauguin. O exemplo que Joaquim Cardozo recupera é muito singular: a loucura do salto vem do corpo de Cézanne enquanto este espera que os primeiros raios de luz do dia penetrem no interior da Catedral de San Giorgio, em Veneza, para perceber como todo aquele espaço interior minimamente deslumbrante pode reviver, surgir da linha de sombra envolvente tomando novas formas àquela hora. Joaquim Cardozo chama a isso de *uma pupila aguda* e o que lhe interessa não é *a obra* de Cézanne, a exposta e visível, mas sim a pintura que Cézanne manteve ilegível e inaudita como um vapor e como uma maneira sempre atuante de sobrevivência, muito longe de qualquer legitimação ou percepção autonomista, unânime e mímica, muito próprias da modernidade. Modernidade que apenas nos assegura um modelo geométrico, que ainda é o de Anaximandro, com a terra sempre vista de cima gerando comunidades formalizadas e fechadas.

Num confronto, podemos pensar com José de Alencar que a frase *tudo passa sobre a terra* deve ser lida como “tudo se move sobre a terra”, ou seja, que um deserto pode ser gerado a partir de um pensamento inoperoso porque se ele é um centro vazio, um centro disponível, ele é também começo. Pensar a partir do deserto equivale a um pensamento que é ao mesmo tempo um não pensamento e que vem contra a naturalização de tudo. É a potência de pensar, um *potens*, o *pensamento POR um pensamento* – ametafísico, acéfalo, olhar como todo o corpo – e que está vinculada a uma restituição do deserto, e não a uma restauração do deserto.

O poeta Edmond Jabès (1912-1991), por exemplo, numa pergunta que Marcel Cohen lhe faz acerca da ilegibilidade de seu trabalho que é, de todos os modos, um jogo que gira em torno de *uma conversa POR um tempo*

infinito, o que chama também de comentário como nossa tarefa impossível, tenta responder com outra pergunta, como era sempre sua prática: *como aceitar o comentário sem interrogá-lo sempre?* Seu procedimento é uma ação para tentar, minimamente, deixar o centro vazio, deixar o centro disponível. O que vai ao encontro da ideia de OBRA que também é anotada por Blanchot – que a obra é a circunstância mais inútil da arte. Jabès (2011) afirmava que nenhum termo é mais distante de seu trabalho que *obra*, e que prefere pensar em lugares indistintos de contaminação e numa maneira nascente de sobreviver. Por isso articula a abolição dos limites e as formas-formantes das imagens que monta entre os arrependimentos da pergunta e os tomentos inacabáveis da resposta: *Bornes de l'univers: chacune est germe d'infini* e *On fait de l'ombre en respirant* (Limites do universo: cada um é germe de infinito e Ao respirar fazemos sombra).

Não à toa, no final dos anos 1960, Jacques Derrida debruça seu pensamento arejado sobre as imagens de luta do trabalho de Edmond Jabès para articular um comentário como um modo de interrogação, entre uma fala que vem das raízes (“as raízes falam”) e aquilo que começa com a reflexão, a história. Diz ele que “a necessidade do comentário é, como a necessidade poética, a própria forma da palavra exilada” (DERRIDA, 2005, p. 57). O que surge no meio desse exílio como aquilo que se pode dizer é uma liberdade de invenção que desequilibra toda a terra e toda raiz: quando “tudo se move sobre a terra”. Derrida, lendo e olhando Jabès, nos lança direto ao aberto do imemorável que vem para tocar severamente a tradição (que nunca é uma ortodoxia) como uma aventura no deserto do sem sentido da promessa. É esse o sentido do não sentido que aprendemos com Edmond Jabès, no seu poema *Un étranger avec, sous le bras, un livre de petit format*:

Não se pode falar do deserto como de uma paisagem, porque, apesar da sua variedade, ele é ausência de paisagem.

Essa ausência lhe atribui a sua realidade.

Não se pode falar do deserto como de um lugar; porque ele é, também, um não lugar; o não lugar de um lugar ou o lugar de um não lugar.

Não se pode pretender que o deserto seja uma distância, porque ele é, ao mesmo tempo, real distância e não distância absoluta por causa da sua ausência de referências. Tem por limites os quatro horizontes e é o que os liga e os separa. Ele é a sua própria separação onde esta se torna lugar aberto; abertura do lugar.

Não se pode pretender que o deserto seja o vazio, o nada. Nem se pode pretender que seja o termo, porque ele é igualmente o começo (JABÈS, 1991, p. 61).

Se estamos todos muito cansados, podemos também perseguir a proposição como *desmontar/enganar a arte*, arte que faz muito segue todos os mapas da fábrica, e pode ser interessante pensar que de um mesmo lado, que é sempre outro, se produzido por um ponto-furo que vem com o pensamento e não com um falseamento que apenas repete os metamodelos ou alia-se aos *sistemas de uma cartografia de possíveis*, mas sim diante de um trabalho como esse que projeta e se projeta entre uma tradição minimamente muito difícil e o que retira da composição de um LUGAR, um AQUI, como tentativa irresoluta, irrestrita, para armar outras possibilidades, outros comentários e uma comunidade negativa. Essa *Conversa infinita*, se num primeiro momento é Alexandre Veras lendo Blanchot e um mundo ao redor, depois se alarga POR um infinito até tocar um circo, quase aquele mesmo que Walter Benjamin lia enquanto escrevia seu *Rua de mão única: O circo*, livro de Ramon Gomez de La Serna. Benjamin apreende que se o animal no homem é o aturdido, o que ainda sente algum torpor, é porque no circo o homem é apenas um convidado do reino dos animais. Assim, é que num “caráter destrutivo”, destruir a destruição, arrasta a promessa de um sentido de que o mundo não foi feito para terminar numa piada grosseira e hipócrita apenas porque não suporta a tensão limite de um pensamento; ou numa fofoca, isto que desmantela todo ou qualquer possibilidade daquilo que o pensamento gera, o mal-entendido, o aberto, o animal no homem, *a conversa POR um infinito*. Por isso, caminhando agora e devagar por essa arquitetura bamba e horizontal do Centro Cultural Dragão do Mar entre os trabalhos de Alexandre Veras, nesse espaço que carrega também o nome de *centro*, é ler uma inscrição projetada como a *conversa POR um infinito*, por um impossível, quando já não se deve ter medo de ter um coração.

Digressão

Mario Perniola no ensaio *O terceiro regime da arte* (2005), quando discute os paradigmas da arte moderna e contemporânea, escreve que estamos o tempo inteiro, agora, diante de um processo de liquidação dos mundos

simbólicos. E que é importante ficar atento, de alguma maneira, a essa ideia de que a transgressão constitui por si própria um modo de operação eficaz (PERNIOLA, 2005). Toda transgressão, de fato, não é nada. O que Walter Benjamin já apontava em outros sentidos quando escreveu que “o capitalismo é uma religião puramente cultural” e que “se desenvolveu como um parasita do cristianismo” (BENJAMIN, 2013), mas que podemos ler nessa circunstância inoportuna em que normalmente se lança o *fazer* como burocracia: primeiro, como “mero instrumento de recriação” sem diferimento e, depois, como um “espetáculo edificante”.

A questão, politicamente, parece perguntar-se Perniola (2005), é como intervir num mundo demasiado confuso, no qual uma mistura de cinismo, de interesses comerciais e de rivalidades subjetivas se impõe anulando todo *fazer* como engendramento e invenção. Por isso procura dizer que nessa “hiperbólica valorização econômica” de tudo, a assinatura de alguns “artistas” é mitificada através de uma estratégia que pertence definitivamente ao mercado da informação e não ao mundo da arte. Algo como: quanto mais nega a transgressão, mas a torna inoperante, porque se apropria dela para compor apenas toda obtenção de vantagem. Ou seja, de fato mesmo, estamos o tempo inteiro, agora, diante de um só gerador de violência: o dinheiro. E é contra isso que vem um rosto inaparente nas fotografias de Jorge Molder, um rosto que vem! – e um aparente cansaço na “disposição” de Alexandre Veras, um esforço que vem!

Notas

- 1 Este poema também nos remete à proposição sugerida por Maurice Blanchot de que a **obra** é a circunstância mais fútil da literatura. Ampliando essa proposição, podemos também pensar em Marcel Duchamp e, principalmente, em Fernando Pessoa.
- 2 As fotografias de Jorge Molder são literatura, ou literárias – entendo que elas perseguem a máquina celibatária de Marcel Duchamp, cujos modelos são literatura, são literários, como já disse anteriormente.
- 3 *Toada & Rock & Mambo & Tango & Etc*, de Zé Renato / Juca Filho / Claudio Nucci – linhas que de certo modo reproduzem as palavras de Cristo, na cruz, diante do abismo da morte e da vida conformada e ressentida a que fomos condenados pelo Cristianismo: “Senhor, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem.”
- 4 Exercício é aquilo que também se apresenta como “oficina”: “Dois poetas trabalham na oficina que compartilham. Nas horas de trégua, quando guardam fatigados o silêncio, discutem seu ofício. Não pretendem dizer-se novidades, nem um ao outro expor-se à admiração; querem somente esclarecer, fixar e trocar experiências” (FAUSTINO, 1964, p. 16).
- 5 É importante desfazer a ideia de que a *poesia* é uma condição da palavra desenhada sobre uma superfície e em versos. Entenda-se assim a *poesia* como um caráter de invenção e com a invenção, “um mergulho de cabeça sobre o abismo do sentido” e aquilo que pensa, que produz um pensamento, que não cessa de dizer, que não cessa de se dizer.
- 6 Não podemos esquecer que esse trabalho é algo como Alexandre Veras lendo Maurice Blanchot, Alexandre Veras lendo e propondo uma leitura de Maurice Blanchot.

Referências

- AGAMBEN, G. *Bartleby, ou da contingência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.
- AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.
- AGAMBEN, G. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015c.
- AGAMBEN, G. *O rosto*, in *Nudez*. Trad. Miguel Serres Pereira. Lisboa: Relógio D'água, 2010.
- AGAMBEN, G. *A coisa perdida*. Trad. Aurora F. Bernardini. Florianópolis, EdUFSC, 2011.
- ANTELO, R. *Profanações*. In: PUCHEU, A. (Org.). *Nove abraços no inapreensível*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.
- BAVCAR, E. *O ponto zero da fotografia*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.
- BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BORGES, J. L. *O fazedor*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BORGES, J. L. *Outras inquisições*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BLANCHOT, M. *A conversa infinita: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007.
- BLANCHOT, M. *A conversa infinita: a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2001.
- BLANCHOT, M. *Cartas a Vadim Kozovi (1976-1988)*. São Paulo: Lumme, 2012.
- BLANCHOT, M. *La comunidade inconfesable*. Madrid: Arena Libros, 2003.
- BOURRIAUD, N. *A arte moderna e a invenção de si*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BRUNO, G. *Los Heroicos Furores*. Madrid: Tecnos, 1987.
- CARDOZO, J. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro/Recife: Nova Aguilar/Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- DERRIDA, J. *Memórias de cego: o auto-retrato e outras ruínas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- FARINELLI, F. *A invenção da terra*. São Paulo: Phoebus, 2012.
- FAUSTINO, Mário. *Cinco ensaios sobre poesia*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.

- GOETHE, J. W. *Doutrina das cores*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- GUINSBURG, J.; KOUDELA, I. D. (Org.). *Büchner: na pena e na cena*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- JABÈS, E. *A obscura palavra do deserto*. Lisboa: Cotovia, 1991.
- JABÈS, E. *Del desierto del libro*. Córdoba: Alción, 2011.
- LEITE, S. U. *Ficção vida*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LEMINSKI, P. *Anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997. v. 1.
- MELVILLE, H. *Moby Dick*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MOLDER, J. *Rei capitão soldado ladrão*. Lisboa: Fundação EDP, 2010.
- NANCY, J. L. Paixões do rosto. In: MOLDER, J. *Rei capitão soldado ladrão*. Lisboa: Fundação EDP, 2010.
- PASOLINI, P. P. *Escritos corsários, cartas luteranas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.
- PASOLINI, P. P. *Poemas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.
- PINHARANDA, J. O sorriso aos pés da escada. In: MOLDER, J. *Rei capitão soldado ladrão*. Lisboa: Fundação EDP, 2010.
- PERNIOLA, M. *A arte e a sua sombra*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.
- RILKE, R. M. *A melodia das coisas: contos, ensaios, cartas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- SANTOS, J. M. dos. Isto. In: MOLDER, J. *Rei capitão soldado ladrão*. Lisboa: Fundação EDP, 2010.
- VALLEJO, C. *Obra poética*. Madrid et al: ALLCA XX, 1997.

Wagner Tadeu Iglecias

Doutor em Sociologia e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM-USP). É organizador dos livros *Estado, Burocracia e Controle Democrático* (Alameda Editorial, 2015), *Desenvolvimento e Crise na América Latina: Estado, empresas e sociedade* (CRV, 2012) e *Estado, Empresariado e Desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias* (Editora de Cultura, 2010).

Resumo

O objetivo deste texto é discutir a crescente importância da China no desenvolvimento econômico da América Latina nas duas últimas décadas, bem como as implicações políticas de suas parcerias com distintos governos do continente. O trabalho busca também especular sobre as possibilidades de que os países da região, independentemente do viés ideológico de seus atuais governos, possam estabelecer estratégias de inserção internacional que permitam à região escapar do recorrente perfil de exportadora de bens primários, como acontece desde o período colonial nas suas relações com os centros mais dinâmicos da economia mundial. A agenda ampla que Beijing propõe à América Latina acena com tal promessa de mudança, a partir do estabelecimento de relações positivas para ambos os lados. Os dados de comércio e investimento, porém, não permitem afirmar, ao menos por enquanto, que estamos diante de um ciclo diferente dos anteriores de incorporação da América Latina à economia mundial, agora e daqui por diante cada vez mais influenciada pelas decisões emanadas desde a China.

Palavras-chave: China. América Latina. Comércio. Investimentos. Dependência. Desenvolvimento.

Abstract

The aim of this article is to discuss China's growing importance in the economic development of Latin America in the last two decades, as well as the political implications of its partnerships with different countries in the region. The text also seeks to speculate on the possibilities of our countries, regardless of the ideological bias of their current governments, to establish strategies of international insertion that allow the region to escape the recurrent profile of primary goods exporter, as it has been since colonial times in its relations with the most dynamic centers of the world economy. The broad agenda that Beijing proposes to Latin America beckons with such a promise of change, from the establishment of positive relations for both sides. Trade and investment data, however, do not allow us to affirm, at least for the time being, that we are facing a cycle different from the previous ones of incorporating Latin America into the world economy, now and hereafter increasingly influenced by the decisions emanating from China.

Keywords: China. Latin America. Trade. Dependence. Investments. Development.

Introdução

O presente artigo busca discutir o papel da China no desenvolvimento econômico da América Latina nos últimos vinte anos. É exatamente neste período que tanto China quanto América Latina consolidam suas iniciativas de abertura econômica para o exterior. É também nele, especialmente na primeira década do século XXI, que o continente latino-americano volta a experimentar taxas de crescimento significativas, em parte estimuladas pelo aumento do volume de suas exportações para a nação asiática. Dada a crescente importância da China nos fluxos de comércio e investimento para a região, trata-se de discussão de grande importância, ainda mais quando se leva em conta o papel histórico da América Latina, a partir de sua inserção na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, desde a capitulação dos povos e civilizações indígenas diante das potências colonizadoras europeias, ainda em princípios do século XVI, até os dias de hoje.

Construir um outro tipo de inserção mundial, não limitado ao papel de mera exportadora de bens primários, é um enorme desafio que a América Latina ainda não conseguiu superar. Seria o exponencial aumento, nos últimos anos, das relações econômicas com a China uma oportunidade para isso? Ou ele repetiria apenas mais um ciclo de reiteração do nosso lugar na estrutura econômica e na balança de poder do mundo? O estreitamento de laços com Beijing poderia favorecer a manutenção, no poder, de forças políticas comprometidas com a construção de uma outra relação da América Latina com os países mais desenvolvidos da economia mundial? São estas as perguntas que norteiam este artigo.

Obviamente este texto não tem a pretensão e nem teria condições de responder de maneira definitiva a perguntas de tamanha complexidade, e cuja dinâmica e desdobramentos ainda estão em plena evolução. No entanto objetiva-se aqui discutir se estamos realmente caminhando para a construção de um padrão de relacionamento, no caso específico desta maior aproximação com a China, que configure relações Sul-Sul, pautadas em papéis econômicos tão simétricos quanto possível e que, para além da retórica dos corpos diplomáticos dos países latino-americanos, signifiquem ganhos reais para ambas as partes, ou se estamos apenas reeditando os velhos padrões hierárquicos de liderança, por um lado, e subalternidade, por outro, que caracterizaram historicamente as relações

econômicas Norte-Sul, especialmente aquelas entre a América Latina e a Europa, desde o século XVI, e a América Latina e os EUA, desde o século XIX. Para isto o texto apresenta dados sobre a sequência histórica do comércio e dos fluxos de investimento entre China e América Latina e busca, a partir da discussão deles, refletir sobre o tipo de relacionamento que está sendo construído.

Nos últimos vinte anos, mudanças significativas têm ocorrido no comércio bilateral entre China e América Latina, ocasionando uma (re)configuração das importações e exportações do nosso continente. Além de sua crescente presença no comércio exterior latino-americano, a China tem sido responsável também por vultosos aportes de capital em infraestrutura e em diversos setores da economia latino-americana. Ambos os movimentos têm provocado transformações importantes nas economias da região.

O pano de fundo de todas estas iniciativas guarda relação direta com a estratégia chinesa de abertura e crescente integração à economia mundial, iniciada no final dos anos 1970. O seu objetivo, no caso do estreitamento de laços com regiões como a América Latina, é o maior acesso a fontes de recursos naturais como petróleo e minerais, bem como a commodities agropecuárias destinadas a abastecer seu crescente mercado interno, que teve melhoria dos níveis de renda numa média de 10% ao ano entre 1979 e 2009, segundo o Banco Mundial (2011), e pela incorporação de algumas centenas de milhões de pessoas aos setores médios da população, exatamente a partir do final da década de 1970 (BANCO MUNDIAL, 2011).

Ainda que a maioria dos países do continente não represente, até aqui, mercados de consumo relevantes para as exportações chinesas, a América Latina tem passado também a ser vista por Beijing como um destino potencialmente promissor para seus produtos. O país mantém saldos comerciais importantes com México, Panamá, Argentina e Equador, e tem visto suas exportações crescerem para praticamente toda a região nos últimos anos. A presença chinesa na América Latina, porém, é criticada por estudiosos, ativistas e políticos em vários países da região, pela tendência que promove de reforço à primarização de nossas economias e por crescentes déficits comerciais. O motivo é o de que os produtos básicos exportados pela América Latina não têm uma evolução de preços

no mercado mundial na mesma proporção que os bens manufaturados fabricados pela China, cada vez com maior valor agregado e cada vez mais presentes nos mercados domésticos latino-americanos. De fato, a potência asiática já é o principal sócio comercial de Brasil e do Chile, o segundo de Argentina, México, Venezuela e Peru (PIRES; SANTILLÁN, 2014) e destino essencial para as exportações de Colômbia, Bolívia, Equador e Uruguai, entre outros, ao mesmo tempo em que vislumbra, em todos estes países, mercados para seus produtos industriais.

Uma outra questão bastante controversa na relação entre a potência oriental e a América Latina são os acordos bilaterais promovidos pelos países da região com Beijing, ao mesmo tempo em que iniciativas de integração regional entre as economias latino-americanas enfrentam obstáculos para avançar. Estudos recentes e dados oficiais indicam que nações como o Brasil, por exemplo, têm perdido participação no mercado dos países vizinhos, principalmente devido à competição com as importações provenientes da China (ELSON, 2014). Para além destes temas, a crescente presença chinesa no continente tem o potencial de ameaçar, a médio e longo prazos, os interesses econômicos dos EUA na região, assim como o projeto latente, e jamais abandonado, da criação de uma área de livre comércio das Américas sob a liderança de Washington. Os acordos comerciais preferenciais e os empréstimos chineses a países em dificuldades econômicas como Argentina, Equador e Venezuela, por exemplo, foram objeto de críticas por setores de oposição interna a estes governos, pois teriam o potencial de desbalancear o jogo político interno e favorecer as forças políticas no poder.^{1,2}

Estes e outros assuntos serão tratados na sequência, com o presente texto dividido em três seções: na primeira discutiremos as mudanças, ocorridas nas últimas décadas, do modelo de desenvolvimento chinês, com impactos sobre a sua inserção na economia mundial. Na segunda abordaremos o lugar da América Latina dentro desta nova estratégia da inserção da China no mundo. E na terceira discutiremos em que medida a integração econômica crescente entre as duas regiões pode, ou não, reforçar o velho padrão latino-americano de desenvolvimento e de inserção mundial, tradicionalmente caracterizado pela exportação de capital para países mais desenvolvidos.

O modelo chinês recente de desenvolvimento e inserção mundial

A China reconfigurou sua inserção mundial e seu modelo de desenvolvimento a partir da sucessão de Mao Zedong (1893-1976) e do início do governo de Deng Xiaoping, no final da década de 1970. País de proporções continentais, abrigando a maior população do mundo, desde aquela época a China tem vivido um intenso processo de modernização de sua economia, integração aos fluxos globais de comércio e investimentos, com importantes consequências sobre sua estrutura socioeconômica interna e sobre a ordem econômica e política internacional (CUNHA, 2011). O reformismo do Estado chinês, capitaneado pelo Partido Comunista, buscou desde então construir um modelo de desenvolvimento fortemente dirigido pelo Estado, como já ocorria desde meados do século, mas a partir de então cada vez mais voltado ao exterior e buscando obter vantagens das oportunidades oferecidas pela economia mundial.

A estratégia chinesa, estabelecida em sucessivos planos quinquenais, parece pautada pela mistura de paciência e pragmatismo, destinada a recolocar o país naquele que seria o lugar mais alto da economia mundial, posto que a China, formada por uma cultura milenar, ocupou durante séculos. O chamado “Consenso de Beijing”, termo cunhado pelo norte-americano Joshua Ramo, buscar definir, aos olhos ocidentais, o que seria o modelo chinês de desenvolvimento: reformas econômicas orientadas para o mercado, mas criadas e dirigidas pelo Estado, com forte presença de empresas públicas tanto nas políticas de desenvolvimento interno quanto nos investimentos realizados no exterior; gradualismo das reformas, sem grandes arroubos em termos de política econômica ou comercial; centralização política, na qual o papel do Partido Comunista é central e inquestionável, porém já sem a figura de um mandatário supremo e hoje comandado por um poder colegiado; abertura econômica ao exterior, destinada primeiramente a dar ao país acesso a tecnologias modernas, modelos de gestão, conhecimento e capitais, e, posteriormente, presença nos fluxos mundiais de comércio e de investimento; capacidade de adaptação às circunstâncias e flexibilidade, de viés mais cultural, remetendo a uma espécie de ética confucionista (RAMO, 2004). Agregue-se a isto a questão da autodeterminação dos povos, pilar da diplomacia chinesa, e do estabelecimento de relações ganha-ganha entre

países parceiros, pressuposto dos acordos estabelecidos entre Beijing e governos de outras nações.

A China mantém o que se chama de baixo perfil nas relações internacionais. Ou seja, busca presença crescente e constante em todas as principais arenas decisórias estratégicas da ordem internacional, sem, no entanto, tentar tensionar demasiadamente esta ordem, como fizeram outras potências ascendentes no passado. Não objetiva imiscuir-se em assuntos políticos internos de seus parceiros e foca-se, pragmaticamente, na potencialização das relações econômicas que possam lhe conferir cada vez maior protagonismo, não apenas econômico, mas também político, no cenário mundial. Conforme assinalam Acioly; Pinto; Cintra (2011),

[...] nas últimas três décadas, a China apresentou uma elevada taxa de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) (10% entre 1980 e 2010) e um crescimento significativo do PIB per capita (em preço corrente) que saltou de US\$ 205,1 em 1980 para US\$ 4.282,9 em 2010.

Ainda segundo os autores, é esse dinamismo que alimenta a ascensão chinesa para ocupar, cada vez mais, posições centrais na economia mundial (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Desta forma a dimensão política da ascensão chinesa seria, antes, uma consequência de seu crescente protagonismo econômico, construído sobre uma ampla rede de relações com os mais diversos países do mundo, cada qual com um papel distinto, sob a ótica chinesa, na longa e constante marcha rumo à retomada do lugar de liderança que o país imagina para si.

Nesse sentido, a presença política da China no mundo, especialmente nas arenas multilaterais de decisão, seria mais a resultante de sua ascensão econômica e a penetração de seus interesses comerciais nas mais diversas nações e mercados do que o contrário. É a estratégia de integração econômica do país no mundo que determina seus movimentos políticos no cenário internacional e não propriamente seus movimentos políticos que resultam na sua maior presença econômica do país mundo afora. Como sustenta Kurlantzik (2013), o modelo chinês vê o comércio como uma ferramenta para promover os interesses nacionais, e não somente para tornar ricos os indivíduos. A fórmula parece estar dando certo. Afinal, de nação pobre e agrária no final da década de 1970, a China é hoje, ao lado da Índia, um dos poucos países a sustentar as taxas positivas de crescimento da economia mundial, como diz o próprio Kurlantzik (2013).

Para dar o extraordinário salto econômico ocorrido desde fins da década de 1970 e início dos anos 1980, a China adotou a estratégia de abrir-se à economia mundial. Abundância de mão-de-obra e baixíssimo custo laboral foram os fatores primordiais para atrair o capital estrangeiro. Parcerias entre o Estado e empresas estrangeiras permitiram, ao longo dos anos, que a China incorporasse tecnologias de produção e técnicas de gestão, para então finalmente conformar-se num país com suas próprias multinacionais e enorme peso no comércio mundial, tal qual o conhecemos hoje. Ao lado da expansão das exportações, Beijing buscou ancorar o dinamismo de sua economia em altas taxas de investimento, expansão do gasto público, ampliação do mercado interno e câmbio desvalorizado.

Em 1994 foram criados o Banco de Investimento Chinês e o Ex-Im Bank, voltados ao financiamento das metas de crescimento estabelecidas pelos planos quinquenais. A partir de 1998 iniciou-se a estratégia do *Going Global*, pela qual o Estado chinês passou a estimular a internacionalização de suas empresas e a busca de mercados no exterior. Em 2000 ocorreu o Fórum China-África, em Beijing, numa inédita aproximação entre a potência asiática e 48 nações africanas. Quatro anos mais tarde, em 2004, Hu Jintao fez sua histórica viagem à América Latina, buscando estreitar laços de Beijing com o continente (BARBOSA, 2015).

Estes movimentos sinalizaram a busca, nas mais diversas regiões do mundo, de recursos necessários à segurança energética e alimentar do país. As reservas acumuladas devido ao enorme crescimento chinês propiciam a continuidade de um círculo virtuoso, pelo qual o país passou, sobretudo neste século, a fazer vultosos investimentos em todo o planeta. Às nações já industrializadas a China direciona recursos voltados à inovação tecnológica, enquanto aos demais países, como ocorre na América Latina e na África, busca oferecer recursos destinados a garantir acesso às fontes de recursos energéticos e naturais que estas regiões do mundo possam oferecer.

Os resultados da longa estratégia de abertura econômica e integração às cadeias produtivas globais têm sido bastante positivos. Como destacam Rosales; Kuwayama (2012),

[...] nos últimos anos, a China tem aumentado significativamente o seu peso na economia mundial. Em termos de PIB medido a preços correntes, a economia chinesa se tornou a segunda maior do mundo em 2010,

depois dos Estados Unidos, e conseguiu ultrapassar o Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Se a medição do PIB for feita em Paridade de Poder Aquisitivo (PPP), o país também aparece como a segunda maior economia, somente atrás dos Estados Unidos. A economia da China representou 8,6% e 12,6% do PIB mundial em 2009, em termos de preços correntes e PPP, respectivamente. A China ocupa ainda metade do tamanho do PIB combinado dos quatro países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O tamanho da economia chinesa, mais de US\$ 5 trilhões, já ultrapassou o PIB combinado de todas as economias da América Latina e do Caribe. Nos últimos 30 anos, a China alcançou uma taxa de crescimento média anual perto de dois dígitos. Enquanto em 2009 o mundo enfrentou a pior crise econômica em oito décadas, a economia chinesa continuou a crescer a uma taxa de 9,1% e o país poderia consolidar a sua posição como um dos principais atores da economia global e grande responsável por sua recuperação. A manutenção de um elevado crescimento do PIB deveu-se, em grande parte, a um amplo conjunto de medidas de estímulo econômico que foram acompanhadas por uma significativa expansão do crédito.

A América Latina na perspectiva do modelo chinês

As relações entre América Latina e China, ainda que existam desde o século XVI com a antiga rota da seda que unia China, Filipinas e México, são relativamente recentes, se pensadas como as concebemos na atualidade. De fato, somente na passagem para o século XX a China estabeleceu relações diplomáticas com nações latino-americanas como Peru, Brasil, México, Cuba e Panamá, com o objetivo de promoção de laços comerciais e proteção a seus cidadãos que cruzavam o Pacífico para trabalhar no continente americano.

Após o isolamento internacional ao qual a potência asiática foi submetida por conta da revolução de 1949, foi apenas na década de 1960 que voltaram a ocorrer iniciativas para o restabelecimento de relações bilaterais, com destaque para a parceria diplomática entre Beijing e Havana. Naquela década foi criada a Associação para a Amizade entre a China e a América Latina (AACAL), com o estabelecimento de laços culturais entre Beijing e diversos países de nosso continente. As missões culturais envolviam mulheres, jovens, sindicalistas, artistas e escritores (SHIXUE, 2006). É importante notar, porém, que contatos entre o Partido Comunista

Chinês e diversos partidos comunistas latino-americanos já aconteciam desde os anos 1950.

Na década de 1970, quando distensionaram-se as relações entre os EUA e a China e diminuíram as pressões de Washington sobre a América Latina e suas relações com países situados fora do bloco capitalista, houve nova aproximação entre a região e a China, com visitas de altos funcionários governamentais entre os países e o restabelecimento de relações diplomáticas, abertura de embaixadas e início de vários acordos de cooperação. Papel importante cumpriu, na época, o Chile de Salvador Allende, na aproximação da região com Beijing. Logo após a visita do ex-presidente Nixon, dos EUA, à capital chinesa, reestabelecendo relações diplomáticas entre as duas nações, Argentina e México seguiram o exemplo da Casa Branca e abriram embaixadas em Beijing. Dois anos depois, em 1974, o Brasil também reatou laços com o gigante asiático.

Já nos anos 1980, com as significativas transformações da geopolítica mundial e as reformas econômicas empreendidas por Beijing, normalizaram-se as relações da China com todo o continente. Após o enorme esforço visando à entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em 2001, a China só fez crescer sua presença nos fluxos mundiais de bens e serviços. Abriu-se ainda mais aos investimentos estrangeiros, que inicialmente ocorriam apenas nas zonas especiais de investimento (ZPEs), mas depois espalharam-se por várias outras partes do país, e aumentou consideravelmente seu estoque de investimentos no exterior, num primeiro momento em direção à vizinhança próxima no Sudeste Asiático, mas depois em todas as partes do mundo, aí incluída, nos anos recentes, a América Latina.

Em 2008 o governo chinês publicou o seu livro branco de diretrizes para o novo modelo de relações que pretendia estabelecer com a América Latina. Nele, foram reiterados os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica que presidem a diplomacia chinesa: a) respeito à soberania e à integridade territorial de cada país; b) não agressão; c) não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; d) igualdade nas relações entre os Estados; e) benefício mútuo nas relações entre os Estados. No documento, Beijing reiterou os pontos de interesse na relação com o continente, como comércio, investimentos, infraestrutura, energia, segurança, turismo e cultura (CHUANQI, 2008).

A América Latina, porém, ainda que seja uma parceira fundamental na provisão de bens primários à China, não se situa no topo das prioridades do país em termos de sua diplomacia. Conforme ressaltam Pires; Santillán (2014), a partir do estudo “China Modernization Report 2008”,

[...] a América Latina não está entre as regiões do mundo prioritárias na política externa chinesa. Utilizando-se o modelo do pombo de asas abertas para compreender a escala de prioridades da diplomacia chinesa, os autores atestam que à cabeça do mesmo situa-se a ONU, em seu corpo a Ásia, em suas asas, de um lado, a região euroasiática, onde situa-se a Europa, e de outro, a Bacia do Pacífico, onde estão os EUA, enquanto África, Oceania e América Latina aparecem somente na cauda da ave, em posição periférica para os interesses estratégicos de Beijing.

Se esta metodologia estiver mesmo correta (e os números parecem atestar que está, pois em 2008 a China direcionava para a América Latina e a África apenas 7,5% de suas exportações, ao passo que enviava 50% para EUA, União Europeia e Japão, e 30% para o Sudeste Asiático, segundo a Organização Mundial do Comércio (2008), em que pesem os vultosos volumes de recursos financeiros envolvendo as relações entre a potência asiática e o Sul do mundo, poderíamos dizer que a China é hoje muito mais importante para a América Latina do que a América Latina para a China. Mas esta, definitivamente, é uma questão controversa.

Em discurso proferido na sede da Cepal, no Chile, em 2012, o premiê chinês Wen Jiabao delineou a estratégia chinesa para as relações de seu país com a América Latina nos próximos anos:

[...] (a) aprofundar a cooperação estratégica entre a China e a América Latina e o Caribe com base na confiança política mútua; (b) ampliar os interesses comuns da China e da região, com ênfase na cooperação econômica e comercial; (c) salvaguardar a segurança alimentar da China por meio da cooperação agrícola com os países da região; (d) aumentar a amizade entre os povos da China e da região tendo por base o intercâmbio cultural e humano (WEN, 2012).

O país tem sido membro das principais organizações multilaterais da região há um bom tempo: é observador permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde 2004, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 2009, participa há uma década da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, e sediou o Fórum entre a China e a Comunidade de Estados

Latino Americanos e Caribenhos (Celac), em Beijing, em janeiro de 2015 (PETERS, 2015). Traço marcante e curioso na estratégia chinesa em sua relação com a América Latina é o fato de Beijing entender esta região do mundo como uma civilização nova, fruto do encontro de diversos povos, e sobretudo como uma região em vias de desenvolvimento.

Destaque-se que, se tomada em seu conjunto, a América Latina constitui-se no quarto mais importante parceiro comercial da China, atrás dos EUA, do Japão e da Coreia do Sul. No entanto, ainda que mantenha laços comerciais e aportes de investimentos muito mais volumosos com outras regiões e países do mundo, como os EUA e a União Europeia, no caso específico da América Latina os investimentos chineses direcionam-se, principalmente, para garantir o acesso a itens fundamentais à sua segurança energética e alimentar, primordiais à continuidade do seu crescimento e à integração de sua população de baixa renda aos círculos do consumo mais ampliado. Ressalte-se, ainda, que em algumas situações particulares, como no caso da relação com o Brasil, país com grau de industrialização bem mais alto que a maioria de seus vizinhos, os investimentos chineses voltam-se também para setores manufatureiros. Em todas as nações onde há presença chinesa, contudo, os aportes em infraestrutura, sobretudo aquela destinada à facilitação logística dos fluxos de exportação de commodities, têm ocorrido. A justificativa de Beijing é a de que é preciso contribuir para o desenvolvimento do continente, indo além de relações baseadas meramente na viabilização dos fluxos de commodities e energia da América Latina para a China.

Diante de baixa capacidade de investimento e situação econômica muitas vezes instável, muitos países da América Latina colocam-se, em relação à China, numa situação de assimetria de expectativas: se a região, para Beijing, é somente fonte de provisão de bens primários, para a região a China é um grande provedor de recursos fundamentais ao desenvolvimento. A respeito disso, Peters (2015) estende seu questionamento a diversas dimensões da realidade latino-americana contemporânea e o que pode mudar nela com o aprofundamento das relações com a potência asiática:

Qual é a extensão de suas novas relações na América Latina e no Caribe? É benéfica para ambos os lados ou os países latino-americanos devem agora fazer ajustes para garantir que o aprofundamento das relações com

a China não coroa as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na região na última década? (Peters, 2015).

É importante ressaltar que o significativo aumento da presença chinesa nas economias latino-americanas, tanto no comércio bilateral quanto nos fluxos de investimento direto realizado por Beijing em diversos países da região, guarda relação não somente com o crescimento chinês propriamente dito, mas também com o fracasso das políticas de matriz neoliberal introduzidas na região desde meados dos anos 1970 (Chile, Argentina), nos anos 1980 (México) e sobretudo na década de 1990 (Brasil, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador etc.). Na perspectiva de Vadell (2011), o fracasso do modelo neoliberal na região teria sido social (afinal, não só não conseguiu combater a histórica desigualdade que faz da América Latina a região mais desigual do mundo, mas, pelo contrário, a aprofundou), institucional e fiscal (com a falência da capacidade de investimento por parte dos Estados) e ideacional (com a falência da utopia neoliberal na região como caminho fácil rumo ao desenvolvimento). De fato, foram principalmente os governos que emergiram na América Latina nos anos 2000, a maioria deles liderados por forças políticas progressistas e gestados sob os escombros da utopia neoliberal, que foram colocados diante da enorme tarefa de retomar o crescimento econômico e combater as históricas mazelas sociais. Neste sentido, as parcerias estabelecidas com Beijing foram e têm sido fundamentais para várias nações da região. É esta América Latina que os chineses encontraram quando empreenderam a estratégia para aumentar laços comerciais com o continente. Entre as mais importantes economias latino-americanas, Beijing deparou-se com o México, que àquela altura já havia optado pela integração produtiva com os EUA, o Brasil, que sofria com o desmantelamento de cadeias produtivas por conta das reformas neoliberais da década anterior, o Chile, que abraçara de maneira irreversível o modelo exportador, e a Argentina, que voltara definitivamente a ser um país semi-industrializado. Encontrou também países ricos na provisão de bens minerais e de energia, como Peru, Venezuela, Equador e Bolívia, ávidos por investimentos dada a pequena capacidade econômica de seus Estados.

À exceção do México, vinculado desde 1994 ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), as demais nações da América Latina encontraram na China em expansão um parceiro econômico estratégico

para superar suas debilidades. A retomada do crescimento econômico, observada em vários países latino-americanos, se deu, entre outros fatores, pelo aumento da demanda chinesa por diversas commodities produzidas pela região. As sucessivas entradas de recursos provenientes do aumento das exportações, combinadas com os investimentos chineses em obras de infraestrutura, auxiliaram alguns dos países da região a retomar o dinamismo de suas economias e inclusive financiar políticas sociais. O caminho inverso também é válido, à medida que, a partir do suave, porém persistente, declínio das taxas de crescimento da economia chinesa, observado desde o início da presente década, as nações latino-americanas passaram a enfrentar maiores dificuldades para manter os níveis de investimento em políticas sociais que lograram construir nos anos anteriores.

China e América Latina: dois modelos de desenvolvimento complementares?

Conforme assinalamos anteriormente, o impressionante ritmo de crescimento da economia chinesa desde sua abertura em fins da década de 1970, com médias próximas a 9% ao ano, fez com que a América Latina (e também a África) surgissem no radar chinês como sócios quase que naturais de Beijing, especialmente pela provisão dos recursos naturais de que a China necessitava para fomentar o seu crescimento e com os quais, por conta deste crescimento, realimentava esta demanda.

A ascensão, nos últimos quarenta anos, de milhões de chineses provenientes das áreas rurais em direção aos círculos de classe média urbana possibilitou o incremento das relações bilaterais entre Beijing e a América Latina. Nas últimas décadas, os recursos energéticos e agropecuários da América Latina têm representado para o crescimento chinês o mesmo papel que no futuro poderá vir a ser cumprido pela compra de bens industrializados chineses pelo mercado latino-americano. De acordo com estudo da Cepal (apud Rosales; Kuwayama, 2012),

China é a peça central no processo de diversificação de mercados para a América Latina e o Caribe na região da Ásia e do Pacífico, mas o dinamismo desta área não se limita à China. Esta região tem se transformado em um sócio comercial de grande importância para os países latino-ame-

ricanos e caribenhos, principalmente como mercado importador. Nessa dinâmica comercial, a China desempenha um papel cada vez mais relevante, tanto nas exportações como nas importações, tendo rapidamente tomado o lugar do Japão como principal sócio comercial da América Latina e do Caribe na Ásia e no Pacífico desde o início dos anos 2000, em que pese à ligeira recuperação das exportações para o Japão nos últimos anos.

De fato, o comércio ente China e América Latina teve um salto extraordinário nos últimos anos. Passou de pouco mais de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 257 bilhões em 2013, também segundo a Cepal (apud Rosales; Kuwayama, 2012). Ainda de acordo com aquela organização, o comércio bilateral se multiplicou por 22 vezes no período, com uma taxa média de crescimento 27% ao ano. Apenas a título de comparação, no mesmo período o comércio da região com o mundo cresceu apenas três vezes. Atualmente a China já é o segundo país que mais exporta para o continente (16% do total), e o terceiro principal destino de suas exportações (9% do total). Além disso, a América Latina também tem aumentado sua importância como sócia da China: enquanto em 2000 absorvia 3% das exportações totais do parceiro asiático e era a origem de 2% de suas importações, em 2013 sua participação em ambos os fluxos aumentou para 6% e 7%, respectivamente (CEPAL, 2015).

O aumento se deveu em grande medida às importações, pela China, de petróleo venezuelano e de soja da Argentina, do Brasil e do Paraguai, mas também às compras de outros produtos, como minerais e madeira, de países como Chile, Cuba, Peru e Colômbia. Como ressaltam Gruss; Bastos (2014),

[...] o boom nos preços das commodities nos anos 2000, alimentado em grande medida pelo crescimento de dois dígitos da China, gerou ganhos de renda sem precedentes em muitos países latino-americanos. Nesse contexto, o crescimento da região saltou de uma média de 2,5% no período 1982-2002 para 4,5% no período 2003-11.

Mas esse mesmo boom em grande medida cristalizou a pauta de exportações latino-americanas para o gigante asiático. No caso específico da Argentina, por exemplo, a soja e seus derivados responderam por 80% das exportações do país à China (PETERS, 2015).

A Cepal chama a atenção para o fato de que somente cinco produtos, todos eles primários (petróleo, minério de ferro, cobre, soja e outros metais), foram responsáveis por 75% do volume financeiro relativo às expor-

tações latino-americanas para a China em 2013 (CEPAL, 2015). Segundo Ray; Gallagher (2015),

[...] não se observa o mesmo nível de concentração no que diz respeito à pauta de importações de produtos chineses pelos países latino-americanos – entre os cinco itens mais exportados pelo país asiático para a América Latina, perfazendo 23% do total em dólares, estão equipamentos de telecomunicações, equipamentos de processamento de dados, barcos, navios e estruturas flutuantes, instrumentos óticos e derivados de petróleo.

Trata-se, portanto, de uma relação comercial de natureza complementar, na qual a América Latina exporta para a China bens primários e importa bens manufaturados das mais diversas naturezas e graus de sofisticação tecnológica.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do comércio bilateral entre 2001 e 2014, sinalizando duas tendências: os aumentos constantes dos fluxos de exportação e importação entre as duas partes, por um lado, e o déficit comercial dos anos recentes que a América Latina têm em relação a Beijing, dado que as exportações latino-americanas para a China, representadas no gráfico pela linha preta, embora tenham aumentado ano a ano, não acompanharam o aumento dos fluxos de importação de produtos chineses pelos países da região, representados pela linha cinza médio.

GRÁFICO 1 – Comércio bilateral América Latina-China (em US\$ bilhões) – 2001-2014.



Fonte: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2014.

Poucos são, de fato, os países latino-americanos que possuem saldo comercial positivo com a China. O México, os países do Caribe e quase toda a América Central (exceto a Costa Rica) possuem persistentes e significativos déficits comerciais com Beijing. Em relação à América do Sul a situação é mais equilibrada, porém é importante notar que tal posição deve-se somente a Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, que possuem superávits com o parceiro asiático. A posição dos demais países sul-americanos, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai, também é de acúmulo de déficits comerciais com Beijing nos últimos anos. O Quadro 1 mostra o saldo de balança comercial entre a China e os principais países latino-americanos no ano de 2014. Entre os países com maiores superávits comerciais com o parceiro asiático encontram-se o Brasil (US\$ 16,7 bilhões), o Chile (US\$ 7,9 bilhões) e a Venezuela (US\$ 5,6 bilhões). E entre as nações com maiores déficits comerciais com a China encontram-se o México (US\$ 21 bilhões), o Panamá (US\$ 9,1 bilhões) e a Argentina (US\$ 2,4 bilhões).

QUADRO 1 – Comércio bilateral China-América Latina – 2014 (em US\$)

País	Exportações	Importações	Saldo
Argentina	7.679.790.426	5.247.192.547	2.432.597.879
Bolívia	705.941.353	493.717.574	212.223.779
Brasil	34.877.620.579	51.675.122.593	-16.797.502.014
Chile	13.018.752.978	21.010.320.708	-7.991.567.730
Colômbia	8.043.192.243	7.599.328.869	443.863.374
Costa Rica	1.109.538.247	4.186.322.297	-3.076.784.050
Cuba	1.062.465.309	330.139.091	732.326.218
El Salvador	601.893.256	10.471.972	591.421.284
Equador	3.245.113.138	1.064.552.588	2.180.560.550
Guatemala	1.866.931.651	51.452.413	1.815.479.238
Haiti	391.379.244	14.898.488	376.480.756
Honduras	686.539.344	161.722.300	524.817.044
México	32.254.872.148	11.179.363.547	21.075.508.601
Nicarágua	568.133.651	43.338.004	524.795.647
Panamá	9.306.961.860	127.476.456	9.179.485.404
Paraguai	1.396.210.388	55.648.262	1.340.562.126
Peru	6.100.803.484	8.167.334.313	-2.066.530.829
Rep Dominicana	1.273.625.760	273.069.547	1.000.556.213
Uruguai	2.458.446.149	2.629.180.337	-170.734.188
Venezuela	5.657.421.107	11.320.412.432	-5.662.991.325
TOTAL	132.305.632.315	125.641.064.338	6.664.567.977

Fonte: United Nations, 2014.

A situação do México, responsável por parcela significativa do déficit comercial que a América Latina vem acumulando com Beijing, é de excepcionalidade. Como se sabe, o país tem sua economia quase que completamente atrelada ao mercado estado-unidense, e a busca por um maior comércio com a China, ainda que seja uma meta, não tem resultado num aumento significativo da participação do país asiático no comércio exterior mexicano. O país exportou em 2014 cerca de US\$ 11,1 bilhões em produtos para a China, algo como 26 vezes menos do que exportou para os EUA (US\$ 294 bilhões), ao passo em que importou dos chineses cerca de US\$ 32,2 bilhões, 7,5 vezes menos do que importou dos EUA (US\$ 240,2 bilhões). Em 2014 a China foi responsável por apenas 2,8% do volume total em dólares das exportações mexicanas. No comércio dos países da América Latina com a China, o maior superávit é do Brasil, que exportou para o país asiático 18% do valor total de suas exportações.³

Uma breve análise da pauta de exportações da América Latina para a China mostra a predominância dos produtos primários, conforme já destacado anteriormente. Entre os dez itens que a região mais exportou, em dólares, para a potência asiática em 2014, apenas dois referiam-se a bens manufaturados, conforme se pode observar no quadro abaixo. Dos quase US\$ 126 bilhões exportados pela América Latina para a China, estes dez principais itens representaram US\$ 113 bilhões, ou 89,6% do total. Minerais, petróleo e derivados, soja, derivados e grãos em geral e cobre e derivados, juntos, somaram mais de 75% das receitas de exportação latino-americanas para o gigante asiático no ano de 2014, conforme mostra o quadro abaixo. Apenas a título de comparação, no mesmo ano estas categorias de produtos representaram apenas 32% do total exportado pela América Latina ao mundo (UNITED NATIONS, 2014).

QUADRO 2 – Dez principais itens exportados pela América Latina para a China – 2014

Produto	Participação
Minerais	27,12%
Petróleo e derivados	19,61%
Soja e derivados, grãos em geral	18,73%
Cobre e derivados	10,26%
Equipamentos eletro-eletrônicos	5,87%
Madeira e celulose	2,99%
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	2,00%
Couros e artigos de couro	1,13%
Frutas	0,96%
Carne e derivados	0,94%
Total	89,62%

Fonte: United Nations, 2014.

A pauta de exportações chinesas para a América Latina em 2014, ao contrário, além de ser bem mais desconcentrada numa grande quantidade de itens, aponta para a predominância de bens industrializados, conforme demonstra o quadro a seguir. Os dez principais produtos exportados pela China para o nosso continente no ano de 2014 totalizaram US\$ 92,1 bilhões, correspondentes a dois terços dos US\$ 132 bilhões relativos a tudo o que os países da região compraram do parceiro asiático naquele ano.

QUADRO 3 – Dez principais itens exportados pela China para a América Latina – 2014

Produto	Participação
Equipamentos eletro-eletrônicos	19,34%
Máquinas	16,31%
Artigos de vestuário	6,57%
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	5,38%
Equipamentos óticos, médicos e de fotografia	4,44%
Ferro e aço	3,71%
Produtos químicos orgânicos	3,32%
Derivados de ferro e aço	3,30%
Plásticos	3,01%
Móveis, luminárias, artigos para construção	2,85%
Total	68,23%

Fonte: United Nations, 2014.

É importante destacar que, se entre 2001 e 2013 o comércio entre as partes cresceu 22 vezes, o superávit comercial latino-americano na venda de commodities passou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. No entanto o déficit comercial latino-americano nas transações envolvendo bens manufaturados saltou de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões no mesmo período.⁴ Não é uma posição confortável para a região, à medida em que representa déficit comercial no agregado.

Mas se o comércio apresenta números vultosos, mas muito mais favoráveis aos chineses, ao menos pode-se ressaltar a importância crescente dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) feitos por Beijing no continente. Até 2010 os recursos aplicados pela China na região foram relativamente limitados se comparados ao que vem ocorrendo desde então. Segundo a ONU,

[...] embora as corporações chinesas fossem relativamente desconhecidas na América Latina até há alguns poucos anos, seus investimentos na região alcançaram uma média de US\$ 10 bilhões por ano desde 2010. Sua presença e importância econômica tornaram-se muito significativas em diversos setores da economia, mas suas motivações, estratégias e procedimentos não são ainda muito bem assimilados pelos governos, pelo mundo dos negócios e pela sociedade civil na América Latina. Assim como as empresas chinesas ainda necessitam compreenderem melhor o ambiente de negócios e oportunidades latino-americano (UNITED NATIONS, 2013).

Por conta da aproximação recente e dos diversos obstáculos ainda a serem superados entre China e América Latina em relação aos investimentos produtivos no continente, a região ainda recebe uma quantidade relativamente baixa, em termos relativos, de capitais chineses na atualidade. A China responde por somente 7% dos fluxos de IED no continente, ainda longe da União Europeia (40%) e dos EUA (25%). Contudo, ainda que no ano de 2011 a Ásia tenha sido o destino de 71,4% dos fluxos de IED da China no exterior, a América Latina figurou como a segunda região do mundo que mais recursos recebeu da China, com 13%. No entanto quase 92% destes foram destinados às Ilhas Virgens Britânicas e Ilhas Cayman, e os demais 8% foram direcionados ao Brasil, Peru, Venezuela e Argentina (UNITED NATIONS, 2013).⁵

De acordo com Gallagher; Myers (2015), entre 2005 e 2014 a América Latina recebeu US\$ 118,5 bilhões de investimentos provenientes da China,

por meio de 76 projetos diferentes. No período, a Venezuela apareceu como o principal destino dos capitais chineses: em 16 projetos recebeu US\$ 56,3 bilhões, ou seja, 47,5% de tudo o que a América Latina recebeu de recursos de Beijing no período. Na sequência vieram o Brasil, com 10 projetos e US\$ 22 bilhões, a Argentina, com 10 projetos e US\$ 19 bilhões, o Equador, com 12 projetos e US\$ 10,8 bilhões, o México, com 3 projetos e US\$ 2,4 bilhões e o Peru, com 4 projetos e US\$ 2,3 bilhões. Os projetos em infraestrutura, num total de 31 no período, responderam por US\$ 49,9 bilhões, seguidos pelos de energia (21 projetos e US\$ 32,9 bilhões), diversos (18 projetos e US\$ 30,1 bilhões) e mineração (6 projetos e US\$ 5,8 bilhões) (GALLAGHER; MYERS, 2015).⁶

As quatro grandes empresas chinesas de produção de petróleo, China Nacional Petroleum Corporation (CNPC), China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem, todas de propriedade estatal, têm realizado importantes investimentos na América Latina nos últimos anos, principalmente na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. De fato, à exceção de Bolívia e México, as petroleiras chinesas têm operações em todos os países latino-americanos que produzem petróleo e gás. O caso da Venezuela parece ser o mais emblemático, como no exemplo do investimento chinês recentemente anunciado de mais de US\$ 30 bilhões das petroleiras CNPC e Sinopec na exploração de petróleo na faixa petrolífera do Rio Orinoco, no leste do país.⁷ Por outro lado, em relação à mineração, os investimentos chineses estão bem mais concentrados, dirigindo-se principalmente ao Peru e, em menor medida, ao Brasil.

No Peru, as mineradoras chinesas têm comprado suas próprias jazidas, enquanto no caso brasileiro elas aparecem como participantes minoritários em sociedades com empresas locais ou de outros países. No Brasil, além disso, é crescente a presença de investimentos chineses no setor elétrico. A participação chinesa nestes setores justifica-se pela demanda que a potência asiática busca, na América Latina, por recursos naturais. Enquanto entre 2007 e 2011 o IED mundial no continente distribuiu-se entre serviços (43% do total), indústria (31%) e recursos naturais (26%), no mesmo período quase 90% dos capitais chineses que afluíram para a região destinaram-se a investimentos nas atividades econômicas ligadas a recursos naturais. Na pequena parcela do IED chinês na América

Latina destinado à indústria, destaca-se a abertura de fábricas no Brasil, especialmente nos setores automotivo e de eletroeletrônicos, voltados ao mercado local (UNITED NATIONS, 2013).

A Cepal (2015) destaca que por conta da alta intensidade em produtos de indústrias extrativas, as exportações da América Latina à China geraram menos empregos e maior impacto ambiental que as exportações do nosso continente ao resto do mundo, de perfil mais diversificado. Entre 2009 e 2012 as exportações da região para a China geraram entre 44 e 47 empregos a cada milhão de dólares exportado (ano-base 2002), enquanto que as exportações para o mundo geraram entre 54 e 56 empregos no mesmo período. As exportações para a China resultaram também em maiores emissões de gases e consumiram mais água que as exportações latino-americanas para o mundo, segundo a Cepal (2015). Este não é um fator desprezível, posto que a China, contando com apenas 7% das terras agriculturáveis e 6% dos recursos hídricos do mundo, necessita alimentar 22% da população do planeta (CEPAL, 2015).

O próximo passo em relação aos investimentos produtivos chineses na América Latina deve apontar para a diversificação de setores da economia. Durante o 1º Fórum China – Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe), ocorrido em janeiro de 2015 em Beijing, o governo chinês anunciou sua intenção de duplicar o comércio com a região dentro de uma década. E informou que tem a intenção de promover também um grande aumento do aporte de IED na América Latina nos próximos dez anos. Conforme afirma Pini (2015),

[...] os acordos firmados no Encontro Ministerial Celac-China apontam não somente para a intenção de dobrar o comércio bilateral – atingindo U\$ 500 bilhões – e também realizar investimentos da ordem de U\$ 250 bilhões na América Latina e Caribe nos próximos dez anos, como também apontam para a intensificação da cooperação sul-sul de Pequim com a região – em temas como segurança, comércio, finanças, tecnologias, recursos estratégicos, indústria e agricultura – formalizadas em torno do documento denominado “Plano de Cooperação para o quadriênio 2015-2019.

De fato, a própria Celac já tem apontado para a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo baseada num pós-boom de commodities, a fim de manter e aprofundar as relações entre a América Latina e a China sob outras bases (PETERS, 2015).

Para alguns países que enfrentam no presente momento a combinação de desaceleração do crescimento e polarização ou mesmo desestabilização política, a parceria com a China e os aportes de capital e empréstimos feitos pelo governo chinês foram e têm sido importantes para a manutenção de seus projetos políticos de viés progressista. Beijing tem aprofundado, nos casos destes governos, relações comerciais, financeiras e mesmo diplomáticas mais intensas do que com outros países da região governados por forças políticas situadas no campo mais liberal. O papel dos bancos públicos chineses foi fundamental neste sentido, chegando mesmo a se tornar, em casos específicos, o principal provedor de empréstimos para alguns países. Em 2012 a China emprestou US\$ 3,8 bilhões à América Latina. Em 2013 o valor saltou para US\$ 13,9 bilhões e alcançou US\$ 22,1 bilhões em 2014. Trata-se de um montante superior à soma dos aportes feitos no mesmo ano na região pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (RAY; GALLAGHER, 2015).

A recente operação de crédito do Banco de Desenvolvimento da China, de US\$ 3,5 bilhões à Petrobras no Brasil, a concessão de US\$ 5,3 bilhões em créditos ao Equador e a compra de parte da dívida pública do governo argentino são exemplos da crescente dependência da América Latina em relação ao capital chinês.^{8 9 10} Em julho de 2014, Beijing e Buenos Aires assinaram um acordo pelo qual a Argentina recebeu US\$ 11 bilhões (swap para troca de moedas) para honrar os compromissos de sua dívida externa. A operação foi fundamental para a manutenção da estabilidade cambial e dos índices de inflação. Como moeda de troca, o país recebeu investimentos de US\$ 7,5 bilhões para a construção de duas hidrelétricas e uma ferrovia. Empresas chinesas, com mão de obra e fornecedores chineses, terão a preferência para construir as obras (PETERS, 2015). Mais recentemente, em maio de 2015, o premiê chinês Li Keqiang anunciou investimentos da ordem de US\$ 53 bilhões no Brasil, a compra de aviões da Embraer e várias parcerias, nas áreas de agricultura, aeronáutica, aeroportos, energia, estradas, portos e siderurgia, inclusive a construção de uma ferrovia ligando o Rio de Janeiro ao Peru, cruzando todo o território brasileiro de leste a oeste.¹¹ Some-se a isso a presença de CNPC e CNOOC no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra, maior reserva de petróleo já descoberta no Brasil.¹² Na Argentina, a China está associada, por intermédio da empresa Sinopec, à recentemente reestatizada YPF, para

a exploração de petróleo de xisto proveniente dos enormes campos de Vaca Muerta.¹³ No Peru, a participação chinesa mais significativa se deu na compra, pela empresa China Minmetals Corp, da reserva de minas de cobre de Las Bambas, no valor de US\$ 5,8 bilhões.¹⁴

O volume de investimentos chineses na região aumentou substancialmente entre 2013 e 2014, conforme apontam Ray; Gallagher (2015),

[...] com os primeiros aportes financeiros para a construção do Canal da Nicarágua, obra que vai unir as costas atlântica e pacífica daquele país. A China terá direito a explorar o canal por cem anos, e a posição geográfica estratégica do país centro-americano conferirá a Beijing condições extremamente benéficas para a expansão de seu comércio com as mais diversas regiões do mundo. Os autores assinalam que antes de 2010 a China jamais alcançou mais do que 10% do total do volume de investimentos externos diretos na América Latina. Já com os recursos destinados à construção do canal, a partir de 2013, o país asiático ultrapassou os 54% do total de investimentos externos realizados na América Latina naquele ano.

Os fluxos de investimento realizados pela China na região têm impacto não somente econômico, mas também político. Eles têm sido objeto de críticas por parte de opositores internos aos governos dos países beneficiados, que se veem ameaçados, dado que estes auxílios constituem, em alguma medida, a possibilidade para que estes governos superem os momentos de crise e restaurem ou recuperem parte de sua força política. Para tais grupos de oposição, especialmente nos países que têm sido ou vinham sendo governados por forças políticas de esquerda, a presença chinesa estaria ofuscando, aos poucos, os interesses de Washington na região, aos quais muitos destes setores são simpáticos. A recente reversão do quadro político na Argentina e no Brasil, com a ascensão ao poder de forças políticas de direita, pode no entanto ser útil para que os EUA recuperem parte da influência perdida na América Latina desde o início dos anos 2000.

Na Argentina, sem acesso aos mercados financeiros internacionais por conta da batalha judicial contra credores que se arrastou por mais de uma década até o recente acordo firmado entre o governo do presidente Mauricio Macri e os chamados “fondos buitres”, os aportes chineses foram muito importantes para o governo passado. A assinatura do Convênio Complementar de Cooperação de Infraestrutura, em dezembro de 2014,

irrigou os cofres argentinos com os já citados US\$ 11 bilhões, porém foi muito criticada por setores de oposição, à direita e à esquerda inclusive, que alegavam que a negociação foi lesiva ao país e altamente favorável a Beijing. De acordo com aqueles setores, empresas chinesas que investirem na Argentina terão vantagens como a importação de insumos livres de tarifas alfandegárias, dispensa de participação em licitações para a realização de obras públicas, contratação de trabalhadores chineses para trabalhar no país regidos pela legislação trabalhista chinesa, além do estabelecimento de facilidades diversas para empresas que exportarem para o mercado chinês. As críticas referem-se também ao fato de que alguns acordos têm sido celebrados entre Buenos Aires e Beijing sem a devida apreciação dos parlamentos nacional e provinciais.^{15 16} Recentemente, durante a campanha eleitoral, Macri afirmou que reveria os acordos assinados com a China pela então presidenta Cristina Kirchner, por considerá-los lesivos aos interesses argentinos.¹⁷

A Venezuela, por sua vez, em meio às graves dificuldades econômicas vividas nos últimos anos por conta da queda do preço do barril do petróleo no mercado mundial (produto que é responsável por 95% de suas receitas de exportação) também tem recorrido à China para obter sucessivos empréstimos. Os fundos recebidos de Beijing permitem a Caracas melhorar o nível das reservas internacionais do país, e são pagos com provisões de petróleo enviadas à China. O crédito chinês concedido a Caracas em 2015 previa o início da amortização em um prazo máximo de três anos, ao mesmo tempo em que os empréstimos anteriores não tinham prazo de pagamento pré-determinado. A exigência de Beijing coincide com a tão propalada deterioração da situação econômica venezuelana, atestada em estatísticas oficiais e alardeada há anos pela oposição local. Pouco tempo antes daquele novo empréstimo, a Caracas Beijing havia concedido um crédito de US\$ 7,5 bilhões ao Equador, país também atingido pela queda do preço do petróleo no mercado mundial.^{18 19 20}

Assim como tem ocorrido nas relações entre Beijing e governos de esquerda na América do Sul, as relações da China com Cuba também possuem forte componente político e de apoio, mesmo que indireto, ao governo da ilha caribenha. Ainda que as relações históricas do Partido Comunista Cubano tenham sido muito fortes com Moscou, após a queda da ex-URSS em 1991 abriu-se uma janela de oportunidades para a apro-

ximação entre Havana e Beijing. Em 1988 já havia sido estabelecida uma Comissão Intergovernamental para Relações Econômicas e Comerciais entre os dois países, configurando o encontro bilateral anual de mais alto nível da China na América Latina. Os acordos daí decorrentes têm resultado em parcerias comerciais, de investimentos e financiamento, desenvolvimento de infraestrutura e laços culturais e educacionais. O recente restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA e os tantos laços que ligam os dois países torna a presença chinesa na ilha ainda mais estratégica, e dá ao governo cubano um elemento importante para as negociações com Washington (PETERS, 2015).

Independentemente da orientação ideológica dos distintos governos latino-americanos, com o estabelecimento de relações cada vez mais estreitas entre a China e os países da região, podemos estar construindo uma nova arquitetura econômica da qual seja demasiado difícil nossas nações se desvencilharem a curto e médio prazos, ainda que ocorram mudanças de governo e cheguem ao poder no futuro grupos políticos com variados matizes ideológicos e sobretudo distintos dos atuais. Críticos da aproximação com a China afirmam que não há uma estratégia global da América Latina e de seus governos para lidar com o gigante asiático. A título de exemplo, lembremos que enquanto Chile, Costa Rica e Peru possuem acordos bilaterais com Beijing, o Brasil goza junto à China do status de parceiro comercial estratégico. Ao mesmo tempo, Equador e Venezuela trocam petróleo por empréstimos e investimentos, a Argentina faz apostas controversas em troca de mais recursos e o México possui com o país asiático uma parceria econômica desfavorável porque marcada por significativo déficit comercial. Partidários do aprofundamento das relações econômicas da América Latina com Beijing entendem que foros como a Celac podem ser fundamentais para a criação de uma estratégia latino-americana para lidar com a China, a partir de interesses comuns que perpassam toda a região, ainda que existam inúmeras diferenças que marcam seus diversos países em termos econômicos e políticos.

Considerações finais

Como já assinalamos anteriormente, a China converteu-se, nas últimas décadas, no maior importador de commodities agropecuárias e minerais do mundo. E neste sentido a América Latina participa como provedor fundamental daqueles bens à potência asiática. Somados os produtos agropecuários aos bens primários oriundos da mineração e o petróleo, conclui-se que o fenomenal crescimento chinês dos últimos quarenta anos, e especialmente o fortalecimento das relações econômicas com a América Latina neste século, remete o continente a uma posição de crescente dependência de Beijing, reforçando o perfil de produtor e exportador de bens primários, em geral com baixo valor agregado.

É certo que a enorme demanda chinesa fez com que vários bens produzidos e exportados pelos países latino-americanos tivessem alta de preços nos mercados mundiais nos últimos anos, contribuindo para o aumento das receitas de exportação de toda a região. No entanto, o modelo de relação comercial no qual estão estruturadas as relações entre Beijing e os diversos países da América Latina não somente conduz a recorrentes déficits comerciais para a maioria dos países da região, conforme pontuado acima, como impede também a formação de capital necessário para o investimento em outros ramos da atividade econômica e a consequente diversificação dos laços comerciais entre ambas as partes.

É correto, também, que as vultosas quantias de recursos financeiros investidos pela China em nossa região vêm atender demandas de infraestrutura que a maioria, se não mesmo a totalidade dos países e governos latino-americanos, não teria condições de bancar. A construção de portos, ferrovias e aeroportos, e até mesmo infraestrutura urbana, com capital chinês, tem sido muito importante para o desenvolvimento de várias nações latino-americanas. No entanto, cabe lembrar que todo o investimento realizado por Beijing não tem outra motivação que não seja a diminuição dos custos logísticos relativos à produção e ao escoamento de bens primários demandados pela China.

A China tem aos poucos acrescentado ao seu perfil de gigantesco importador de produtos básicos e exportador de manufaturas aquele de um mercado de consumo relativamente aberto aos bens produzidos no

exterior. Trata-se, neste caso, de um mercado potencial de 1,4 bilhão de consumidores, a ser confirmado nas próximas décadas à medida em que cresça a quantidade de chineses incorporados à economia de mercado e aos círculos de consumo mundiais. É uma oportunidade excepcional de incremento de exportações para a América Latina, bem como para o mundo todo. Lembremos que a China tem feito aproximações com os países da região com diferentes iniciativas de cooperação em distintas áreas como energia, infraestrutura, finanças, ciência e tecnologia, indústria, agricultura, comércio, defesa etc., o que pode ajudar a desenvolver nossas capacidades produtivas e exportadoras para além das commodities tradicionais. Por outro lado, a recente desaceleração de sua economia já é sentida na região, dado que muitas nações latino-americanas são altamente dependentes da exportação destas mesmas commodities. Some-se a isso a concorrência que bens industrializados produzidos em países da América Latina sofrem dos manufaturados chineses no mercado mundial e nos respectivos mercados domésticos.

Ainda que as relações entre ambas as partes apontem para um cenário aberto, com múltiplas possibilidades para o futuro, parecem ser grandes as chances de reiteração do atual perfil da nossa relação com a China, claramente marcado por uma modalidade de complementaridade econômica com perspectiva subalterna para a América Latina. Embora não seja possível, por enquanto, confirmar a hipótese de rendição dos governos e países da região ao crescente poderio econômico chinês, inclusive porque há outros interesses externos presentes na América Latina e que também desejam influenciar seu futuro econômico, os dados de comércio e investimentos atuais mostram a consolidação de uma relação de dependência do nosso continente em relação aos mercados e ao capital chinês. Impossível a discussão não ser remetida, uma vez mais, às noções de subdesenvolvimento e dependência, tão frequentes nas reflexões sobre a História econômica e social da América Latina desde os anos 1950, pelo menos. A Cepal, porém, vê com bons olhos a parceria do continente com a China, e nela talvez a possibilidade, finalmente, de ruptura com a velha vocação primário-exportadora e o salto industrializador de toda a região, bandeira que a tradicional organização latino-americana defende desde a sua fundação. Os dados recentes sobre a queda de participação do setor industrial no PIB de países como o Brasil, motivada entre outros

fatores pelo crescente peso do setor primário na economia por conta do aumento da demanda chinesa por commodities, abre um arco de questionamentos à posição cepalina sobre o tema.

As relações atuais da América Latina com a China lançam um enorme desafio para nossos líderes políticos e nossas sociedades, de forma que se busque evitar na região um outro longo ciclo econômico de submissão a um grande centro de poder mundial, como ocorreu com as nações latino-americanas no século XIX em relação à Inglaterra e no século XX em relação aos EUA. Além disso, espera-se que os vultosos investimentos chineses na região também possam gerar, além do desenvolvimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, espera-se também que a parceria com a China possa ser um contrapeso importante à histórica dependência da América Latina em relação a Washington. Nas mesas de negociação que delinearão o lugar do nosso continente na geopolítica e na geoeconomia mundiais das próximas décadas, a parceria com a China pode ser um trunfo bastante importante para a América Latina em suas relações com as demais regiões e potências mundiais. Ainda mais neste momento, quando os governos progressistas latino-americanos enfrentam dificuldades políticas e a aposta num modelo de integração regional aprofundado por parcerias como as existentes com Beijing vem sendo desafiada pela estratégia norte-americana de retomada da influência econômica dos EUA em toda a região.

Notas

- 1 Cf. CHINA, 2015.
- 2 Cf. GIUSTI, 2011.
- 3 Cf. UNITED NATIONS, 2014.
- 4 Cf. UNITED NATIONS, 2014.
- 5 Recursos investidos em pequenas ilhas identificadas com paraísos fiscais não serão levados em conta para efeito da discussão realizada neste artigo.

6 A Cepal apresenta alguns dados um pouco diferentes, chamando a atenção para o período mais recente, compreendido entre os anos de 2010 e 2013. Segundo a instituição, mineração e extração de petróleo e gás concentraram quase 90% dos investimentos chineses na região nos últimos anos. Apenas a título de comparação, no mesmo período os dois setores foram destinatários de somente 25% dos recursos investidos pelo mundo na América Latina (CEPAL, 2015). Os dados comparativos demonstram a clara estratégia chinesa para seus investimentos no continente, bastante concentrados na busca de fontes de energia, diferentemente dos aportes feitos por outras nações do mundo na América Latina.

7 Cf. KECK, 2013.

8 Cf. CONNORS, W.; MAGALHAES, L., 2015.

9 Cf. GILL, 2015.

10 Cf. RUSSO, 2014.

11 Cf. VEIGA, 2015.

12 Cf. GAYATHRI, 2013.

13 Cf. TURNER, 2015.

14 Cf. FLYNN, 2014.

15 Cf. DURAS..., 2015.

16 Cf. VISTO...,

17 Cf. DINALATE, 2015.

18 Cf. KAIMAN, 2015.

19 Cf. UNIDAD..., 2013.

20 Cf. ECUADOR..., 2015.

Referências

ACCIOLY, L.; CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. *As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.

BANCO MUNDIAL. *China*. Washington, 2011. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão Internacional do trabalho. In LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACCIOLY, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.

BARBOSA, A. F. China e América Latina: parceria Sul-Sul? *Brasil no Mundo*, jan. 2015. Disponível em: <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/china-e-america-latina-parceria-sul-sul/#.Vi2npLerTIU>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CEPAL. *América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica*. Santiago, 2015.

CHINA. *China's policy paper on Latin America and the Caribbean*. China, 2012. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CHINA: convenios leoninos, acuerdos secretos. *La Nación*, Chile, maio 2015. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1765214-china-convenios-leoninos-acuerdos-secretos>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CHUANQI, H. *China modernization report: a study on the international modernization: overview*. China: Chinese Academy of Sciences, 2008. Disponível em: <<http://www.modernization.com.cn/cmr2008%20overview.htm>>. Acesso em 03 jul. 2016.

CONNORS, W.; MAGALHAES, L. Brazil's Petrobras obtains \$ 3,5 billion in financing from China development bank: cooperation agreement to be implemented through 2015 and 2016. *The Wall Street Journal*, New York, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/brazils-petrobras-obtains-3-5-billion-financing-from-china-development-bank-1427892756>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CUNHA, A. M. A China e o Brasil na nova ordem internacional. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, nov. 2011. Suplemento 1. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/S1500389_es.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

DINALATE, M. Macri advierte que podría vetar los contratos de Cristina com China y Rusia. *La Nación*, Chile, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1846814-macri-advierte-que-podria-vetar-los-contratos-de-cristina-con-china-y-rusia>>. Acesso em: 26 maio 2016.

DURAS críticas de la oposición al acuerdo comercial con China. *Clarín*, Buenos Aires, fev. 2015. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/china-acuerdo_0_1310269310.html>. Acesso em: 07 abr. 2016.

ECUADOR obtain \$ 7,53 billion in credit, loans from China. *The Economic Times*, India, jan. 2015. Disponível em: <<http://economictimes.indiatimes.com/news/international/business/ecuador-obtain-7-53-billion-in-credit-loans-from-china/articleshow/45801566.cms>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ELSON, A. Dragons among the iguanas. *Finance & Development*, Washington, v. 51, n. 4, dec. 2014.

FANJUL, E. *El consenso de Pekin: ¿un nuevo modelo para los países en desarrollo?* Madrid: Real Instituto Elcano. 2009. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/cooperacion+y+desarrollo/ari122-2009>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, nov. 2011. Suplemento 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#back5>. Acesso em: 25 out. 2015.

FLYNN, A. Glencore xstrata sells las bambas mine to chinese consortium. *The Wall Street Journal*, New York, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303887804579499722419173960>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World economic and financial surveys: world economic outlook database*. Washington, 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

GALLAGHER, K.; MYERS, M., *China-Latin America finance database*. Washington: Inter-American Dialogue, 2015. Disponível em: <http://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GAYATHRI, A. Brazil sells giant libra oil field rights to consortium including Petrobras, Shell, Total, CNOOC and CNPC. *International Business Times*, United States, out. 2013. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/brazil-sells-giant-libra-oil-field-rights-consortium-including-petrobras-shell-total-1435158>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

GILL, N. Ecuador gains \$ 5,3 billion credit line from China as oil tumbles. New York: Bloomberg, 2015. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-01-06/ecuador-gains-5-3-billion-credit-line-from-china-as-oil-tumbles>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GIUSTI, R. Chavez must be held accountable for illegal handling of the chinese fund. *El Universal*, Caracas, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/economia/111129/chavez-must-be-held-accountable-for-illegal-handling-of-the-chinese-fu>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GRUSS, B.; BASTOS, F. R. *De olho no dragão: a América Latina e sua exposição à China*. Washington: International Monetary Fund, 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/111014p.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

INTER AMERICAN DIALOGUE. *China & Latin America*. Washington, [20--?]. Disponível em: <<http://www.thedialogue.org/agenda/programs/china/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

KAIMAN, J. China agrees to invest \$ 20bn in Venezuela to help offset effects of oil price slump. *The Guardian*, London, jan. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/08/china-venezuela-20bn-loans-financing-nicolas-maduro-beijing>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

KECK, Z. China to invest \$28 billion in Venezuelan oil. *The Diplomat*, Tokyo, set. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/09/china-to-invest-28-billion-in-venezuelan-oil/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

KURLANTZIK, J. Why the 'China model' isn't go away. *The Atlantic*, Canada, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/china/archive/2013/03/why-the-china-model-isnt-going-away/274237/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *International trade statistics*. Geneva, 2008. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2008_e/its2008_e.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PETERS, E. D. *China's evolving role in Latin America: can it be a Win-Win?* Washington: Atlantic Council, 2015.

PINI, A. M. A cúpula Celac-China: interesses estratégicos em jogo. *Boletim Mundorama*, Brasília, fev. 2015. Disponível em: <<http://mundorama.net/2015/02/07/a-cupula-celac-china-interesses-estrategicos-em-jogo-por-andre-mendes-pini/>>. Acesso em: 25 out. 2015.

PIRES, M. C.; SANTILLÁN, G. E. Reflexões sobre a relação China e América Latina. In: SERIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JUNIOR, H. (Coord.). *Anuário de Integración Regional de America Latina y el Caribe*, Buenos Aires, n. 10, 2014. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/13-Cordeiro-Santillan.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

RAMO, J. C. *The Beijing consensus*. London: The Foreign Policy Center, 2004.

RAY, R.; GALLAGHER, K. *China-Latin America economic bulletin: 2015 edition*. Boston: Frederick S. Pardee School of Global Studies, 2015. Disponível em: <<http://www.bu.edu/pardeeschool/files/2015/02/Economic-Bulletin-2015.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

ROSALES, O.; KUWAYAMA, M. *China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica*. Santiago: Cepal, 2012.

- RUSSO, C. *Argentina gets reserves boost from China currency swap*. New York: Bloomberg, 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-10-30/argentina-gets-reserves-boost-from-china-currency-swap>>. Acesso em: 05 maio 2016.
- SHIXUE, J. Una mirada China a las relaciones con America Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 203, mayo/jun. 2006.
- TURNER, T. Argentina's YPF, China's sinopec to join in oil-gas projects. *The Wall Street Journal*, New York, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/argentinas-ypf-chinas-sinopec-to-join-in-oil-and-gas-projects-1422446008>>. Acesso em: 02 jun. 2016.
- UNIDAD: el gobierno hipoteca a Venezuela con China. *Unidad*, Venezuela, set. 2013. Disponível em: <<http://unidadvenezuela.org/2013/09/unidad-el-gobierno-hipoteca-a-venezuela-con-china/>>. Acesso em: 30 maio 2016.
- UNITED NATIONS. Chinese foreign direct investment in Latin American and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce. In: GLOBAL AGENDA WORLD ECONOMIC FORUM, 2013, Abu Dhabi, *Working document...*Chile, 2013.
- UNITED NATIONS. Commodity Trade. *Statistics Database*. New York, 2014. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em 16 abr. 2016.
- VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do pacífico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, nov. 2011. Suplemento1.
- VEIGA, C. *China invests billions more in Brazil*. London: Dialogo Chino, 2015. Disponível em: <<http://dialogochino.net/china-invests-billions-more-in-brazil/>>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- VISTO bueno para los acuerdos con China. *Página 12*, Argentina, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-266879-2015-02-25.html>>. Acesso em: 07 abr. 2016.
- WEN, J. *Para siempre amigos de confianza mutua*. Chile, 2012. Disponível em: <www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t945730.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015. Discurso del Primer Ministro del Consejo de Estado de la República Popular China Wen Jiabao en la sede de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (Cepal).

NÚMEROS ANTERIORES

EDIÇÃO 26

DOSSIÊ

Sustentabilidade

Marta de Azevedo Irving (Organização)

Sustentabilidade e O futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis

Marta de Azevedo Irving

Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro

Carlos Frederico B. Loureiro

“Sustentabilidade líquida”: o consumo da natureza e a dimensão do capitalismo rizomático nos platôs da sociedade de controle

Fred Tavares

Sustentabilidade e justiça social

Maryane Vieira Saisse

Comunicação e sustentabilidade: reflexões sobre o papel da mídia na construção de novas práticas de cidadania

Elizabeth Oliveira

EDIÇÃO 27

Evolução do trabalho infantil no Brasil

Ana Lúcia Kassouf

K., relato de uma busca: autoficção e efeitos políticos

Anna Faedrich, Renato Lima e Jacques Fux

Contribuições da experiência internacional ao gerenciamento das rendas do petróleo do pré-sal brasileiro

Beni Trojbcz

Governo representativo e democratização: revendo o debate

Fernando Limongi

Fome, pobreza e desenvolvimento: um convite à leitura de Josué de Castro

Rosana Magalhães

DOSSIÊ

Florestan: 20 anos depois

Gabriel Cohn (Organização)

A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes

Gabriel Cohn

Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar

Elide Rugai Bastos

Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger

Carlos Sávio Teixeira

*Sobre cinema pago no contexto cultural pós-moderno.
Três teses sobre arte, estética e sociedade*

Ronaldo Rosas Reis

*A independência do poder judiciário em perspectiva comparada:
Brasil e Argentina*

Luciléia Aparecida Colombo

*Abrigamento de mulheres em situação de violência de
gênero: um estudo comparativo Salvador-Madri*

Cândida Ribeiro Santos

Os Sertões, ainda e além

Carolina Correia dos Santos

Uma análise sobre a economia étnica no Brasil

Cláudia Lima Ayer de Noronha e Elaine Meire Vilela

Imprensa e esfera pública: retomando o debate Lippmann e Dewey

Luiz Augusto Campos

*Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar
na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA*

Marcelo Sampaio Carneiro

EDIÇÃO 30

Crise e reformas no Brasil: trajetória em prol das reformas orientadas para o mercado nos anos 1990

Alessandro André Leme

Nuno Ramos e suas metamorfoses

Júlia Studart

A autorreação entre arte e vida social

Lucyane De Moraes

*A filosofia e seus conteúdos desprezados:
filosofia pop em questão*

Marcia Tiburi

Abstração e desfiguração: a crise da representação na pintura moderna

Marco Casanova

Caso tenha interesse em receber a revista

Sinais Sociais, entre em contato conosco:

Núcleo de Comunicação Institucional do

Departamento Nacional do Sesc

publicacoes@sesc.com.br

tel.: (21) 2136-5149

fax: (21) 2136-5470

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Política editorial

A revista *Sinais Sociais* é editada pelo Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e tem por objetivo contribuir para a difusão e o desenvolvimento da produção acadêmica e científica nas áreas das ciências humanas e sociais. A publicação oferece a pesquisadores, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais um canal plural para a disseminação do conhecimento e o debate sobre grandes questões da realidade social, proporcionando diálogo amplo sobre a agenda pública brasileira. Tem periodicidade quadrimestral e distribuição de 5.000 exemplares entre universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, principais bibliotecas no Brasil e bibliotecas do Sesc e Senac.

A publicação dos artigos, ensaios, entrevistas e dossiês inéditos está condicionada à avaliação do Conselho Editorial, no que diz respeito à adequação à linha editorial da revista, e por pareceristas *ad hoc*, no que diz respeito à qualidade das contribuições, garantido o duplo anonimato no processo de avaliação. Eventuais sugestões de modificação na estrutura ou conteúdo por parte da Editoria são previamente acordadas com os autores. São vedados acréscimos ou modificações após a entrega dos trabalhos para composição.

Normas editoriais e de apresentação de artigos

O trabalho deve ser apresentado por carta ou e-mail pelos(s) autor(es), que devem se responsabilizar pelo seu conteúdo e **ineditismo**. A carta deve indicar qual ou quais áreas editoriais estão relacionadas ao trabalho, para que este possa ser encaminhado para análise editorial específica. A mensagem deve informar ainda endereço, telefone, e-mail e, em caso de mais de um autor, indicar o responsável pelos contatos.

Incluir também o **currículo** (com até cinco páginas) com a formação acadêmica e a atuação profissional, além dos dados pessoais (nome completo, endereço, telefone para contato) e um **minicurrículo** (entre 5 e 10 linhas, fonte *Times New Roman*, tamanho 10), que deverá constar no mesmo documento do artigo, com os principais dados sobre o autor: nome, formação, instituição atual e cargo, áreas de interesse de trabalho, pesquisa, ensino e últimas publicações.

Os textos devem ser encaminhados para publicação ao e-mail: sinaissociais@sesc.com.br, ou em CD ao endereço a seguir:

O corpo do texto deverá ter no mínimo 35.000 e no máximo 60.000 caracteres, digitado em editor de texto Word for Windows, margens 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5. As páginas devem ser numeradas no canto direito superior da folha.

A estrutura do artigo deve obedecer à seguinte ordem:

- a) Título (e subtítulo se houver).
- b) Nome(s) do(s) autor(es).
- c) Resumo em português (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10, não repetido no corpo do texto).
- d) Palavras-chave (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- e) Resumo em inglês (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10).
- f) Palavras-chave em inglês (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- g) Corpo do texto.
- h) Nota(s) explicativa(s).
- i) Referências (elaboração segundo NBR 6023 da ABNT e reunidas em uma única ordem alfabética).
- j) Glossário (opcional).
- l) Apêndice(s) (opcional).
- m) Anexo(s) (opcional).

Anexos, tabelas, gráficos, fotos e desenhos, com suas respectivas legendas, devem indicar as unidades em que se expressam seus valores, assim como suas fontes. Gráficos e tabelas devem vir acompanhados das planilhas de origem. Todos esses elementos devem ser apresentados no interior do texto, no local adequado ou em anexos separados do texto com indicação dos locais nos quais devem ser inseridos. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta. As imagens devem ser enviadas em alta definição (300 dpi, formato TIF ou JPEG).

Recomenda-se que se observem ainda as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022), apresentação de citações em documentos utilizando sistema autor-data (NBR 10520) e numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024).

Referências (exemplos):

Artigos de periódicos

DEMO, Pedro. Aprendizagem por problematização. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 112-137, jan. 2011.

DIAS, Marco Antonio R. Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817-838, set. 2003.

Capítulos de livros

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993. p. 39-49.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélia Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1980. v. 5, p. 14-110.

Documentos eletrônicos

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores: 2002*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/sintesepnad2002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan; SENNA, Ana Julia Teixeira. Análise da percepção da sociedade frente à gestão e ao gestor ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2., 2011, Londrina. *Anais eletrônicos...* Bauru: IBEAS, 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/I-002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

Trabalho acadêmico

VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Esta revista foi composta na tipologia Caecilia LT Std
e impressa em papel pólen 90g, na Rona Editora Ltda.

Racionalidade, alteridade e violência: uma abordagem à luz de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas - Alexandre Marques Cabral • **Entre a obrigação e o prazer: a leitura para adolescentes de Barcelona e do Rio de Janeiro** - Isabel Travancas • **De volta ao futuro: o que podemos concluir do debate acerca das cotas raciais** - João Feres Júnior • **'Ler, ver o rosto' e 'Olhar com todo o corpo': anotações, montagens e investigação com a arte** - Manoel Ricardo de Lima • **O papel da China no desenvolvimento latino-americano nas duas últimas décadas: implicações econômicas e políticas** - Wagner Tadeu Iglecias



FINALIDADE SOCIAL

A revista *Sinais Sociais* tem por objetivo enriquecer a agenda pública brasileira fomentando um diálogo amplo e consistente sobre suas principais questões. Coerentemente com a missão do Sesc de promover o bem-estar, a produção acadêmica é aqui veiculada tendo em vista sua contribuição à transformação social.

PLURALIDADE

A qualidade de vida é objeto de diversas áreas do conhecimento. Este é o motivo pelo qual a *Sinais Sociais* recebe a produção de múltiplas especialidades, reunidas sob a perspectiva de reconhecer e valorizar um pensamento crítico capaz de motivar o aprendizado e o desenvolvimento.

ALCANCE

Uma vez que a difusão do conhecimento exige manter e incorporar canais para garantir o acesso do leitor, esta publicação é distribuída regularmente a bibliotecas, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais. A cada número lançado é realizado um seminário com a presença dos autores, para transmissão pela internet. Todas as edições são posteriormente disponibilizadas para acesso e leitura via web.

